



DOSSIÊ GÊNERO E RURALIDADES

**Publicação do Departamento
de Ciências Sociais da
Universidade Federal
Rural de Pernambuco**

Org. Andrea Butto

Volume II, número 17, 2025.2

ISSN: 2446-6662-Versão

Eletrônica



REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO EDITORIAL

Dr. J.C. Marçal – UFRPE

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

Dra Andrea Lorena Butto Zarzar – UFRPE

Dr. Roberto Mauro Cortez Motta – UFPE

Dra Renata Menasche – UFRGS

Dra Ellen Fensterseifer Woortmann – UNB

Dra Madian de Jesus Frazão Pereira - UFMA

EDITOR GERENTE

Dr.J.C Marçal – UFRPE

EDITOR GRÁFICO

Dr. Adailton Laporte – UFPE

Volume II, número 17, 2025.2

ISSN: 2446-6662–Versão Eletrônica

ISSN:2316-977X–Versão Impressa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
Andrea Butto

04

TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA E A FORMAÇÃO DO CAMPO DE GÊNERO NAS
CIÊNCIAS SOCIAIS ENTRE O FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

Arlene Ricoldi

17

A DIVISÃO DO TRABALHO E A GESTÃO DAS EMOÇÕES E CUIDADO

Maria Cecília Duran; Andrea Butto

33

RURALIDADE E MULHER NA COMUNIDADE MANDJAKU, GUINÉ-BISSAU

Vladimir da Costa; Julia Figueredo Benzaquen

43

EMPREENHIMENTOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO NORDESTE BRASILEIRO E OS
IMPACTOS NA VIDA DAS MULHERES RURAIS

Mylena Galdino; Tarcísio Augusto

59

ENTRE TODO LO MALO, ALGO BUENO HABÍA”: EL FÓGON COMO FORMA DE
RESITENCIA EN LOS INICIOS DEL AGRONEGOCIO DE UVA DE EXPORTACIÓN

Claudia Cerda Becker; Alejandra Rojas del Canto; Isidora Barría Beltrán

78

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CUIDADO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E AS MULHERES
RURAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO P1MC

Marielle Eden Palmeira do Nascimento; Andrea Butto

96

MULHERES RURAIS E SABERES TRADICIONAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO:
PERCEPÇÕES SOBRE A DIVISÃO JUSTA DO TRABALHO DOMÉSTICO NO CONTEXTO
DO PROJETO JANDAÍRAS

Luiza Carolina da Silva; Maria do Socorro de Lima; Laetícia Medeiros Jalil

106

FEMINISMOS, MULHERES RURAIS E TRABALHO

Aryella da Silva Leite; Laetícia Medeiros Jalil

117

ENTREVISTA: MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULILO E OS CAMINHOS DO FEMINISMO NO
RURAL BRASILEIRO

Maria Ignez Silveira Paulilo; Karolyna Marin Herrera; Andrea Butto

129

APRESENTAÇÃO

ANDREA BUTTO

O dossiê que ora vem a público é a primeira coletânea de artigos do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, o PPGS da Universidade Federal Rural de Pernambuco, resultado particularmente de uma das suas linhas de pesquisa: Configurações rurais e seus sujeitos; mas envolve mestrandos e docentes também de outras linhas do programa, iniciativa que se alargou a partir da realização de uma das suas disciplinas eletivas do programa que dá nome a este dossiê. A publicação também resulta de parcerias de pesquisas em curso no Grupo de Estudos e Pesquisas Nalu Faria no Brasil e na América Latina, como se pode ver nas reflexões apresentadas sobre a trajetória de Maria Ignez Paulilo, professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, uma das pioneiras dos estudos rurais feministas no Brasil, ou nas reflexões sobre o campo de estudos de gênero na ANPOCS realizada pela Universidade Federal do ABC, e também na rica análise sobre as práticas de solidariedade entre mulheres em resistência ao agronegócio da uva para a exportação na região norte do Chile, parcerias que de distintos modos se articulam à investigação em curso sobre os estudos rurais feministas.

O dossiê também retrata a realidade de mulheres do continente africano que resultou da incorporação de estudante de Guiné Bissau na primeira turma do nosso programa, a ênfase dos trabalhos desta publicação são pesquisas realizadas no Nordeste brasileiro, região que é foco de atuação do PPGCS.

O dossiê tem início com um convite à reflexão sobre a trajetória dos estudos de gênero nas Ciências Sociais no país tomando o caso da associação científica mais representativa do conjunto de disciplinas que envolvem as ciências sociais - a ANPOCS, no artigo intitulado Trabalho, Família e Política e a formação do campo de gênero nas Ciências Sociais entre o final do século XX e início do XXI sob autoria de Arlene Ricoldi. Encontramos no dossiê uma análise sobre a formação e consolidação dos estudos de gênero nas Ciências Sociais no Brasil a partir da trajetória de grupos de pesquisa na ANPOCS, e da produção acadêmica na pós-graduação no Brasil entre os anos de 1988-2007, além de reflexão sobre a transição de estudos sobre “a mulher” para abordagens interseccionais de gênero e a institucionalização do campo.

Partindo da noção e dos elementos envolvidos no termo campo científico, cunhado por Bourdieu, a autora indica o processo de ampliação dos Estudos de Gênero no país. O artigo

está estruturado em três partes. Inicialmente busca identificar personagens, instituições, grupos e lugares na formação dos estudos da área, para em seguida apresentar dados relativos à produção da pós-graduação sobre mulheres, gênero e feminismos. Partindo desse mapeamento, apresenta reflexões sobre grupos de trabalho, sessões temáticas presentes nos encontros da ANPOCS e a maneira em que foi se disseminando a abordagem de gênero nessa associação científica.

Para abordar o surgimento dos “estudos sobre mulheres”, a autora reporta os trabalhos inaugurais que tiveram início em 1969, destacando os anos 1980 como período em que a temática se estabeleceu no Brasil, a predominância de temas como trabalho feminino e como essa produção resultou de teses de doutoramento, revelando a importância da pós-graduação na formação do campo.

Três períodos são destacados na análise da autora: o primeiro é aquele marcado pela redemocratização do país e o retorno de exiladas que, sob influência do pensamento feminista emergente nos EUA e na França, promovem pesquisas no país e garantem uma passagem do que a autora denomina como do “limbo ao gueto” que equivale a uma produção marcadamente pontual e esparsa para uma nova fase caracterizada pela maior consistência e regularidade. O segundo é aquele que se registra a partir da década de 1980 e onde há alguma institucionalização desses estudos com a criação dos primeiros núcleos de estudos em grandes universidades, bem como a conquista de espaços acadêmicos. O terceiro é o da consolidação que se dá a partir dos anos 1990 quando há um aumento dos núcleos de estudos especializados nas universidades brasileiras, a expansão de trabalhos de pós-graduação, a criação de alguns programas de pós-graduação e linhas de pesquisa, além de um número razoável de revistas acadêmicas especializadas, período em que a categoria gênero se estabelece e conta com apoio de concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford. Por fim, aborda a consolidação dos estudos de gênero entre os anos 1990 e 2000, momento em que também se afirma a natureza interdisciplinar desse campo de estudos e que coincide com os Encontros do Fazendo Gênero.

Para tratar da segunda parte do artigo, Arlene Ricoldi se reporta aos dados coletados em pesquisa realizada no início dos anos 2010 sobre o tema a partir da coleta de teses e dissertações contidas no Banco de teses da Capes no período de 1988 a 2007. A autora descreve os termos utilizados da busca e os critérios utilizados para tal efeito. Ao revelar os resultados obtidos, enfatiza a robustez da produção científica desse campo e influência exercida pela expansão da pós-graduação, bem como a concentração de estudos em universidades e centros de pós-graduação maiores do país. Por fim, identifica as principais áreas de conhecimentos desse campo indicando a expansão e sua concentração nas humanidades, mas também o aparecimento de trabalhos em áreas inusitadas até então.

As reflexões mencionadas anteriormente são cotejadas com a produção de estudos e

pesquisas que circulam na ANPOCS a partir de 1978 e os distintos espaços da associação. Relata a criação dos GTs refletindo as principais preocupações da participação das mulheres no espaço público, no mercado de trabalho e a incorporação dos estudos de gênero nos anos 90 e busca de conciliação teórica para as duas grandes influências dos estudos feministas vigentes na época, aqueles de tradição anglófonas e os da França. A autora também retrata as transformações que se deram como a pulverização da questão gênero em diferentes grupos temáticos e, também, uma maior especialização de temas correlatos. Conclui destacando a emergência de outra vertente dos estudos de gênero sobre sexualidade, reprodução, parentesco e também aqueles dedicados ao corpo, biotecnologia e subjetividade, e a breve experiência das reflexões sobre gênero e movimentos sociais.

A autora mostra como em meados na década 2010, no ambiente de reflexões sobre Família e trabalho, novos aspectos do debate aparecem ao abordar as carreiras profissionais, conciliação, afazeres domésticos, emprego doméstico e políticas públicas de apoio às famílias e como se amplia ao incluir care e as configurações familiares e questões geracionais. O artigo enfatiza como a temática do Trabalho e Família, sob uma ótica de gênero, vem se impondo há mais de três décadas, e como os novos desafios que emergem a partir das políticas públicas, assim como das transformações das famílias e da sociedade de forma ampla dão conta da sua vitalidade, mas apesar do foco na trajetória sobre estudos das relações de gênero e trabalho, o artigo também constata outros aspectos presentes nessa caminhada da ANPOCS, tais como a fragmentação temática em GTs da ANPOCS, refletindo disputas teóricas e a transversalidade do gênero em diversas áreas. Também indica os desafios contemporâneos ligados à raça, colonialidade que emergem nas reflexões mais recentes e como, apesar da difusão de abordagem “pós-estruturalista”, de inspiração foucaultiana nos anos 1990 e nos anos 2000, reflexões marxistas, remodeladas por raça e colonialidade/decolonialidade revelam a coexistência de abordagens.

Reflexões sobre o trabalho ganham também destaque nesse dossiê a partir de vários artigos que, em diálogo com a economia feminista, apresentam crítica à economia neoclássica e enfatizam o trabalho de cuidado a partir das distintas dimensões envolvidas.

No artigo intitulado A divisão do trabalho e a gestão das emoções e cuidado, escrito por Maria Cecília Duran e Andrea Zarzar Butto, apresenta-se uma reflexão sobre o tema partindo das contribuições da economia feminista, da antropologia e sociologia das emoções, mas também da psicologia social. As autoras buscam indicar a naturalização do trabalho de cuidado, as determinações impostas pela divisão sexual do trabalho e suas conexões com sistemas de dominação, bem como o protagonismo assumido pelas mulheres nos cuidados e na gestão das emoções. Também destacam o esforço teórico para fazer reconhecer outros tipos de trabalho, o sujeito envolvido, o seu valor e benefício. Indicam como o

trabalho de cuidados é uma dimensão essencial da vida humana, necessária para a vida em comunidades e que é percebido como parte de relações de afeto e doação, ocultando fortes elos de poder e desigualdade que por sua vez se conectam com o capitalismo, as relações étnico-raciais, o heteropatriarcado e o neocolonialismo.

Referenciadas na literatura, as autoras destacam as conexões entre o cuidado, a emoção e os sistemas dominantes, e como a criação de sentimentos impõem uma perda de autenticidade das emoções ao determinar as que podem se mostrar e aquelas que devem ser escondida, as que condizem ou não com espaço ou status que se busca. Também revelam a maior frequência da administração de emoções em populações detentoras de melhor condição econômica e como as mulheres estão mais vulneráveis às externalidades das emoções. Enfatizam o papel exercido pelo casamento na administração das emoções e a noção de “generificação”, da figura da “mulher emocional” como forma de revelar essas relações socialmente construídas. Resgatam a literatura que, afinada com a abordagem Foucaultiana, associa as emoções a uma dimensão da vida social que necessita ser controlada, dominada pela biomedicina - um campo de saber que determina noções ocidentais de saúde - e que, em interface com as emoções, distingue sociedade igualitária e as hierárquicas a partir do self emocional interior e self bifurcado.

Outro aspecto da reflexão destacada pelas autoras é o debate sobre a moral do trabalho de cuidados e suas conexões com as relações de gênero à luz dos paradigmas da psicologia social, e as problematizações chamado trabalho por amor, a ética do cuidado e as interdependências envolvidas. Discute-se o cuidado como responsabilidade historicamente inscrita no corpo das mulheres e a gestão das próprias emoções frente ao sistema e seus indivíduos. As autoras também mostram como o conceito de sustentabilidade da vida surge como forma de visibilizar as desigualdades, a exclusão do trabalho de cuidados dos circuitos de mercado e a percepção deste trabalho associado exclusivamente à vida privada. Concluem destacando a necessidade de pensá-lo a partir do reconhecimento das interdependências e como a antropologia da emoção interessada na complexidade humana contribui nessas reflexões ao revelar dimensões cognitivas e simbólicas ainda pouco utilizados nas pesquisas atuais.

O trabalho das mulheres e de cuidado em particular será particularmente destacado em suas interfaces com as mulheres rurais a partir de distintas conexões, o associativismo, as políticas públicas, as práticas de resistência.

O artigo Ruralidade e mulher na comunidade mandjaku, Guiné-Bissau de Vladimir da Costa analisa processos de construção de autonomia a partir de experiências associativas das mulheres do grupo étnico Mandjaku, que está situado na região de Cacheu no norte da Guiné-Bissau e fronteira com Ziguinchor da República do Senegal. A análise recai

especificamente no sub grupo Djeta e em comunidades com similaridades linguísticas e de atividades agrícolas desenvolvidas.

As sociedades abordadas se regem a partir de sistemas de parentesco matrilineares e nelas as mulheres representam a fertilidade, a continuidade dos costumes e das tradições. Apoiando-se na literatura local, o autor indica como o poder exercido pelas mulheres é restrito, como elas assumem o trabalho agrícolas especialmente a partir do cultivo do arroz, da batata, da mancara (amendoim), um trabalho que se associa à gestão familiar sob responsabilidade exclusiva das mulheres, incluindo o provimento de recursos financeiros apesar de ser uma atribuição assignada aos maridos segundo tradição Mandjaku. Segundo o autor, a ocorrência da migração de homens de um lado e o casamento das mulheres que impede a sua saída das zonas rurais, por outro, faz com que as mulheres fiquem sobrecarregas.

As mulheres Mandjaku desempenham lugar central na agricultura, no trabalho de cuidados dos filhos/as, na transmissão de valores, conhecimentos ancestrais para novas gerações, na preservação da natureza e promoção do desenvolvimento rural sustentável, mas enfrentam desafios significativos no acesso a recursos e oportunidades e ficam excluídas de espaços de responsabilidade política, e só exercem poder de decisões quando há uma ausência masculina. O autor descreve como a partir da divisão sexual do trabalho no contexto rural há um favorecimento dos homens porque lhes é atribuído o trabalho dito produtivo e remunerado e às mulheres os trabalhos domésticos e de cuidados percebido como trabalho improdutivo e, por isso, não remunerado ao descrever como a organização do trabalho na agricultura parte de uma pretensa separação entre cultivos em grande/ larga escala e de pequena escala bem como a atribuição exclusiva das mulheres no trabalho de cuidados das criança, da cozinha e da casa.

O autor também descreve como a partir dos movimentos feministas na Guiné-Bissau, nascidos a partir das lutas anticoloniais e de um processo revolucionário conduzido contra o poder colonial português, foram construídas demandas por igualdade, direito ao espaço público, sobretudo o acesso à terra, iniciativas que foram responsáveis pela construção de processos de resistências sociais e culturais de caráter simbólico como os chamados mandjuandadi - experiências associativas de pessoas da mesma idade que tem a sua origem nas aldeias-, que existem predominantemente no campo a partir das colheita, mas também em outras atividades que se constituem também como espaços de partilhas dos acontecimentos das tabancas, neles discutem-se problemas, formas de apoio mútuo, solidariedade e constroem-se estratégias de resistência frente às desiguais relações de poder na família, na comunidade e no Estado. O autor descreve a pratica da abota e como as mandjuandadis vem contribuindo para que as mulheres rurais possam ter controle das

suas próprias vidas.

Partindo da descrição dessas experiências, o autor resgata reflexões sobre o viés ocidental adotado pelo feminismo em que o gênero é o princípio organizador dessa estrutura familiar e enfatiza que esse padrão não é universal, apoiando-se em estudos feministas oriundos de países africanos que problematizam definições tomando em conta o princípio da matrifocalidade que organiza essas sociedades. Segundo o autor, a família nuclear ocidental importada para a África pelo colonialismo mudou por completo a esfera social e política da Guiné-Bissau e um dos efeitos é o privilégio masculino no ethos europeu consagrado na modernidade e legitimada pelas teorias que disseminaram a credibilidade e confiança na família nuclear ocidental patriarcal com o objetivo de ganhar a confiança e aceitação de outros povos.

As conexões existentes entre o trabalho e o poder são também retratadas no dossiê a partir do chamado neocolonialismo a partir da atuação de empresas transnacionais de produção de uva e dos empreendimentos empresariais de energias renováveis.

No artigo *Entre todo lo malo, algo bueno había: el Fogón como forma de resistencia en los inicios del agronegocio de uva de exportación* de autoria conjunta de Claudia Cerda Becker, Isidora Barriá Beltrán e Alejandra Rojas del Canto, aborda-se o trabalho das mulheres em empresas do agronegócio voltado para a exportação da uva no início dos anos 80 durante a ditadura de Pinochet e as práticas de solidariedade de mulheres que trabalharam sob regime de contratos temporários no Valle de Elqui, área localizada na região norte do Chile.

As autoras contextualizam a expansão do agronegócio de uva de exportação no território, abordando as mudanças no padrão de emprego, as condições laborais, a colonização das terras e da água e a expulsão de camponeses e trabalhadores/as rurais. Analisam as repercussões do modelo agronegócio no uso do solo, na especialização dos cultivos e destinação de área para a produção de fruta, também abordam outras transformações econômicas tais como a orientação da produção comércio voltada para o mercado externo, e a incorporação da força de trabalho das mulheres em condições de maior exploração e precariedade, os impactos no trabalho doméstico e de cuidados e a ausência de infraestrutura básica como banheiros e refeitórios e a exposição frente ao uso de agrotóxicos. Mostram, no artigo, as estratégias acionadas pelas empresas para burlar a legislação trabalhista e previdenciária num contexto da crise de 1982 que gerou desemprego, diminuição de salários e empobrecimento num ambiente de repressão política e o impedimento de possibilidades de organização sindical dos trabalhadores/as.

A pesquisa realizada evidenciou lembranças/ memórias/ práticas do que chamam de um

mundo paralelo à violência cotidiana, solidariedade num tempo- espaço- relação que permitiu oferecer suporte frente à nova ordem de acumulação capitalista e de apropriação durante a ditadura cívico militar no território e que se configurou também como espaço de disputa e de construção de resistências e emancipação baseadas no cuidado mútuo e na cumplicidade.

As autoras também abordam a sua condição como pesquisadoras, a adesão a práticas afetivas de investigação não apenas por incorporar as emoções como parte da pesquisa, mas também pelas reflexões sobre como somos afetadas e afetamos outras pessoas durante as investigações. Ao reivindicar o conhecimento situado para favorecer posicionamentos políticos-epistêmicos, buscam abrir espaço para outras vozes. Partindo desses posicionamentos, fazem uso de entrevistas e posterior análise temática para em seguida refletir com as mulheres entrevistadas, se valendo de estratégias como a narração em camadas numa tentativa de integrar distintas vozes e temporalidades na pesquisa.

Analizando atitudes como a de estar atentas às necessidades das outras, relações de apoio frente a doenças, necessidades físicas, suprimento de água e alimentos, o cuidado dos/as filhos e as situações de violência doméstica que denominam como um encorpar carinhoso, descrevem processos cotidianos de cuidado, acompanhamento e confiança na reciprocidade nas relações que se estabelecem. Revelam como as práticas de solidariedade atuam como resguardo, uma proteção frente ao controle das empresas, e como a cumplicidade emerge enquanto estratégia de sobrevivência e resistência cotidiana, o que chamaram de travessuras - uma forma de burlar o sistema de controle e disciplinamento, também de exercer um prazer de subverter a dominação ou também um contrapoder para estabelecer limites à exploração.

Com uso da metáfora do fogão, abordam como no espaço/tempo construído a partir do cozinhar e das refeições compartilham as vulnerabilidades que configuram processos coletivos e permitem construir o comum num exercício cotidiano, permanente de reafirmação e compromisso, um processo interpretado como um contracercamento ou uma ecofronteira como tempo/espaço de gestação de formas organizativas e práticas políticas cotidianas baseada na dignidade que favoreceram a articulação da ação coletiva no plano local. Indicam interconexões existentes entre uma resistência cotidiana, silenciosa e íntima que vai ocupando espaços públicos e se articulando com instituições e atores locais.

Com foco de análise na região nordestina, o dossiê discute o neocolonialismo e empresas transnacionais a partir do artigo intitulado Empreendimentos de energias renováveis no nordeste brasileiro e os impactos na vida das mulheres rurais de autoria de Mylena Galdino. Nele se analisam os danos e as mudanças na dinâmica dos territórios rurais causados pelos empreendimentos de energias renováveis, em particular ao meio ambiente e à saúde e

seus efeitos sobre o trabalho reprodutivo das mulheres camponesas.

Para apoiar a reflexão, a autora se vale dos conceitos de “acumulação primitiva” e a “acumulação por espoliação” da sociologia marxista expressas em práticas neocoloniais e das reflexões sobre o trabalho produtivo e reprodutivo e o trabalho de cuidados que emergem da economia feminista.

O artigo resultou de trabalho de campo e da realização de grupos focais em particular realizados em parceria com o grupo de pesquisa Dom Quixote durante acompanhamento da Missão Climática da Relatoria Especial sobre Justiça Climática, realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) em 2024 para investigar denúncias de violações de direitos humanos em comunidades do Agreste de Pernambuco e do Sertão da Paraíba.

A autora nos indica como, apesar desses empreendimentos serem apresentados como alternativas sustentáveis e promissoras para o desenvolvimento econômico, têm reproduzido dinâmicas de exploração seja pela apropriação de terras, recursos e saberes locais, e do deslocamento de comunidades, mudanças que reconfiguram as formas pré-existentes da vida social e econômica e aumentam as desigualdades das populações rurais envolvidas. De modo particular, Mylena Galdino indica como os impactos são especialmente profundos para as mulheres rurais que enfrentam a sobrecarga do trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidados em um contexto de crescente precarização das condições de vida, já que essas transformações desestruturam as bases materiais de sustento dessas mulheres pelo impedimento do acesso a cultivos de subsistência e a perda da biodiversidade, também o acesso a bens como a água e à terra e aumento do fardo das tarefas invisibilizadas que sustentam o cotidiano das famílias e comunidades. Sob a expressão ficar em casa, as comunidades envolvidas revelam a divisão sexual do trabalho.

Considerando os diálogos da economia feminista com a ecologia, os cuidados são considerados também a partir dos trabalhos de preservação da natureza realizados pelas mulheres a partir da garantia da sustentabilidade da vida humana e extra humana. A autora indica a perda da fertilidade dos solos causados pelo uso de explosivos, o desmatamento, a devastação de cursos d'água, vegetação nativa, morte e estresse de animais, da análise depreendida dos efeitos ambientais para a vida humana. Apresenta distintos impactos no trabalho de cuidados: o desuso das cisternas pelas rachaduras causadas pelas explosões que forçam as mulheres a andar grandes distâncias para garantir o abastecimento doméstico e o endividamento em função da necessidade de comprar esse bem natural antes disponível, Mylena Galdino também nos indica as estratégias empresariais acionadas para driblar os efeitos ambientais como a oferta de água imprópria pra consumo humano e as maneiras de burlar fiscalizações da medição da água disponível para as comunidades.

Nos efeitos ambientais descritos também aborda a migração das aves, a perda da biodiversidade como grilos e os efeitos do desmatamento sobre distintos seres como as cobras, agora cada vez mais frequentes nos quintais das propriedades gerando ameaças para a saúde das pessoas e dos animais, a exposição e o medo de circular em espaços voltados para a criação de pequenos animais, uma produção essencial na garantia do autoconsumo realizado pelas mulheres.

Os efeitos na saúde são também abordados a partir das doenças respiratórias e da saúde mental das famílias, mas também da experiência distinta das mulheres à medida que convivem de forma mais intensa com o barulho dos aerogeradores, responsável por distúrbios do sono, depressão e ansiedade. Com referência à Acseirad, aborda a imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, os custos envolvidos e a descredibilização das queixas das populações afetadas indicando como a realidade mostra o entrelaçamento das formas de dominação econômica social e ambiental vivenciadas em processos de acumulação e colonialismo.

A autora conclui abordando como a transição energética em curso reproduz e renova forma de exploração e expropriação e destaca o desafio de repensar o modelo de transição energética adotado a partir da descentralização de geração de energia e o enfrentamento das desigualdades para promover justiça, igualdade de gênero, garantir direitos territoriais e valorização da vida em todas as suas dimensões.

O trabalho de cuidados será também analisado a partir das suas interfaces com as políticas públicas no artigo Políticas Públicas de cuidados no semiárido brasileiro e seus desdobramentos para com as mulheres rurais: Uma reflexão a partir do P1MC de autoria de Marielle Eden Palmeira do Nascimento e Andrea Lorena Butto Zarzar. Nele encontramos uma análise do P1MC, programa que, segundo a autora, fornece infraestrutura hídrica, reduz a carga sobre as mulheres e incorpora a perspectiva de gênero, promovendo transformações nas dinâmicas sociais e econômicas das comunidades, a convivência com o semiárido e a melhoria na vida das mulheres rurais.

O artigo tem início com a descrição do semiárido brasileiro a partir de dados socioeconômicos e ambientais e dos desafios sociais, econômicos e ambientais, especialmente a estiagem das chuvas. Partindo do resgate da categoria “convivência com o semiárido”, a autora apresenta reflexões sobre a condição das mulheres que vivem na região e suas conexões com especificidades mais amplas como das mulheres com o trabalho de produção e de reprodução da vida. O artigo aborda as políticas públicas de cuidado e as estratégias acionadas para mitigar desigualdades estruturais e transformar as realidades locais em particular a partir do P1MC e, numa releitura do referido programa, destaca as dimensões

do cuidado envolvidas, à medida que diminui a carga sobre as mulheres, favorece a criação de condições mais justas ao assegurar acesso à água limpa e segura.

O artigo está organizado a partir de três blocos. No primeiro, apresenta a política pública de convivência com o semiárido para, em seguida, abordar o trabalho do cuidado das mulheres rurais, as interfaces com o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e, a partir desses subsídios, indicar possíveis desdobramentos das Políticas de Cuidado no Semiárido. Inicialmente a autora indica como a política pública de convivência com o semiárido aposta em soluções que valorizam as características ambientais, sociais e econômicas da região com uso de tecnologias, práticas e estratégias adaptadas à realidade local no fortalecimento da agricultura familiar, melhoria dos sistemas de captação e armazenamento de água e a agroecologia numa aposta de cultivo de plantas que resistem à seca e que garantem não apenas a segurança hídrica e alimentar das comunidades, mas também promovem a sustentabilidade ambiental e a independência dos agricultores como alternativa às políticas tradicionais de combate à seca que se mostraram inadequadas ou insustentáveis. O artigo descreve objetivos marcos da história do programa em tela, a sua incorporação por parte do Estado, as tecnologias sociais criadas e sua aposta em pequenas ações em vez de grandes obras, reduzindo custos e democratizando o acesso à água e destaca como as políticas públicas de convivência reconhecem e valorizam os conhecimentos tradicionais, promovem a agroecologia, incentivam práticas coletivas e valorizam a participação das mulheres nas atividades produtivas e na gestão dos recursos.

Para abordar o trabalho de cuidado, a autora se apoia nas reflexões contemporâneas da economia feminista sobre a divisão sexual do trabalho, os cuidados e as relações de gênero e seu lugar na manutenção da vida e o bem-estar. As autoras se valem das contribuições de Tronto para abordar o trabalho de cuidados como dimensão necessária para preservar a vida, as emoções tais como a atenção e o apoio, e mostra como, no contexto das políticas públicas, o cuidado se estende além das responsabilidades domésticas e familiares, incorporando iniciativas governamentais que garantem direitos fundamentais, diminuem as desigualdades de gênero e fomentam a sustentabilidade social. As autoras também indicam como mulheres estão na linha de frente do cuidado, equilibrando atividades que asseguram a continuidade da vida diária com obrigações produtivas que são vitais para a sustentabilidade da vida em suas comunidades, principalmente em contextos rurais, espaço onde se evidencia a conjunção de atividades econômicas voltadas para o mercado e o trabalho doméstico, e a importância da promoção de políticas públicas que asseguram direitos, autonomia às mulheres no meio rural, bem como o fortalecimento de práticas agroecológicas das mulheres na produção de alimentos e suas práticas sociais e culturais de fortalecimento das redes de solidariedade nas comunidades.

As autoras também descrevem o papel desempenhado pela sociedade civil, destacando o GT de Mulheres da ASA ao buscar reconhecimento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres no assessoramento técnico e na promoção de discussões sobre direitos e estímulo à liderança nas comunidades e na gestão de recursos.

Finalizam a reflexão apresentando o papel do Estado na promoção de políticas públicas que sejam inovadoras e reconheçam o valor do trabalho de cuidado realizado por mulheres no meio rural a partir de abordagens integrais das necessidades de cuidado e sua importância para ampliar o compartilhamento do trabalho de cuidados e fortalecimento da organização coletiva das mulheres, dimensões importantes na promoção da igualdade de gênero.

No artigo denominado Mulheres rurais e saberes tradicionais no semiárido Nordeste: Percepções sobre a divisão justa do trabalho doméstico no contexto do Projeto Jandaíras de autoria conjunta de Luiza Carolina da Silva, Maria do Socorro de Lima e Laeticia Medeiros Jalil, encontramos uma descrição do Semiárido Brasileiro a partir da sociobiodiversidade e da presença da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais (PCTs), em particular no contexto de experiências de transição agroecológica e do envolvimento das mulheres a partir da atuação da assistência técnica de organizações não-governamentais e de reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e o modo de vida e de organização social.

Com o propósito de investigar as percepções das mulheres envolvidas no referido projeto acerca da divisão justa do trabalho doméstico, as autoras buscam, inicialmente, construir uma compreensão mais abrangente sobre o tema e analisar as implicações dessa divisão na vida cotidiana das participantes.

Partindo de revisão bibliográfica e dos dados coletados em oficina participativa realizada pelo Projeto Jandaíras e da Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico, as autoras sistematizam os resultados ainda que parciais sobre a percepção de grupos de mulheres de povos e comunidades tradicionais participantes em oficina dedicada ao tema e concluem que ao patriarcado, capitalismo e racismo, soma-se ainda a diversidade étnica. Com uso da nuvem de palavras sistematizadas revelam como, apesar das mulheres integrantes das comunidades envolvidas compreenderem e afirmarem que a responsabilidade pelas tarefas domésticas deveriam ser compartilhadas em suas famílias, ainda vivenciam grande sobrecarga nessas atividades.

O dossiê também apresenta reflexões sobre a ação coletiva das mulheres rurais na região nordestina, no artigo Feminismos, Mulheres Rurais e Trabalho de autoria conjunta de Aryella da Silva Leite e Laeticia Medeiros Jalil encontramos uma revisão bibliográfica sobre feminismos negro, marxista e camponês, movimentos sociais rurais, gênero e campesinato, o objetivo das autoras é lançar reflexões para uma melhor compreensão

da auto-organização de mulheres e suas alternativas feministas no enfrentamentos às desigualdades, bem como das lutas por reconhecimento, especialmente a partir do trabalho de produção na construção da agroecologia, a preservação de saberes e do meio ambiente.

As autoras referem conceitos recentes da teoria feminista para entender as relações de gênero, resgatando conceitos como interseccionalidade, consubstancialidade e coextensividade e caleidoscópio de gênero como parte dos esforços para uma melhor compreensão da dinâmica das relações de gênero, das conexões com sistemas de dominação e as diversidades envolvidas.

Em diálogo com a economia feminista, abordam a divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e de cuidados e suas particularidades com as mulheres rurais, dos campos, das águas e das florestas. Considerando que atividades do trabalho desenvolvidas se mesclam nos espaços domésticos e de reprodução, revelam a invisibilidade e a desvalorização desse trabalho e a percepção do senso comum como não trabalho, que resulta da compreensão do trabalho restrito a relações mercantis.

Na reflexão apresentada, abordam a problematização do “esquema produção-reprodução” e seus limites para compreender as relações sociais desiguais e de exploração da natureza na atualidade a partir das contribuições da economia feminista e dos estudos rurais feministas, indicando como, em contextos rurais, esse esquema é ainda mais inválido já que nesses espaços não há separação de espaços e tempos. Também referem as novas dimensões consideradas nesses estudos tais como a gestão das emoções.

Com referência na literatura mais recente sobre o tema, abordam o Feminismo Camponês Popular e suas interfaces com classe e raça e o crescente movimento de valorização do trabalho das agricultoras, principalmente a partir da agroecologia e das distintas estratégias acionadas como campanhas e metodologias pedagógicas para a sua consolidação.

O Dossiê é finalizado com as reflexões de uma grande mestra dos estudos rurais feministas a partir da entrevista Maria Ignez Paulilo e os caminhos do feminismo no rural brasileiro conduzida por Karolyna Marin Herrera e Andrea Lorena Butto Zarzar. Nela é traçada a trajetória acadêmica de uma das pioneiras nos estudos rurais feministas no Brasil, a entrevista aborda o surgimento do interesse de estudos das mulheres rurais ainda na década de 1970, especialmente a relação das mulheres com a terra e o casamento, e as demais agendas de pesquisa que foram adentrando na sua carreira tal como a forma pela qual as mulheres asseguram seus direitos, o reconhecimento profissional e os limites das políticas públicas. Como se trata de uma estudiosa com experiência de campo diversa, a entrevista aborda os estudos realizados em distintas regiões do Brasil – Sudeste, Nordeste

e Sul, os aprendizados da diversidade existente no país como as volantes na colheita do café e as moradoras no Nordeste.

A entrevista também resgata as reflexões sobre a natureza do trabalho feminino, as categorias êmicas e as formas distintas de se relacionar com a mecanização da agropecuária. A diversidade existente no campo e a importância da atenção às especificidades regionais nas hierarquias e poderes locais.

A entrevista também explora o interesse de Maria Ignez para a ação coletiva das mulheres rurais a partir dos anos 90, em particular com o Movimento de Mulheres Camponesas e outros vinculados à Via Campesina, experiência a partir da qual explora visão essencialista da natureza feminina e as interpretações mais construtivistas das feministas acadêmicas.

Encontramos também na entrevista um destaque para as problematizações realizadas pela autora para o chamado “trabalho leve” e as desigualdades de gênero, destaque em que procura revelar a necessária desconfiança que devemos ter em relação a conceitos genéricos e as dificuldades de incorporar em suas análises o poder e as hierarquias que moldam as relações de gênero e as distintas conexões com sistemas de dominação.

Esperamos que as reflexões ensejem estimulantes reflexões, e desejamos uma prazerosa leitura!

TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA E A FORMAÇÃO DO CAMPO DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS ENTRE O FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

ARLENE RICOLDI¹

RESUMO

O artigo examina a formação e consolidação dos estudos de gênero nas Ciências Sociais no Brasil entre o final do século XX e início do XXI, destacando a influência de temas como trabalho, família e política. Analisa a trajetória de grupos de pesquisa na ANPOCS, a produção acadêmica em pós-graduação (1988-2007) e a transição de estudos sobre “a mulher” para abordagens interseccionais de gênero. Destaca a institucionalização do campo por meio de núcleos universitários, concursos da Fundação Carlos Chagas e eventos como o “Fazendo Gênero”. O texto também explora a fragmentação temática em GTs da ANPOCS, refletindo disputas teóricas e a transversalidade do gênero em diversas áreas. Conclui que, apesar da pulverização, questões como desigualdade no trabalho e família permanecem centrais, com desafios contemporâneos ligados a raça, colonialidade levantados pela literatura pós e decolonial.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Mulheres, Campo científico, Feminismo.

ABSTRACT

The article examines the formation and consolidation of gender studies in the Social Sciences in Brazil between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, highlighting the influence of themes such as work, family and politics. It analyzes the trajectory of research groups at ANPOCS, academic production in postgraduate studies (1988-2007) and the transition from studies on “women” to intersectional approaches to gender. It highlights the institutionalization of the field through university centers, competitions by the Carlos Chagas Foundation and events such as “Fazendo Gênero». The text also explores the thematic fragmentation in ANPOCS WGs, reflecting theoretical disputes and the transversality of gender in several areas. It concludes that, despite the fragmentation, issues such as inequality in work and family remain central, with contemporary challenges linked to race and coloniality raised by post and decolonial literature.

KEYWORDS: Gender, Women, Scientific field, Feminism.

¹ UFABC.

Apresentação

O trabalho se a examinar as relações entre as temáticas de Trabalho, Família e Política e o fortalecimento dos Estudos de Gênero nas Ciências Sociais, a partir da organização de pesquisadoras e estudiosas em Grupos de Trabalho na ANPOCS/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, sua principal associação nacional de pesquisa e pós-graduação², bem como cotejando com pesquisa bibliográfica de monografias de pós-graduação, entre períodos de 1988 e 2007.

Existentes desde os primeiros anos da associação, os estudos sobre a Mulher, depois migrados para Estudos de Gênero e suas aproximações com outras áreas, como estudos de Sexualidades (desdobrados depois em LGBT's³) tem assento importante no desenvolvimento desses estudos no Brasil.

Os Grupos de Trabalho Mulher na Força de Trabalho, Mulher e Política e Família e Sociedade foram pioneiros suas trajetórias, bem como a de suas integrantes convergem em um dado momento, reconhecendo o solo comum de suas pesquisas. Tendo em vista tratar-se de uma Associação de pesquisa e pós-graduação, cotejamos os dados com pesquisa que realizamos no final da década de 2000, a qual possuía, como um de seus objetivos, tentar justamente delimitar um possível campo de estudos de gênero, que, naquele momento, não ousava dizer seu nome ou denominar-se a si mesmo como “campo”. Certamente, a noção de campo científico, elaborada por Bourdieu (1976), requer autonomia e robustez. Gostaria de defender, neste texto, que o crescimento e a amplitude que os Estudos de Gênero ganham entre o final do século XX e o início do XXI, se não o formam, dão condições para o que hoje pode ser chamado de “campo de estudos de gênero”. Esse campo, embora tenha estendido seus ramos para os Estudos de Relações Raciais, os estudos de classe e desigualdades, marcadores sociais da diferença, etc, podemos dizer que suas fronteiras são visíveis e bem definidas⁴. O artigo buscará, no seu desenrolar, identificar os alguns elementos do campo científico, como o define Bourdieu (1976): Autonomia relativa, autoridade, habitus e capital científicos, disputa por legitimidade e reconhecimento por pares, defesa do status quo, veículos de consagração, como instituições e revista científicas, e, naturalmente, como seu campo está socialmente situado e atravessado por relações de poder.

Para isso, o texto divide-se em três partes: um preâmbulo sobre o surgimento dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismo no Brasil, no qual são elencados personagens,

2 A Anpocs congrega as áreas de Ciência Política/Relações Internacionais, Sociologia e Antropologia, assim como tem abertura a estudos transdisciplinares, que podem tangenciar áreas como Demografia, Educação, História, Urbanismo, Comunicação, entre outras.

3 Adotaremos aqui a nomenclatura abreviada, como era corrente nos anos examinados neste trabalho.

4 Um conceito desenvolvido como aliança entre essas noções foi interseccionalidade (CRENSHAW, XXXX, COLLINS, XXXX), a partir da reflexão original de intelectuais negras, como Angela Davis (mulher, raça, classe) e Lelia Gonzalez.

instituições, grupos e lugares que foram cruciais na formação do campo; na segunda parte, serão apresentados alguns dados sobre a produção da pós-graduação sobre mulheres, gênero e feminismos entre os anos de 1988 e 2007, que podem iluminar o trajeto de segmentação, aproximação e posterior fragmentação e transversalização da temática para diversos campos do conhecimento; e, por fim, um breve histórico dos grupos, como as temáticas de Trabalho, Família e Política acabam por convergir na década de 2000 na criação de um “GT de Gênero”, e seu diferencial em relação a outros GTs, que abordam, por exemplo, corpo e sexualidade que se reflete na organização de Grupos de Trabalho na ANPOCS. Ao final, pretende-se amarrar os diversos fios traçados, mostrando como a disseminação de uma abordagem de gênero e da consolidação de certos axiomas dos estudos de gênero, como a construção social e histórica do gênero e a necessidade de se combater a desigualdade produzida pela “organização social da diferença sexual” (SCOTT, 1993?) demonstram sua força e autonomia.

Surgimento dos “estudos sobre mulheres”: introdução aos estudos de gênero no Brasil

Embora a obra pioneira para os estudos sobre a(s) mulher(es)⁵ e gênero no Brasil tenha sido publicado em pouco antes dos anos 1970 (SAFFIOTI, 1969), esta é a década na qual seus trabalhos inaugurais são escritos e publicados, ficando a década de 1980 como aquela na qual a temática se estabeleceu, no Brasil. Entre esses marcos iniciais, predominam temas como trabalho feminino, *A Mulher na Sociedade de Classes*, de Saffioti (1969), *Trabalho Doméstico*, de Blay (1978) e *Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil* (MADEIRA, SINGER, 1975). Dos três, os dois primeiros são obras que resultaram de teses de doutoramento, defendidas respectivamente em 1967 e 1972, apontando, desde o seu início, a importância da pós-graduação para esses estudos. Em 1972, a SBPC incluiu na programação de seu encontro anual estudos sobre a mulher, com destaque para a questão do trabalho (BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002).

Num contexto de retorno de exiladas, opositoras do regime militar (1964-85), que haviam sido expostas ao pensamento feminista (tanto dos EUA quanto na França), algumas delas tornadas pesquisadoras e acadêmicas na sua volta, bem como a efervescência política de grupos feministas que se formavam em território nacional, adubavam o solo para florescimento de estudos e pesquisas sobre “a mulher”. De meados de 1970 a 1980, os estudos passam do “limbo ao gueto” (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985), isto é, de uma produção pontual e esparsa, a uma maior consistência e regularidade, -- no entanto,

⁵ Tanto no Brasil, como nos Estados Unidos surgem os estudos sobre “a Mulher” tomando a categoria como homogênea e não problemática. Para uma discussão que esclarece alguns pontos dessa questão, v. Nicholson (2000).

autorreferente. Não por acaso, esse também é o período da chamada Década da Mulher da ONU (1975-1985), que foi um marco e importante impulso a estudos e debates sobre a questão da mulher. Alvarez (1990) aponta que, no fechamento político do regime militar em plena década de 1970, discutir estudos e pesquisas sobre a mulher era frequentemente desconsiderado como subversivo, motivo pelo qual essa área teve relativa tranquilidade em estabelecer debates públicos no seu início.

A partir da década de 1980 há alguma institucionalização, com a criação de Núcleos de estudos em grandes universidades⁶ e conquista de espaços acadêmicos. A denominação gênero para esses estudos ainda não havia alcançado a dimensão de hoje, a influência era os Women's Studies, os quais iriam, posteriormente, se transformar em Gender Studies (LAVINAS, CASTRO, 1992).

A consolidação dessa área, a partir dos anos 1990, se dá com o aumento de núcleos de estudo especializados na maioria das universidades brasileiras, dos trabalhos de pós-graduação, da criação de alguns programas de pós-graduação e linhas de pesquisa e um número razoável de revistas acadêmicas especializadas.

Durante a década de 1990, impulsionados também pela tradução de textos-chave que viriam a ser amplamente utilizados⁷, a categoria gênero se estabelece vigorosamente, unindo temáticas relacionadas às desigualdades entre homens e mulheres, construção social da diferença sexual, sexualidades, entre outras.

Outro locus importante de germinação dos estudos de mulheres e gênero é, inegavelmente, os Concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford. Se havia um contexto interno que favorecia o interesse por esse tipo de tema, a concessão de bolsas para realização de pesquisas foi o impulso necessário para crescimento extraordinário que os estudos sobre a mulher e gênero experimentaram a partir da década de 1990. Foram 8 concursos ao longo de 20 anos, durante os quais os 170 projetos aprovados contavam com assessoria e monitoramento. Não se tratava apenas da concessão de bolsas, mas da criação de um ambiente de discussão e permanente avaliação do andamento dos trabalhos. Muitas de suas bolsistas (a maioria, mulheres) ocuparam (algumas ainda ocupam) posições

6 Até 1985, há registros da criação de 7 núcleos universitários com importantes lideranças acadêmicas a frente do processo: o NEM/ Núcleo de Estudos sobre a Mulher (PUC-RIO, Fanny Tabak, 1980); Nedim / Núcleo de Estudos e Informação sobre a Mulher (UFC, Zaira Ary, 1981); Neim / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (UFBA, Ana Alice Costa, 1983); Núcleo Mulher / Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (UFRGS, Maria Noemi Castilhos Brito, 1984), Nepem / Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, (UFMG, Glaura Vasques de Miranda, 1984); NEG/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero (UFSC, Miriam Grossi, 1984); Nemge / Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (USP, Eva Alterman Blay, 1985), (COSTA, BLAY, 1992).

7 Dois textos de Joan Scott se tornaram extremamente influentes, Gênero como categoria útil de análise histórica (SCOTT, 1990) e Prefácio a Gender and Politics of History (SCOTT, 1994). O primeiro também foi traduzido por feministas ligadas ao SOS Corpo de Recife (Maria Betânia Avila e Christine Rufino Dabat), e republicado em 1995 pela mesma Educação & Realidade, revisado.

importantes na academia brasileira e na produção dos estudos de gênero por décadas⁸. A Fundação Carlos Chagas, dotada de um grupo de respeitado núcleo de estudos sobre a Mulher e, posteriormente, de gênero⁹.

Consolidação dos estudos de gênero - Produção acadêmica dos anos 1990 e 2000

O campo de estudos de gênero tem natureza interdisciplinar, tendo em vista que seus trabalhos, embora possam ser identificados com as disciplinas de formação das pesquisadoras, dialogam entre si por meio desse um jargão comum, estabelecido por trabalhos referências e conceitos-chave. Nesse período, não era possível ainda delimitar um campo de estudos, no entanto, era perceptível o vigor que esses estudos e pesquisas vinham experimentando. Desde 1994, realiza-se o Encontro Fazendo Gênero, em Santa Catarina, pelo consistente grupo de pesquisadoras que lá estabelecido havia se estabelecido¹⁰. Desde então, 13 edições foram organizadas, e a submissão de trabalhos, sempre crescente. Atualmente, em número de trabalhos apresentados em GTs, o Fazendo Gênero vem atingindo um enorme público: a décima edição contou com cerca de 8 mil inscritos (BENETTI, 2017). A sua última edição, em 2024, contou com cerca de 3.500 trabalhos inscritos. Também é esse núcleo que edita a Revista Estudos Feministas, um dos primeiros periódicos que se propõe a congregar esses estudos, criada com apoio da Fundação Ford (DINIZ, FOLTRAN, 2004).

Poucos trabalhos, entretanto, tiveram condição de analisar a produção de gênero de forma mais abrangente. Em pesquisa realizada no início dos anos 2010, recortou-se o período de 1988 a 2007¹¹, e coletou-se teses e dissertações contidas no Banco de teses da Capes que versassem sobre a temática, segundo alguns critérios, a seguir discriminados. A escolha se deu pelo fato de que esse banco de dados abrange todas as áreas do conhecimento, tratando-se de fonte única sobre a produção acadêmica. Infelizmente, já no final da pesquisa, o banco na sua primeira forma sai do ar. A instabilidade do banco no período final da pesquisa fez com que os esforços no sentido de estender a pesquisa fossem paralisados.

Depois de um trabalho exploratório com diversas buscas na base Capes, optamos por uma 8 Podemos citar alguns nomes que receberam dotações: Miriam Moreira Leite, Branca Moreira Alves, Marília Pinto de Carvalho, Claudia Vianna, Liliana Segnini, Maria Helena Bueno Trigo, Maria Izilda Santos de Matos, Susana Borneo Funck, Adriana Piscitelli, Paola Cappelin, Heleieth Saffioti, Vera Ferrante, Guacira Lopes Louro, entre outras. Consultar as diversas coletâneas publicadas com os trabalhos dos concursos elencadas na coletânea de encerramento dos concursos, organizada por Cristina Bruschini e Sandra Unbehaum, 2002.

9 O núcleo de pesquisadoras foi fundado por Carmem Barros e composto por nomes influentes durante a década de 1980 e 1990: Cristina Bruschini, Albertina da Costa Duarte, Fulvia Rosemberg e Maria Malta Campos. Cynthia Sarti e Maria Lygia Quartim de Moraes foram pesquisadoras-visitantes (BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002)

10 Fundado como NEG em 1984, atualmente transformou-se posteriormente Instituto (IEG/Instituto de Estudos de Gênero).

11 A ideia era prosseguir na tradição de levantamentos bibliográficos da Fundação Carlos Chagas. O último realizado para a área de estudos em questão estendido sua pesquisa até o ano de 1987, daí a escolha de iniciar em 1988. O ano final levava em consideração a efeméride de 20 anos, aproximando-se ao máximo do ano de início da coleta de dados, 2011.

busca centrada em três termos: “Mulher”, “Gênero”, “Feminismo”, no campo “Assunto”. No entanto, mais uma vez em razão da pesquisa exploratória com o Banco, percebemos que o campo “assunto” englobava os campos título, linha de pesquisa¹² e resumo.

Os critérios utilizados para seleção dos trabalhos, com base na leitura dos registros completos presentes no Banco e captados através da busca pelos três termos escolhidos foram os seguintes:

- 1) Aqueles que se realizassem explicitamente sob uma “perspectiva de gênero”; isto é, invocando a categoria para examinar a construção social do gênero e/ou da organização social da ordem sexual;
- 2) Trabalhos que se propusessem a investigar as mulheres, ou a “condição feminina”, a “feminilidade”, a “questão da mulher”, os “papéis sexuais” de homens e mulheres, etc. Esses trabalhos devem, de alguma maneira, fazer referência, ou assumir como pressuposto a desnaturalização da posição das mulheres e homens, ainda que com diferentes fundamentações teóricas ou que não mencionem explicitamente gênero¹³.
- 3) Todos os trabalhos que, invocando o uso da categoria gênero, tinham o objetivo de entender uma “organização social da diferença sexual”, mesmo que não sejam só sobre mulheres. Trabalhos sobre masculinidades¹⁴, por exemplo, foram coletados.
- 4) Todos os trabalhos sobre feminismos, desde de literatura feminista à movimentos feministas, utilizando ou não a categoria gênero¹⁵.
- 5) Todos os trabalhos de natureza biográfica sobre mulheres “notáveis”, que se destacaram justamente por trajetórias que escapavam dos lugares tradicionalmente reservados às mulheres.

No período analisado (1988-2007), segundo os critérios anteriormente enumerados, foram coletados 5.550 trabalhos, dos quais 4.366 (78,7%) são dissertações de mestrado e 1.184 (21,3%) teses de doutorado. O número de dissertações, muito superior ao de teses, reflete a produção mesma da pós-graduação no Brasil.

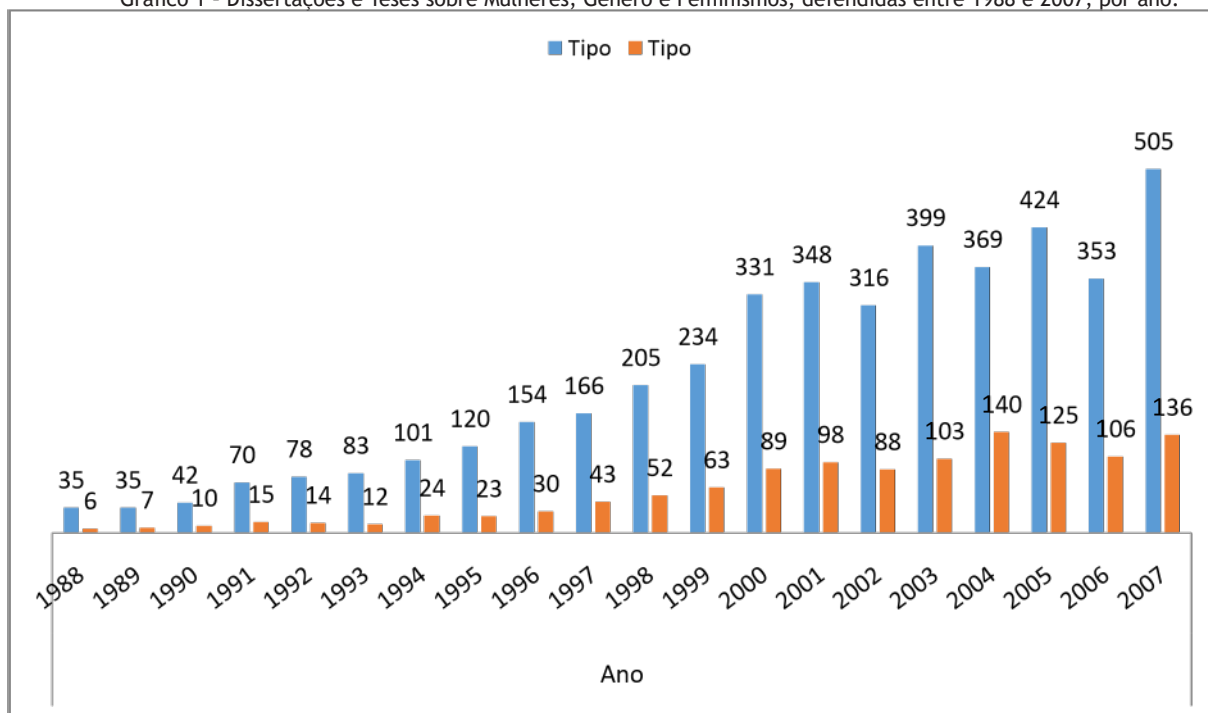
12 Este foi um dos campos não coletados, devido à fluidez que estas definições costumam ter nos programas de pós-graduação.

13 Este tipo de trabalho é especialmente mais numeroso nos primeiros anos coletados, mas não deixa de existir até os dias de hoje. Sabe-se que ainda há resistência em alguns círculos feministas sobre a categoria gênero. Uma dessas críticas pode ser encontrada, por exemplo, em Saffioti (2004).

14 Fazer um levantamento sobre masculinidades anteriores à utilização massiva de gênero requer outra estratégia de pesquisa e todo um esforço nesse sentido, que desviaria os objetivos desta. Chegamos a explorar o banco nesse sentido, e há inúmeros trabalhos sobre sexualidade, homossexualidade e masculinidades no final da década de 1980 que não utilizavam gênero e que mereceriam uma pesquisa à parte. No entanto, nossa hipótese é que, no decorrer dos anos, boa parte deles irá se juntar ao campo de estudos de gênero. Para levantamento específico ver Citeli, 2005).

15 São relativamente poucos os trabalhos que utilizam o termo “feminismo/feminista”, sejam em seu título, resumo ou palavra-chave. A explicação possível é a resistência ao feminismo na academia, aliada ao restrito campo de resumo dos trabalhos e às inconsistências do banco, principalmente nos primeiros anos (indexação inconsistente, erros de digitação, etc).

Gráfico 1 - Dissertações e Teses sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, defendidas entre 1988 e 2007, por ano.



Não se pode deixar de notar que a produção dos estudos da área sofre influência da própria expansão da pós-graduação. A predominância de mestrados é um reflexo disso, já que estes são geralmente muito mais numerosos dos que as teses de doutorado, embora a distância diminua ao longo da década. Enquanto em 1988, a proporção é quase de 6 mestrados para 1 doutorado, em 2007, a relação é de 3,5 para 1. É de se notar, no entanto, um forte crescimento a partir da década de 1990. Há de se notar, no entanto, alguns saltos importantes, do ano de 1990 para 1991, especialmente mestrados e de 1993 para 1994, para doutorados; bem como de 1999 para 2000. Se não é possível elaborar explicações mais embasadas sobre o crescimento dos trabalhos na temática, no mínimo, é possível afirmar sua expansão crescente, acompanhando o crescimento da pós-graduação.

Tabela 1 - Distribuição de Dissertações e Teses sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, defendidas entre 1988 e 2007, nas primeiras 20 Instituições de Ensino Superior do universo pesquisado

IES	Tipo		Total
	Dissertação	Tese	
USP	347	259	606
PUC-SP	317	127	444

UFRJ	313	129	442
UFSC	241	41	282
UNICAMP	175	97	272
UFRGS	164	58	222
UnB	158	46	204
UFBA	162	36	198
UFMG	155	43	198
UFPE	162	28	190
UNESP	131	52	183
PUC-RS	143	35	178
UFPB	138	5	143
UERJ	113	21	134
PUC-RJ	100	26	126
FIOCRUZ	73	34	107
UFF	82	17	99
UFC	75	18	93
UGF	76	9	85
UMESP	67	16	83
Total	3192	1097	4289

Outra perspectiva também corrobora que a produção reflete o próprio sistema de pós-graduação: são as maiores universidades, e os maiores centros de pós-graduação que concentram o maior número de trabalhos. As vinte primeiras instituições de ensino superior concentram quase 80% dos trabalhos pesquisados. Os mais de mil trabalhos restantes estão desigualmente distribuídos por 120 IES diferentes.

As principais áreas são das Ciências Sociais e Humanas, entretanto, é possível notar uma enorme dispersão entre áreas, inclusive, com algumas inusitadas, tais como Odontologia e Veterinária

Tabela 2 - Distribuição de Dissertações e Teses sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, defendidas entre 1988 e 2007, por área e proporção relativa ao total.

Área	
Psicologia	
Educação	
Letras e Linguística	
Sociologia	
História	

Enfermagem			
Saúde Coletiva			
Serviço Social			
Antropologia	-----		
Ciências Sociais Aplicadas			
Direito			
Teologia			
Interdisciplinar			
Medicina			
Administração, C. Contábeis, Turismo			
Educação Física			
Economia			
Planejamento Urbano e Regional / Demografia			
Artes / Música			
Ciência Política e Relações Internacionais			
Geografia			
Sexologia			
Ciências Agrárias			
Ensino de Ciências e Matemática			
Engenharia			
Filosofia			
Arquitetura e Urbanismo			
Odontologia			
Ciências Biológicas			
Ecologia e Meio Ambiente			
Matemática / Probabilidade e Estatística			
Interdisciplinar Mulheres, Gênero e Feminismo			
Não Identificada			
Ciência da Computação			
Geociências			
Veterinária			
Total	4366	1184	5550

Reflexos da produção de gênero nos GTs da ANPOCS

No final da década de 1970, como mencionado na primeira parte do trabalho, o movimento feminista brasileiro florescia, tendo como um marco o Ano Internacional da Mulher. A

criação dos três grupos de trabalho pioneiros remonta às origens da Anpocs, logo após sua fundação. Em 1978, foram criados os GTs “A mulher na Força de Trabalho” e “Família e Sociedade”. Pouco depois, no início da década seguinte, surgiu o GT Mulher e Política¹⁶. Este último e o GT Mulher na Força de Trabalho surgem no bojo das mobilizações políticas e no crescimento do interesse na temática. Suas temáticas refletem as principais preocupações da agenda política - maior participação na esfera pública, seja via trabalho remunerado, seja pela participação política.

O GT sobre a Mulher na Força de Trabalho representa a importância desse tema pioneiro na academia brasileira e irá enfocar questões como a divisão sexual, o conceito de trabalho, sua reformulação para incorporação do trabalho realizado pelas mulheres, visibilização e quantificação (LAVINAS, CASTRO, 1992). Teve entre suas fundadoras a socióloga Heleieth Saffioti (BANDEIRA, 2006).

O GT Mulher e Política foi criado por Fanny Tabak, que também iria criar o primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher (PUC-RJ) em 1980. Na perspectiva da então recente abertura política, as questões do GT “centravam-se, sobretudo, na participação e representação política das mulheres nas esferas de poder, uma vez que a volta ao processo democrático era iminente em meados dos anos 1980.” (BANDEIRA, 2014)

O GT Família e Sociedade também teve contribuição digna de nota à temática de gênero. Suas preocupações iniciais remetiam a uma perspectiva tradicional dos estudos de família (FUKUI, 1980), área clássica na sociologia. Entre seus fundadores, Reginaldo Prandi, Heraldo Souto Maior, Parry Scott, mas também, Eva Blay, uma das pioneiras dos estudos sobre a Mulher no Brasil (SCOTT, 2006, p. 304). Segundo Parry Scott, o grupo foi paulatinamente incorporando Gênero na sua denominação, com diversas pesquisadoras que se dedicaram a temática como organizadoras (tais como Cristina Bruschini, Maria Lygia Quartim de Moraes e Elizabeth Bilac), implicando em mudanças na sua orientação (SCOTT, 2006, p. 304-305)¹⁷.

O grupo Família e Sociedade, bem como o de Mulher na Força de Trabalho estiveram entre os primeiros GTs da Associação. Este último acompanhou a transição dos estudos sobre a Mulher para estudos de gênero, que ocorre não só no Brasil. Segundo Bandeira há uma negociação de dois anos, que incluíam diálogos com as fundadoras dos GT de Mulher na Força de Trabalho e Mulher e Política para formar primeiramente o ST¹⁸ A Transversalidade

16 O ano de criação é controverso: enquanto Scavone (2011) afirma que este foi criado no mesmo ano de , Bandeira (2012), que foi coordenadora do GT, afirma que este foi criado em 1982 pela Profa. Fanny Tabak. Melo (2013), por sua vez, aponta o ano de 1980 como o de sua fundação. O Livro de Nomes da ANPOCS tem uma primeira referência em 1981.

17 Conforme o depoimento de Parry Scott, o grupo foi fundado por um grupo heterogêneo no início dos anos 1980 (Heraldo Souto Maior, Reginaldo Prandi, Eva Blay e o próprio Parry Scott, entre outros), e, ao mesmo tempo que incorpora a questão de gênero, traz nomes identificados com o feminismo acadêmico para coordenar suas diferentes edições, tais como Mariza Corrêa, Maria Lygia Quartim de Moraes e Cristina Bruschini (SCOTT, 2006, p. 304).

18 ST, ou Seminário Temático, é a forma temporária assumida por um GT - Grupo de Trabalho. Periodicamente, são propostos novos GTs que perduram por cerca de 3 anos. Na reformulação de novos GTs, em um Encontro Anual os GTs assumem primeiramente a forma de STs, com duração de 1 ano. Se os coordenadores assim o quiserem, podem propor

do Gênero nas Ciências Sociais em 1990, coordenado por Lena Lavinas e Lourdes Bandeira. (BANDEIRA, 2006, p. 231; ANAIS..., 1990). Assim, constitui-se o GT, já em 1991 denominado Relações Sociais de Gênero, congregando as principais preocupações teóricas e políticas da década anterior, seja, o avanço das mulheres no mercado de trabalho (considerado o instrumento de sua autonomia e perseguição da equidade), as atribuições familiares que influenciavam e também obstavam o seu avanço¹⁹, e a participação política, como conquista do poder e do caminho para uma maior igualdade.

Interessante notar que o nome escolhido para o GT era uma conciliação teórica encontrada, à época, para as duas grandes influências dos estudos feministas, isto é, a teoria anglófona do Gender (associada principalmente à Joan Scott) e as Relações Sociais de Sexo das pesquisadoras francesas, associada especialmente a Danièle Kergoat, com um papel de importante de Helena Hirata como elo entre Brasil e França.

O GT Relações de Gênero permanece ativo até 1996. Um novo GT, com semelhanças de perfil com o grupo anterior, é criado em 2005 com a denominação Estudos de Gênero na Contemporaneidade, coordenado por Lucila Scavone, Maria Lygia Quartim de Moraes e Luzinete Minella. Nesse GT, além de trabalho, família e participação política, estudos sobre sexualidade e violência também eram discutidos. Lucila Scavone, em trabalho para o 35º Encontro da ANPOCS, avalia que naquele momento, havia “uma pulverização da questão gênero em diferentes grupos temáticos e, também, uma maior especialização de temas correlatos: sexualidade, corpo, entre outros. (SCAVONE, 2011).

Em outra vertente dos estudos de gênero, em 2001, havia sido criado o ST Sexualidade, reprodução, parentesco: novas questões, novos desafios? Leituras a partir dos estudos de gênero, coordenado por Adriana Piscitelli e Miriam Grossi, sem continuidade como GT. Em 2004, há o ST Corpo, Sexualidade e Identidade, coordenado por Sergio Carrara, Maria Filomena Gregori e Julio Simões, que prossegue como o GT Sexualidade, Corpo e Gênero no ano seguinte. Ainda que aparentados pelo campo de gênero, este último vinha da linhagem dos estudos sobre sexualidades, que incluíam primordialmente a problemática LGBT e suas vivências, cujo interesse vinha crescendo naquele momento, e prossegue na atualidade com vigor, alimentado por novas questões.

Em 2007, o GT Gênero na Contemporaneidade teve uma proposta de continuidade no ST Estudos de Gênero - Teoria e Pesquisa, porém, que não subsiste na edição seguinte. A temática da Sexualidade continuou organizada no ST Sexualidade e ciências sociais: desafios teóricos, metodológicos e políticos²⁰. Outro GT que tem relação com a temática

novamente a temática para o novo ciclo, que durará 3 anos sob a denominação de GT

¹⁹ Ainda que o GT de Família não tenha participado de sua criação, a temática da conciliação trabalho e família é inseparável dos estudos sobre trabalho da mulher, levando esse a discussões sobre família.

²⁰ As diferentes reedições do grupo são: 2008 e 2009 - GT Sexualidade, corpo e gênero; 2010 - ST Sexualidade, gênero: ética e política; 2011 e 2012 - GT Sexualidade e gênero: sociabilidade, erotismo e política; 2013 - ST Sexualidade e

de gênero é “Corpo, biotecnologia e subjetividade”²¹, que vinha lidando com questões de corpo, saúde e gênero, o qual também se manteve até o ano de 2013 em diversas reedições.

Uma breve experiência na temática de Gênero e movimentos sociais ocorreu no biênio 2011/2012 (Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia), quando a temática de movimentos sociais, de forma geral, ainda não tinha sido chacoalhada pelas denominadas por muitos como “Jornadas de Junho”, em 2013 (SINGER, 2013). O GT não teve uma continuidade na ANPOCS.

Em 2014, é aprovado o ST “Família e trabalho: desafios da conciliação no contexto de desigualdades”. Apesar de não possuir o termo gênero em seu título, traz um segmento de estudos da área de gênero no Brasil que possui tradição e estudos já clássicos, uma experiência que reuniu papers sobre trabalho e carreiras profissionais, conciliação, afazeres domésticos, emprego doméstico e políticas públicas de apoio às famílias em duas sessões. A temática é novamente aprovada no biênio seguinte pelas coordenadoras (Felicja Picanço e Jurema Brites), sob a denominação “Família e Trabalho: configurações, gerações e articulações em contexto de desigualdades”, agora na forma de GT. O escopo dos trabalhos se amplia, abrangendo, além das temáticas anteriores, trabalhos sobre care²² e programas sociais de apoio as famílias, não diretamente para auxiliar a conciliação, mas na complementação da renda (BolsaFamília), bem como configurações familiares e questões geracionais. A temática do Trabalho e Família, sob uma ótica de gênero, vem se impondo a mais de três décadas, e vem se repondo como desafios das políticas públicas, assim como das famílias e da sociedade, no sentido de absorver suas transformações e preparar-se para mudanças futuras.

Atualmente, portanto, é possível encontrar abordagens “de gênero”, ainda que coadjuvantes, em diversos estudos, nas diferentes áreas da Sociologia, Antropologia e da Ciência Política e, igualmente, nos diversos GTs da ANPOCS nos quais é possível fazer essa relação ou abordagem. É verdade que muitos deles se acabam por se restringir a análises quantitativas da variável sexo, ou por se utilizar de parte da literatura de gênero para justificar ou iluminar partes de seus trabalhos nos quais a temática é inegavelmente importante. Ainda assim, é possível, hoje, encontrar “análises sob a perspectiva de gênero” nos mais diversos grupos de trabalho nos Encontros Anuais da Anpocs, nas questões pertinentes a desigualdades sociais, militâncias, política, cuidado, emoções, trabalho,

gênero: regimes de regulação e processos de subjetivação; 2014 e 2015 - GT Sexualidade e gênero: sujeitos, práticas, regulações.

21 Pode-se constatar a continuidade da temática do GT nas seguintes reedições: 2008 e 2009 - GT Corpo, biotecnologia e subjetividade; 2010 - ST Corpo, saúde e emoção; 2011 e 2012 - GT Saúde, emoção e moral; 2013 - ST Vitimização: políticas de moralidade e gramáticas emocionais. Esse GT e suas reedições estão muito ligados ao trabalho da pesquisadora Cynthia Sarti.

22 Sobre care, v. Hirata e Guimarães (2012).

violência etc.

Considerações Finais

Pudemos acompanhar a constituição de um campo de estudos na confluência de mulheres, gênero e feminismos, que possui um contexto político, histórico e acadêmico próprio. Na chamada segunda onda feminista, a principal preocupação com o trabalho das mulheres e, em tempos de transição democrática, com sua participação política. Porém, os estudos ainda eram incipientes e autorreferentes até a década de 1990. A partir desta, ocorre a disseminação da categoria gênero, bem como um aumento substantivo dos estudos da área, tanto nos centros mais especializados, como uma transversalização extraordinária da temática nas mais variadas instituições e áreas do conhecimento. Essa dinâmica irá se refletir, na confluência dos GTs pioneiros da ANPOCS de “Relações de Gênero” que pudesse abarcar diversas temáticas na área. Como pudemos ver, há, na década de 1990, um crescimento da produção de teses e dissertações. Na década de 2000, outro aumento importante, e a retomada dos GTs na ANPOCS, ainda que de forma não permanente. Um GT de Gênero, amplo, não subsistiu, e as tentativas mais recentes fazem recortes mais específicos, como movimentos sociais e família. A área que compreende e entrelaça os temas do trabalho, família e gênero parece não perder sua vitalidade, no Brasil e no mundo, pela sua centralidade da explicação de diversas das desigualdades de gênero. Estes temas permanecem centrais para a temática de gênero, e um nó na vida das mulheres que trabalham. Não é possível prever novos direcionamentos da temática, abarcando outros aspectos importantes do campo de estudos, porém, discutir as desigualdades de gênero no mundo do trabalho e da família permanece um problema atual e fundamental para a sociedade.

Nichos e temáticas se estabelecem, disputas entre grupos por legitimidade e pela predominância deste ou daquele paradigma. Se uma abordagem por vezes denominada “pós-estruturalista”, na trilha da inspiração foucaultiana, começa a se difundir nos anos 1990 e permaneceu a tônica dos anos 2000, vemos ganhar força críticas que retornam a explicações marxistas, remodeladas por raça e colonialidade, que o mix poderoso da literatura pós, e após, a decolonial, vem interrogar. Apesar disso, diversas abordagens perduram, debatem e convivem durante todos esses anos.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brasil :women'smovements in transitionpolitics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

ANAIS do 14º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 22 a 26 de outubro, 1990.

BANDEIRA, Lourdes. Entrevista a Rozeli Porto e AnalbaBrazão Teixeira. In: GROSSI, Miriam Pillar. In: MINELLA, Luzinete Simões. PORTO, Rozeli. *Depoimentos :trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2006, p. 290-309.

_____. Texto elaborado pela Sra. Lourdes Bandeira, secretária-executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), para cerimônia de abertura do 36º Encontro Anual da ANPOCS, em 21 de outubro de 2012, em Águas de Lindóia (SP). Águas de Lindóia. *Jornal Iaras* (Belém-PA), n. 19, nov.-dez/2014. Disp. em http://www.jornaliaras.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=110:op_iniao-lourdes-bandeira&catid=8:edicao-6-setembro--outubro&Itemid=5. Acesso em 14mar. 2017.

BENETTI, Estela. Florianópolis receberá eventos internacionais sobre questões de gênero no próximo mês. *Diário Catarinense*, 19/07/2017. Disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/estela-benetti/noticia/2017/07/florianopolisrecebera-eventos-internacionais-sobre-questoes-de-genero-no-proximo-mes9845695.html>. Acesso 20 set 2017.

BRITES, Jurema. PICANÇO, Felicia. O emprego doméstico em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindóia. *Anais...*, ANPOCS, 2013.

BRUSCHINI, Cristina. RICOLDI, Arlene. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 2009, p. v. 39, n. 136, pp. 93-123.

_____. _____. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. v. 20, n. 1, pp. 259-287, 2012.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. RICOLDI, Arlene. MERCADO, Cristiano. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: PITANGUY, Jacqueline. BARSTED, Leila. *O progresso das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, p. 142-166, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação

Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (orgs.) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo, Editora 34: Fundação Carlos Chagas, 2002, p. 19-58.

CITELI, Maria Teresa. A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002). Rio de Janeiro, Cepesc, 2005.

COSTA, Albertina. BARROSO, Carmen. SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre a Mulher no Brasil - do limbo ao gueto? Cadernos de Pesquisa (São Paulo), n. 54, pp. 5-15, ago./1985.

COSTA, Albertina. BLAY, Eva (orgs.). Gênero e Universidade. São Paulo, Nemge-USP, 1992.

DINIZ, Débora. FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil uma análise da Revista Estudos Feministas. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 99, set.-dez./2004, p. 245-253,

FUKUI, Lia. Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil. Boletim Informativo Bibliográficos das Ciências Sociais - BIB, n. 10, 1980, pp. 13-23.

GAMA, Andrea Sousa. O conflito entre trabalho remunerado das mães e cuidado das crianças pequenas - reflexões sobre o papel da política de educação infantil no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., Caxambu. Anais..., ANPOCS, 2014.

GUEDES, Graciele Pereira. Carência de serviços públicos de cuidados aos idosos no Brasil: um inibidor da participação feminina no mercado de trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindóia. Anais..., ANPOCS, 2013.

HIRATA, Helena. GUIMARÃES, Nadya. As várias faces do trabalho do care. São Paulo, Atlas, 2012.

LAVINAS, Lena. CASTRO, Mary. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina. BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 216-251.

MELO, Hildete Pereira. A Revista Gênero/UFF: fazendo "ciências" na militância. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 605-615, mai.-ago./2013.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Rev. Estudos Feministas, n. 2, v. 8, 2000, p.

PERRIN, Fernanda. CRESCE DIFERENÇA de jornada de trabalho entre homens e mulheres. Folha de S. Paulo, 26/02/2017.

RICOLDI, Arlene. A noção de articulação entre família e trabalho e políticas de apoio. Mercado de Trabalho, IPEA, n. 42, fev.-2010, pp. 37-43.

_____. Afazeres domésticos: concepções de homens e mulheres de famílias urbanas de baixa renda sobre a divisão de tarefas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindóia. Anais..., ANPOCS, 2013.

SCAVONE, Lucila. Ciência e Militância: os estudos de gênero no Brasil. Anais do XXXV Encontro Anual da ANPOCS, 2011. Caxambu, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990.

SCOTT, Russel Parry. Entrevista a Karla Galvão Adrião. In: GROSSI, Miriam Pillar. MINELLA, Luzinete Simões. PORTO, Rozeli. Depoimentos :trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis, Editora Mulheres, 2006, p. 290-309.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos Cebrap, n. 97, nov.-2013, p. 23-40.

TELES, Maria Amelia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1993.

A DIVISÃO DO TRABALHO E A GESTÃO DAS EMOÇÕES E CUIDADO

MARIA CECÍLIA DURAN²³

ANDREA BUTTO²⁴

RESUMO

Este artigo realiza uma revisão literária, com base em pesquisa bibliográfica, sobre a conexão entre as emoções e o trabalho de cuidado, examinando como essas dimensões têm sido historicamente associadas a questões da divisão sexual do trabalho. A análise adota uma perspectiva interdisciplinar, incorporando contribuições da economia feminista e da antropologia da emoção para compreender a naturalização do cuidado como uma extensão dos papéis de gênero tradicionalmente atribuídos às mulheres. A economia feminista é utilizada para explorar a desvalorização e construção econômica e social do trabalho de cuidado, enquanto a antropologia da emoção investiga como os sentimentos são culturalmente moldados e instrumentalizados nesse contexto. Por meio de uma abordagem crítica, o artigo contribui para o debate sobre a revalorização do trabalho de cuidado para além da esfera econômica e a existência de papéis de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho de cuidado; Emoções; Divisão Sexual do Trabalho; Gestão Emocional.

ABSTRACT

This article intends to make a literary revision based on bibliographic research about the connection between the emotions and the care work/labor, studying how these dimensions have been historically molded by the sexual division of labor. The analyse adopts an interdisciplinary view, bodying the contributions of feminist economy and emotions anthropology to understand the naturalization of care as an extension of gender roles traditionally inserted to women. The Feminist economy is used to explore the devaluation and economic and social creation of the care labor, meanwhile the emotions anthropology researches how feelings are culturally molded and instrumentalized in this social context. Through a critical analysis, the article contributes to a debate about revaluation of care labor beyond the economic sphere and the existence of gender roles.

KEYWORDS: Care Labor; Emotions; Sexual Division of Labor; Emotional Maintenance.

23 Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

24 Cientista Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Nalu Faria.

1. Introdução

É notório que o trabalho de cuidado e da emoção são protagonizados pelas mulheres e que nas sociedades capitalistas não é percebido como um “trabalho”, essas práticas permanecem associadas à esfera privada, familiar e doméstica. Foi do contexto industrial que o marxismo cunhou o significado do trabalho, como atividade voltada para venda de força que tem valor de troca, mas também apresentou reflexões sobre a reprodução social, o trabalho com valor de uso, distante de circuitos mercantis.

Partindo de revisão bibliográfica, o artigo que ora vem a público apresenta discussão sobre o trabalho de cuidados e em particular o das emoções partindo das ciências sociais brasileiras e da economia feminista com o propósito de alargar a reflexão sobre o trabalho para além dos ideais industriais e produtivistas, mas sem perder de vista a compreensão do trabalho do cuidado como parte do processo produtivo e reprodutivo do sistema no qual vivemos.

Cristina Carrasco (1993) em artigo intitulado, “A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução”, apresenta reflexões sobre o trabalho de reprodução do sistema capitalista e a necessidade de se renovar e continuar acumulando mesmo em meio a crises diversas. A autora se utiliza dos conceitos da economia feminista para desenvolver uma nova forma de explicar os “trabalhos” invisibilizados a partir da noção da sustentabilidade da vida em que o trabalho do cuidado e o doméstico integra um sistema cíclico que mantém as condições básicas para sobreviver, que permite a sustentabilidade de bens naturais, mas também das pessoas. A rede de dependências entre as pessoas e também com a natureza, e suas conexões com a reprodução do capitalismo: “A existência de uma sociedade depende das possibilidades que tenha de reproduzir sua população, os bens e serviços necessários para sua manutenção e os inputs necessários para reiniciar continuamente os processos de produção”. (Carrasco, 1993)

Apesar da consideração do processo reprodutivo em economistas clássicos como Karl Marx, a reprodução foi apenas considerada a partir da noção de valor de uso, distante portanto do valor de troca e do salário no modelo industrial capitalista, e não foi suficientemente analisada, a economia feminista buscou trazer novos aportes a essa reflexão, a necessidade da discussão das que ficam por “trás das cortinas”, as mulheres, que desempenham o papel de mãe, cozinheira, cuidadora da família e de mediadoras das emoções na família e fora dela.

A administração das emoções é uma consequência ou até mesmo um atributo para se performar o cuidado na sustentabilidade da vida, não apenas no ambiente doméstico, mas também no mercado de trabalho capitalista e em outros espaços como veremos mais à

frente. O cuidado necessita que exista gestão ou controle das emoções, e têm as mulheres como principais responsáveis, são essas conexões abordadas na literatura que iremos tratar neste artigo.

2.Divisão sexual do trabalho e relações de poder na sustentabilidade da vida

Em Kergoat (2009) podemos revisitar as análises da divisão de trabalhos baseada nas relações sociais de sexo, uma forma de divisão social do trabalho estruturada a partir de dois tipos de princípios: o da separação (em que alguns trabalhos são de mulheres e outros de homens) e o princípio de hierarquização (que existe ao assumir que trabalhos feitos por homens possuem maior valor que os trabalhos das mulheres). Uma aposta que pretende legitimar teorias essencialistas em que as relações dão lugar ao sexo biológico e “reduz as práticas sociais à ‘papéis sociais’ sexuados” (Kergoat, 2009). As economistas feministas indicam a divisão sexual do trabalho como resultado das relações sociais, e não naturais e também evidenciam as relações de poder existentes nessa forma divisão do trabalho,

Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (...) variam fortemente no tempo e no espaço. (Kergoat, 2009)

Daniele Kergoat e Helena Hirata (2007), conseguem demonstrar essa forma de divisão em meio ao sistema cíclico antes mencionado, que necessita de trabalho produtivo e reprodutivo para sobreviver. De acordo com as autoras e outras estudiosas, o reprodutivo acaba se tornando responsabilidade feminina, enquanto os homens mantêm o espaço da produção como lugar privilegiado e em forte conexão com processos de socialização em distintos espaços sociais

A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais. (KergoatT; Hirata, 2007)

Abordam também como as relações de poder adentram no trabalho não remunerado e reprodutivo desempenhado pelas mulheres, incluindo o trabalho do cuidado, e a gestão do outro e de suas próprias emoções, e como é atribuído às mulheres. É o que verificaremos nas próximas sessões.

A partir da ideia da sustentabilidade da vida de Cristina Carrasco reforça o entendimento do trabalho reprodutivo, incluindo o de cuidado é invadido por relações de poder, uma ordem de gênero, econômica e ambiental. Questões que são interdependentes e cíclicas assim como o sistema no qual existem.

Um sistema depredador que não está preocupado com as condições de vida das pessoas, que na ânsia por lucro, está colocando em perigo o planeta e as condições ambientais de vida, que mantêm condições de trabalho inaceitáveis a uma parte relevante dos /as trabalhadores/as e que se aproveita do trabalho de cuidado das mulheres para dispor de força de trabalho a custos muito abaixo do real. (Carrasco, 1993)

A autora coloca em primeiro lugar da cadeia reprodutiva e da sustentabilidade da vida, os recursos naturais, em segundo o cuidado, essencial da vida humana, em terceiro a comunidade, em quarto os Estados e seus sistemas de leis e normas, e por último a produção capitalista. São elos interligados e que demonstram dependência e espoliação entre eles. Apesar de relações de afeto e doação “por outra parte, os elos estão atravessados por distintas relações de desigualdade: capitalistas, heteropatriarcais, de raça e etnia, neocoloniais, que atravessam toda a cadeia” (Carrasco, 1993).

A percepção interconectada e sistemática do capitalismo e da vida humana é necessária para entendermos a gestão das emoções e do cuidado e e as como estão atravessadas por relações de poder. A sustentabilidade da vida surge como conceito importante para direcionar e visibilizar essas condições desiguais que permeiam o sistema como um todo. Autoras como Carrasco, Hirata e Kergoat descontroem pretensas separações entre produção e reprodução antes afirmadas pela economia neoclássica e conectam a economia e a ecologia e a outras ciências.

O trabalho emocional e sua gestão

No entendimento da sociologia da emoção de Arlie Hochschild (1989), há mais um tipo de trabalho presente no sistema capitalista e de todos eles extrai valor e benefício, dentre eles o emocional que tem as mulheres como principal sujeito, tal como a administração das emoções pelo indivíduo feminino em espaços públicos. Para a autora a criação de sentimentos, traz consigo um fator de perda de autenticidade no capitalismo e necessita cada vez mais administrar as emoções puras.

Na visão da autora, os sentimentos não estão guardados dentro das pessoas, como na abordagem organicista, mas a administração das emoções pode contribuir para a própria criação de sentimentos, de acordo com o olhar interacionista. (Bonelli, 2003)

Partindo de pesquisas com aeromoças e pessoas de cobrança de transporte aéreo, Arlie Hochschild (1989) em seu livro “The Managed Heart”, afirma que fatores de classe permanecem dentro da construção de emoções que são administradas, e que quão mais alta a classe, em maior proporção a administração de emoções ocorrerá e que partindo da divisão sexual de trabalho, a mulher é a maior administradora dessas emoções. Apesar do homem também ter um certo trabalho emocional a fazer, a mulher é a que mais faz em prol de sua sobrevivência e em diferentes espaços de emoções. Pela falta de poder e status, e que a mulher acaba administrando seu meio emocional para conquistá-los, por meio do casamento, etc. Partindo das aeromoças estudadas, afirma que as mulheres estão mais vulneráveis às externalidades de emoções alheias, recebendo uma carga maior que a interna. Uma espécie de manipulação de seus sentimentos para que se adequem às situações e confirmem seu lugar de subordinação.

Yet women are also thought to command “feminine wiles”, to have the capacity to premeditate a sigh, an outburst of tears, or a flight of joy. In general, they are thought to manage expression and feeling not only better but more often than men do. (Hochschild, 1989)

Essa realidade levaria à uma espécie de institucionalização das emoções e perda de autenticidade, aquela emoção que se pode ver e se esconde, aquelas que não podem ser vistas ou que não condizem com o espaço ou status que se alcança.

Apesar da autora identificar o uso comercial e capitalizado do trabalho emocional, muito desse trabalho também pode ser encontrado cotidianamente no dia a dia das famílias em que mulheres como mães, esposas e donas de casa também exercem esse lugar.

A administração de seus sentimentos e também do sentimento alheio recai nas mãos das mulheres. É esse tipo de “trabalho” que pretendemos analisar. Um trabalho que ocorre tanto no espaço privado quanto no público.

O trabalho das emoções feito principalmente pela mulher para lidar com a dupla jornada, e o custo emocional que ele representa tanto na negação do problema quanto nas separações conjugais que causam, tornam-se uma terceira jornada de trabalho na vida cotidiana. (Bonelli, 2003)

A emoção se encontra firmemente conectada ao feminino (Lutz, 2023) e como afirma Catherine Lutz (2023) a partir de estudos na América do Norte, as emoções não são naturais, são influências pela cultura, e a emoção não é “uma natureza livre e glorificada contra uma civilização opressora” vinculada ao feminino.

O controle ou gestão emocional, presente nos estudos de Hochschild (1989), novamente reaparece na “generificação” - como chama a autora - da emoção (Lutz, 2023), a partir da figura da “mulher emocional”.

Embora tanto as mulheres quanto os homens recorram a um modelo culturalmente disponível de emoção como sendo algo que precisa de controle, eles podem ser vistos frequentemente fazendo diferentes tipos de sentido e reivindicações a partir desse modelo. (Lutz, 2023)

Por meio de entrevistas a grupos de mulheres e homens brancos, a autora descreve o que chama de “retórica do controle emocional”, também abordada por Michelle Rosaldo (1984). Partindo dos resultados das pesquisas Lutz (2003) afirma que muitas pessoas entrevistadas mencionam as mulheres são mais emocionais que os homens.

Quando as pessoas são solicitadas a falar sobre emoções, um dos conjuntos mais comuns de metáforas usadas é aquele em que alguém ou algo controla, lida, enfrenta, negocia, disciplina ou gerencia suas emoções ou a situação vista como sendo criadora da emoção. (Lutz, 2023, p.31)

Ao adentrar na questão do controle, Lutz (2023) consegue trazer a perspectiva Foucaultiana de que a sexualidade precisa ser controlada, nesse caso, também a emoção precisa de controle no ocidente e afirma que ambas são dominadas por um controle biomédico dos impulsos naturais e universais, que decide o que é “saudável” e “não saudável”. Durante as entrevistas, a autora se deparou com a reprodução do uso da palavra controle das emoções mais vezes pelas mulheres do que pelos homens. Lutz (2023), lista três dimensões presentes nessas narrativas:

(1) reproduzir uma parte importante da visão cultural da emoção (e implicitamente das mulheres como o gênero mais emotivo) como irracional, fraca e perigosa; (2) elevar minimamente o status social da pessoa que afirma a necessidade ou capacidade de autocontrolar as emoções; e (3) opor-se à visão do self feminino como perigoso quando o falante nega a necessidade ou a possibilidade de controle da emoção. (Lutz, 2023, p.34)

Essa retórica, também carrega a função de definir papéis sociais, criando a dicotomia do mais fraco e do mais forte característicos das relações de gênero. Apoiando-se em Rosaldo (1984) que afirma que “as sociedades hierárquicas parecem evidenciar uma preocupação maior do que as mais igualitárias com a forma como a sociedade controla o self emocional interior”, Lutz (2023) defende a ideia da existência de um self bifurcado, uma forma hierarquizada em que um lado controla o outro e que leva a considerar a existência de uma espécie de “política mental”.

Podemos então concluir que o trabalho emocional pode ser entendido como uma atividade atravessada pela cultura, construídas socialmente, a partir das interações sociais, que o trabalho de gestão emocional está atravessado pelas relações de gênero e constantemente está presente quando performado. Apesar de percebido natural e universal, assim como a sexualidade, o trabalho de cuidado assume contornos distintos em tempos e contextos

sociais específicos como poderemos perceber mais a seguir.

3. O trabalho de cuidado historicamente construído

Em sua tese, “A jornada interminável: A experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais”, a autora Karolyna Marin Herrera (2019) inicia um debate sobre o trabalho de cuidados com foco no cotidiano familiar em contextos rurais.

O debate crítico em torno do trabalho reprodutivo e suas implicações para as mulheres contribuiu, adicionalmente, para revelar que o conceito de trabalho doméstico e a discussão acerca da divisão sexual do trabalho eram insuficientes para abarcar a complexidade da problemática em torno das atividades realizadas pelas mulheres no âmbito familiar cotidiano, pois, dentre as tarefas realizadas na esfera da reprodução encontram-se, também, a provisão dos ditos serviços de cuidados (care) (Herrera, 2019, p.61)

Ao abordar a teoria de Gilligan sobre a moral do trabalho de cuidados, Herrera (2019) adentra no debate sobre a natureza e construção deste trabalho. Gilligan (1982), em sua obra, *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*, defende a ideia da existência de uma moral distinta entre meninos e meninas durante o desenvolvimento psicológicos e suas relações com o cuidado. O cuidado é compreendido pela autora como um traço inerente à moral feminina, sendo natural e universal das mulheres.

Para a autora, há uma relação de dependência entre os seres humanos e a preservação dessas relações constitui um jogo moral (fundado sobre a experiência íntima, singular e irredutível, dos sentimentos e do concreto relacional), tão importante quanto o da justiça (que se baseia em princípios racionais, abstratos e universais) (Herrera, 2019, p.62)

Assim, como as emoções, o cuidado passa a ser analisado a partir das condições em que passou a existir. Na ideia de Gilligan (1982), essa ação é natural do feminino e deveria ser utilizado como novo paradigma moral da psicologia social. Essa compreensão despertou visões críticas como a de Joan Tronto (2007), que buscou desconstruir essa noção universalista e essencialista, da moral do cuidado. Em sua obra, “Assistência democrática e democracias assistenciais”, a autora ponderou a existência de limites na teoria da moral psicologicamente.

Tronto argumenta que a atribuição específica das mulheres ao trabalho de cuidados resultou na circunscrição das mesmas em um determinado espaço ou comportamento, geralmente destituído de poder político. Criticou igualmente o modelo moral defendido por Gilligan por se adaptar apenas às mulheres de classe média e brancas, excluindo as mulheres de diferentes raças, classes e orientações sexuais, tais como as mulheres negras, imigrantes, proletárias, lésbicas, etc. (Herrera, 2019)

Tronto (2007) também busca revelar envolvimento emocional durante atividades voltadas para o cuidado, sendo muitas vezes chamado por sociólogos e sociólogas como o “trabalho do amor” ao outro, noção que cristaliza o cuidado, além de desconsiderar que também existe o cuidado de si ou até mesmo o mau cuidado, e junto com sua parceira Berenice Fisher alarga a noção de cuidados ao definí-la como:

[...] uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável. (Fisher; Tronto, 1990).

Ao sugerir a ética do cuidado, a autora defende uma abordagem moral, pessoal, social e política a partir da ideia de sustentabilidade, em que todos os seres humanos precisam cuidar e serem cuidados, ou seja que somos seres interdependentes. Mas que nem sempre essas responsabilidades estão bem estabelecidas e podem gerar sobrecarga para as mulheres. Tronto (2007) afirma que todos os seres humanos precisam de redes de cuidados, mas historicamente a sociedade inscreve nos corpos femininos essa responsabilidade, mas a natureza do cuidar é inexistente e resulta de uma construção social e cultural.

Considerações finais

Como pôde ser observado nas entrelinhas e nas linhas da literatura acadêmica aqui considerada, o cuidado é, e sempre foi um trabalho que envolve a emoção e foi desenvolvido por mulheres especialmente em espaços privados mas não apenas nele. Para cuidar é preciso “querer” cuidar, é preciso desenvolver algum tipo de emoção e envolvimento com a situação na qual se encontra, mesmo que seja uma emoção de desgosto, como afirmado por Tronto (2003) em suas pesquisas.

A gestão emocional ou o controle emocional é outra parte do trabalho de ser mulher em uma sociedade patriarcal, outra parte de um cuidado com o entendimento do outro e de si própria. A responsabilidade é explicitamente e historicamente inscrita no corpo das mulheres, o que faz com que gestione não só suas próprias emoções frente ao sistema e seus indivíduos, como também as emoções desses outros, buscando mediá-las, apaziguá-las ou até mesmo tomá-las para si.

A conexão entre o emocional e o cuidado sempre esteve presente e sempre estará. A desvalorização dessa atividade, desse trabalho, é o que faz com que seja unilateral, e um esforço apenas feminino.

A ideia de sustentabilidade da vida nos demonstra essa necessidade humana de

interdependência e vai para além do cuidado humano, e se estende aos cuidados com a natureza.

Temos a intenção de alargar as possibilidades de pesquisa relacionadas às emoções, possibilitar a quebra de paradigmas ocidentais e produtivistas presentes na economia neoclássica sobre a reprodução e o lugar das mulheres na manutenção do sistema capitalista e da vida humana e não humana.

As ciências sociais continuam a ser desafiadas para desenvolver no meio acadêmico a pensar de maneira mais complexa a sociedade, criando esperança para pesquisadores “nativos”, e para o “outro” (Abu-Lughod, 2018). A antropologia da emoção também interessada na complexidade humana e da sociedade também está desafiada a construir novas categorias de análise nos estudos sociais para temas complexos permeados por relações sociais e interpessoais, necessita de novas abordagens para temas significativos e simbólicos que envolvem o feminino e o cognitivo, ainda pouco explorados nas pesquisas atuais e o trabalho como uma espécie de mediador de temas ainda poucos estudados, é também objeto de transformação para atender “novas” demandas socioculturais que se encontravam invisíveis.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do; DURAZZO, Leandro. A Escrita contra a cultura. *Equatorial - Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 5, n. 8, p. 193-226, 23 nov. 2018.

BONELLI, Maria da Glória. Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. *Cadernos Pagu* (21) 2003: pp.357-372.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University, 1982. 184 p.

HERRERA, Karolyna Marin. *A Jornada Interminável: A experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais*. Cap. 2: O trabalho no cotidiano familiar. Tese Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*.

Tradução Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>>

HOCHSCHILD, Arlie Russell. The managed heart: commercialization of human feeling. Berkeley: University of California, 1983. 327 p.

LUTZ, Catherine. “Emoções generificadas: gênero, poder e a retórica do controle emocional no discurso norte-americano”. in: Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod (orgs). Emoções, gênero e poder. Recife, Ed. Seriguela, 2023.

NELSON, M. (Ed.). Circles of care. Albany, NY, SUNY Press, 1990, p. 36-54

TRONTO, Joan C. Assistência democrática e democracias assistenciais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/03.pdf>>>.

TRONTO, Joan C.; FISHER, Berenice. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E.;

RURALIDADE E MULHER NA COMUNIDADE MANDJAKU, GUINÉ-BISSAU

VLADIMIR DA COSTA²⁵

JULIA FIGUEREDO BENZAQUEN²⁶

RESUMO

O objetivo do trabalho visa compreender a independência e autonomia das mulheres na comunidade Mandjaku, Guiné-Bissau. Também entender de que forma as mulheres lidam com o trabalho dos cuidados e das responsabilidades. Tendo em vista que, as maiores das mulheres Mandjaku ficam com cuidado da terra, da casa assim como do sustento da própria família. Este artigo é fruto da disciplina Gênero e Ruralidade ministrada pela professora Andrea Butto. A pesquisa é de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico com argumento empírico uma vez que este trabalho se encontra ligado aos fenômenos sociais e culturais de caráter simbólico e o enfoque do estudo são ações dos indivíduos, grupos e mandjuandadi Mandjaku. O resultado mostra que as mulheres são os principais produtores da economia do país, mas também deparam com certas responsabilidades nos cuidados da terra deixado pelo marido. Portanto, as mandjuandades nos contextos rurais vem contribuindo com colaboração essencial para que as mulheres rurais possam ter controle das suas próprias vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Independência e autonomia; Mulher Mandjaku; Ruralidade; Cuidado e Responsabilidade; Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The objective of this study is to understand the independence and autonomy of women in the Mandjaku community, Guinea-Bissau. It also aims to understand how women deal with care work and responsibilities. Considering that most Mandjaku women are responsible for taking care of the land, the home and the livelihood of their own family, this article is the result of the Gender and Rurality course taught by Professor Andrea Butto. The research is a qualitative approach of bibliographic nature with empirical argument, since this work is linked to social and cultural phenomena of a symbolic nature and the focus of the study is the actions of Mandjaku individuals, groups and mandjuandadi. The result shows that women are the main producers of the country's economy, but they also face certain responsibilities in caring for the land left by their husbands. Therefore, the mandjuandades in rural contexts have contributed with essential collaboration so that rural women can have control of their own lives.

KEYWORDS: Independence and autonomy; Mandjaku woman; Rurality; Care and responsibility; Guinea-Bissau.

²⁵Discente do PPGCS-UFRPE, E-mail: vladimir.costa2@ufrpe.br

A construção deste artigo adequa-se à exigência da disciplina Gênero e Gênero e Ruralidades, ministrada pela Profa. Dra. Andrea Butto do PPGCS-UFRPE para o efeito de aprovação no processo avaliativo dela.

²⁶ Profa. Orientadora do PPGCS-UFRPE, E-mail: julia.benzaquen@ufrpe.br

Introdução

Antes de entrar em detalhes sobre o propósito deste artigo, é necessário situar o contexto geográfico do nosso estudo, referimos neste caso a região de Cacheu as quais situa-se no norte da Guiné-Bissau na fronteira com Ziguinchor região da República do Senegal. Localiza-se na zona rural do país, com superfície de 5.174,9 km² conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2009). A região de Cacheu possui 192.508 habitantes, e de acordo com dados do INE levantados em 2009, Mandjaku corresponde a 8,3% da população do país. Esta região é constituída por seis setores²⁷: Bigene, São Domingos, Bula, Caio, Canchungo e Cacheu.

De acordo com Paulina Mendes (2014, p.09) “a maior parte dos habitantes desta região é do grupo étnico Mandjaku [...]”. A autora afirma que entre esses setores da região do Cacheu os mais representativos são setor de Canchungo e setor Caió. Ela demonstra que a sociedade Mandjaku nesta região está dividida por nove (9) comunidades ou subgrupos.

O subgrupo Djeta, (Picixe e Caió); o subgrupo Canhobe, (Tam e Pandim); o subgrupo Babok (...) que integra (Canchungo, Utia-Côr, Pontchenar, Canou, Bar, Capol, Badjope, Blequisse, Cadjindjassa, Tchualam, Petabe, Beniche etc.); o subgrupo Tchur, que integra (Tchur, Cacheu, Mata e Bianga); o subgrupo Pantufa, o subgrupo Pelundo e Binhante; o subgrupo Basserel; o subgrupo Caliquesse, e subgrupo Cobiano (MENDES, 2014, p. 10).

Esses subgrupos se agruparam “em função de três critérios: proximidade geográfica, parentesco e afinidade linguística”. Nos territórios mandjakus existe uma diversidade cultural de acordo com os critérios aqui referidos. O foco do trabalho se recai no subgrupo Djeta, e neste se encontram duas comunidades, Picixe e Caió, por terem algumas similaridades, tanto na língua falada, quanto nas atividades agrícolas e entre outras. Jesus (2018, p.27) “as sociedades manjacas variam entre estruturas patrilineares e matrilineares, mas na maioria delas a matrilinearidade é base da organização da tabanca²⁸”. No que tange ao sistema de parentesco, segundo Mendes (2014, p.11), o subgrupo referido em acima “caracteriza-se por um sistema de parentesco matrilinear”. Vladimir da Costa (2022, p.7) sustenta que, “parentesco matrilinear é através do qual somente a ascendência (família) da mãe é tida em consideração nos momentos importantes dos filhos/as, por exemplo: no casamento, no ritual circuncisão etc.

Na comunidade Mandjaku segundo Jesus (2018, p.41) “sempre foi conferido um lugar de centralidade para a mulher. Nas sociedades matrilineares as mulheres representam a

27Setores (Municípios) são sedes administrativas das regiões da Guiné-Bissau. Na região de Cacheu é constituído por seis (6) sedes administrativas. Por exemplo Estado Pernambuco é uma região com 184 municípios (setores).

28 Tabanca - (crioulo guineense) - “se refere ao que se chama também de “aldeia” ou comunidade de um determinado grupo étnico. As tabancas normalmente se referem ao espaço de compartilhamento de cultura e saberes de cada grupo, estando localizadas dentro das cidades e setores da Guiné” (Jesus, 2018, p.8)

fertilidade, a continuidade dos costumes e das tradições”. Quando se fala de tradição “as mulheres mandjakus em razão dessa centralidade acabam representando antagonismos, e costuma recair sobre elas responsabilidades as quais os homens encontram-se imunes” (Jesus, 2018, p.41).

Vanda Narciso (2023) ressalta que:

As sociedades matrilineares não são o espelho oposto das sociedades patrilineares. Sendo que a maioria delas são matrilineares, mas não matriarcais. Ou seja, habitualmente mesmo em sociedades matrilineares as mulheres não ocupam a mesma posição que os homens ocupam nas sociedades patrilineares e patriarcais. Assim, enquanto a descendência é rastreada através das mulheres, nalgumas sociedades matrilineares os homens continuam a manter uma posição importante [...] (Narciso, 2013, p.15).

Como é visto na comunidade Mandjaku, a mulher só tem poder dentro do seu determinado espaço do casamento, como ressalta Costa (2022, p.8), “as mulheres não ocupam os cargos de grande responsabilidade política, como Régulo²⁹ ou Chefe da tabanca, porque de acordo com (FDB³⁰, 2007-2011, p.262) “não podem normalmente exercer o poder de decisão na tabanca”, mas podem encarregar-se da decisão na tabanca, “quando são responsáveis por uma família autónoma”.

O povo Mandjaku cultiva o arroz, a batata, a mancara (amendoim) e entre outros produtos. Segundo Carreira (1947, p.17) os mandjakus viviam de “caça, pesca, aproveitamento das matas e frutos silvestres, também de criação dos animais domésticos para aproveitar os seus produtos como (carne, leite, pele etc.)”. Jesus indica que:

A organização social e econômica dos manjacos esteve, pelo menos até o período colonial, ligada a uma complexa estrutura que garantia às comunidades a possibilidade do trabalho constante nas terras, na exploração de palmeiras, nas atividades de cestaria, olaria, pesca, agricultura etc. (Jesus, 2018, p.27).

Muitos mandjakus vivem fora dos seus territórios, à procura da melhor condição de vida, principalmente os estudos. Os outros nasceram nos países vizinhos (Senegal e Gâmbia) assim como na diáspora, mas eles fazem parte ou pertencem a essa comunidade por tradição e costumes que eles praticam fora do território.’

O objetivo do trabalho visa compreender a independência e autonomia das mulheres na comunidade Mandjaku, Guiné-Bissau. Também entender de que forma as mulheres lidam com o trabalho dos cuidados e das responsabilidades. Tendo em vista que, as maiorias das mulheres Mandjaku ficam com cuidado da terra, da casa assim como do sustento da própria

29 “O régulo é a principal liderança de uma tabanca. Cabe a ele conduzir cerimônias mágico-religiosas, tomar as decisões finais de interesse da coletividade e representar sua tabanca como agente político da sua região” (Jesus, 2018, p.08).

30 Faculdade de Direito de Bissau.

família, que deveria ser da responsabilidade do marido segundo tradição Mandjaku. Mas o que acontece nesse espaço rural é a questão emigratório, visto que os homens emigram mais com relação as mulheres. Por isso, as mulheres casadas acabam ficando com essas responsabilidades (de cuidados dos filhos/as e das plantações etc.).

Esta pesquisa tem uma relevância significativa na luta pela emancipação das mulheres nas zonas rurais promovendo a equidade de gênero na Guiné-Bissau. Em sociedades africanas, principalmente dos Mandjakus, as mulheres desempenham papéis cruciais na manutenção da família e da comunidade. No entanto, elas frequentemente enfrentam desafios significativos, como a discriminação de gênero, a falta de acesso a recursos e oportunidades. Dessa forma, as iniciativas de movimentos feministas na Guiné-Bissau, visam superar essas barreiras e promover a igualdade e direito a espaço público sobretudo o acesso à terra. Segundo Angela Figueiredo e Patrícia Gomes (2016) mostram que:

O movimento feminista na Guiné-Bissau, tal como o compreendemos, nasceu a partir de uma luta anticolonial e de um processo revolucionário conduzidos contra o poder colonial português, em que as mulheres tiveram uma participação significativa. O discurso emancipatório oficial procurou promover a imagem das mulheres guineenses, mostrando a sua centralidade no processo de independência e na sociedade em geral (Figueiredo; Gomes, 2016, p.920)

O trabalho se justifica para mapear as dinâmicas rurais das mulheres Mandjaku assim como no fortalecimento das suas autonomias. Também como requisito avaliativo da disciplina de Gênero e Ruralidades do PPGCS³¹.

Essa pesquisa é de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico com argumento empírico uma vez que este trabalho se encontra ligado aos fenômenos sociais e culturais de caráter simbólico e o enfoque do estudo são ações dos indivíduos, grupos e mandjuandadi Mandjaku. Por outro lado, objetiva-se descrever as características dos fenômenos (Ruralidade e Mulher) e estabelecer relações entre materiais de estudo. Foram feitos um levantamento e seleção minuciosa dos artigos científicos, monografias, dissertações, teses dentre outros materiais sobre a temática sobretudo os textos da disciplina Gênero e Ruralidades com seguintes autoras: Cristina Carrasco Bengoa (2018); Karolyna Marin Herrera (2019); Cecilia M. B. Sardenberg (2015) e (2006); Andrea Butto (2023).

O artigo está organizado em duas (2) etapas: Na primeira destaco as mandjuandadi³²

31 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRPE.

32 “[...] a mandjuandadi é um grupo de pessoas da mesma idade, que tem a sua origem nas aldeias, são pessoas que se juntam para a realização dos trabalhos no campo, na colheita e noutras atividades” (Costa, 2022, p.12)

“Mandjuandadi pode ser interpretado de diversas maneiras. Para nós, as reuniões quinzenais são uma forma de vivenciar Mandjuandadi. Nessas ocasiões, compartilhamos notícias sobre os acontecimentos em nossa tabanca, discutimos os problemas que cada uma enfrenta e buscamos formas de nos apoiarmos umas às outras. Os temas abordados - como questões familiares, desafios com maridos e filhos, além de problemas na comunidade e no Estado - inspiram as letras das músicas que cantamos” (Notas de caderno de campo, Ana Maria Bandeira, integrante do grupo de Mandjuandadi Babock, 20 de setembro de 2018) apud (Peti Mama Gomes, 2024, p.154).

como espaço do empoderamento das Mulheres na Guiné-Bissau; na Segunda falarei sobre ruralidade e mulher na comunidade tradicional Mandjaku; por último as considerações finais.

As Mandjuandadi como Espaço do Empoderamento das Mulheres na Guiné Bissau

Para feministas, segundo Sardenberg (2006, p.2), “o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação”. A autora mostra ainda que “o empoderamento das mulheres implica, para feministas, a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal” (Sardenberg, 2006, p.2).

Goia Alfredo Biague (2019) mostra que:

O significado de empoderamento é associado a lutas das organizações feministas no sentido de continuar a luta pela emancipação das mulheres e romper com a história de discriminação e invisibilidade do papel delas na sociedade [...] e romper com invisibilidade vai um pouco mais além do empoderamento e da representatividade da mulher nos espaços de poder e, requer, em verdade a ampliação do próprio conceito de esfera pública (Biague, 2019, p.10).

Percebe-se que o Empoderamento é um conceito que se refere à capacidade das mulheres de assumir o controle de suas próprias vidas. Na comunidade Mandjaku, isso se reflete nas dinâmicas rurais, onde as mulheres desempenham papéis cruciais na sustentabilidade e no desenvolvimento da tabanca.

Segundo Biague, (2019, p.6) “o histórico limitador das mulheres nos espaços públicos está atrelado e, sobretudo ancorado, na cultura hegemônica e na desigualdade de gênero, que tem restringido as mulheres sempre aos espaços privados como sendo o único espaço que ela deve ocupar na sociedade”. Ainda disse que “durante a história guineense as mulheres estão sempre buscando a redefinição desse espaço que lhe foi relegado pelas tradições machistas, um novo caminho de conquista do espaço público [...] as mulheres têm buscado inserção nos diferentes espaços públicos” (Biague, 2019, p.8).

As mandjuandadi surge na Guiné-Bissau, justamente para que as mulheres possam exercer os seus direitos e compartilhar as suas vivências cotidianas tanto nos espaços urbanos quanto nos espaços rurais. Fernanda Cavacas (1999, p.230) afirma que “as mandjuandades surgiram com a necessidade (típica do povo africano) de convivência. [...] Existe uma solidariedade interna, um “amiguismo” entre os elementos de uma “mandjuandade”.

Logo percebe-se que, as mandjuandadi tem sido um espaço muito rico para as mulheres, uma vez que elas se apoiam em diferentes atividades, sobretudo na agricultura. Para Odete Semedo (2010);

As mandjuandadi compreendidas como grupo organizado, cuja finalidade é a solidariedade social entre os seus membros, existem em todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau. Cada grupo denomina a coletividade por um termo específico da sua língua, mas sendo o crioulo guineense a língua franca, todos os grupos étnicos a usam. Logo, para além do nome vernáculo que define coletividade, usa-se a denominação em crioula, ou seja, o termo mandjuandadi (Semedo, 2010, 125).

Muitos trabalhos argumentam que o termo mandjuandadi tem origem da etnia Mandjaku. Carvalho e Mbundé (2021):

Para melhor compreensão do surgimento do termo mandjuandade, os primeiros autores a usar a palavra mandjuandade foram, Antônio Carreira e Fernando Rogado Quintino. Antônio Carreira declara no seu artigo publicado no Boletim Colonial da Guiné Portuguesa (BCGP), que os grupos organizados para fins sociais se definiam “pelo vocábulo acrioulado (que parece ligar-se à raiz manjaca³³) de Mandjuandade, utilizado no sentido da mesma idade; da mesma estrutura; da mesma geração; idêntico; igual; semelhante” (Carvalho e Mbundé, 2021, p.146).

Nas mandjuandadi existe uma prática denominado abota³⁴ onde cada membro contribui de acordo com valor estipulado, e tudo isso é para manutenção do grupo, assim como para futuras necessidades individuais dos participantes. Estar na mandjuandadi significa que as mulheres estão se mobilizando, se auto-empoderando e se organizando em rodas e grupos para falarem sobre suas situações, como vida familiar, problemas dos filhos e principalmente problemas financeiros.

Segundo Peti Mama Gomes (2024, p.159) “as mandjuandades, enquanto espaços sociais de encontro maioritariamente frequentados por mulheres de diferentes faixas etárias, surgem da necessidade de construir um espaço público no qual possam compartilhar saberes, experiências e se ajudarem mutuamente”. Carvalho e Mbundé, (2021, p.142) afirmam que “[...] as mulheres têm lutado pela emancipação nessas esferas, a sua participação nos grupos de mandjuandadi é uma forma de resistência a submissão em seus lares familiares, a estrutura patriarcado e sua invisibilidade nos lugares de tomadas de decisões”.

Essa forma associativismo também é uma das organizações onde as mulheres se sentem acolhidas, onde recebem formação sobre como organizar e preparar o terreno para plantação hortaliças.

33 A grafia desse termo varia. Ora, é escrito como Mandjaku, ora é majaco, ora é majac, ora é manjak, ora é mandjako. Dependendo da preferência do autor e do contexto. Os que vivem nas zonas da influência francesa, tendem a usar as variações relacionadas a língua francesa: manjak ou manjako

34 Contribuição grupal

As práticas associativas são oportunidades para mulheres organizassem redes de relações sócias desligadas do universo doméstico e familiar, permitindo-a a “individualização das estratégias femininas, de sobrevivência e promoção socioeconômico com base em relações sociais voluntárias, que implicam confiança e solidariedade” (Carvalho e Mbundé, 2021, p.159).

As mandjuandadi têm tido um papel fundamental na independência das mulheres principalmente nas zonas rurais, onde as mulheres se juntam para realizar diferentes trabalhos sem depender dos homens.

As mandjuandadi foram importantes nas lutas e mobilizações dos recursos das mulheres rurais independentes nos seus trabalhos agrícolas. Essa independência é crucial, uma vez que, as mulheres sempre foram preservadoras da natureza e para desenvolvimento sustentável nos meios rurais. Elas são pilares da educação dos filhos/as, transmitindo valores e conhecimentos de cuidados para novas gerações, mas mesmo assim, têm enfrentado dificuldades de igualdade de gênero.

Embora as mulheres rurais tenham conquistado diversos direitos de cidadania, principalmente por meio de lutas e mobilizações para o reconhecimento do seu trabalho rural, sindicalização, autonomia e outros, e desempenharem um papel fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, são muitas as dificuldades até agora enfrentadas para se alcançar a igualdade de gênero no âmbito rural (Costa e Quintana, 2024, p.42).

Ruralidade e Mulher na Comunidade Tradicional Mandjaku

O termo Ruralidade segundo Flamarion Dutra Alves (2021, p.29) “tem despontado desde o final da década de 1990, como uma acepção dos traços presentes na vida/mundo rural na sociedade contemporânea e presente nas cidades”. Barbossa (2015, p.83) define que “a ruralidade, como lugar, valor, modo de vida e cultura específica, garante a autenticidade, exotividade e confiabilidade no produto consumido em escalas globais”. Carneiro (1997, p.73) também ressalta que “a ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo - que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos [...]”.

Alves ainda sustenta que:

Nessa conjuntura, a ruralidade é marca presente em muitas cidades pequenas e médias, a territorialidade rural é expressa de diversas formas, desde os vínculos afetivos da população com a terra, a cultura tradicional que é carregada por gerações, a coesão dos indivíduos com o lugar que denota o processo de capital social e as relações identitárias dos sujeitos com as práticas rurais (Alves, 2021, p.39).

Para o entendimento da ruralidade não podemos focar somente nas relações sociais existentes no espaço rural (Alves, 2021).

É importante destacar que ao tratarmos da ruralidade, não estamos mantendo o conceito a suas práticas tradicionais e do passado, mas como essas práticas vão se alterando com o progresso da sociedade, ou seja, não sua exclusão ou reclusão, mas sua manutenção com o advento de novos processos no campo e na cidade (Alves, 2021, p.41).

A dimensão econômica tem um papel importante na discussão da ruralidade, pois representa a ação cotidiana do trabalho da população (Abramovay, 2000, p.36). Na comunidade tradicional as mulheres desempenham um papel crucial tanto na agricultura, quanto na segurança alimentar, e são vistas como gestores dos recursos naturais. Ao longo dos tempos as mulheres rurais têm enfrentado desafios cotidianos nas suas casas no que tange, o trabalho reprodutivo, assim como o trabalho doméstico.

Segundo Alamada Bidiandé (2023, p.6), “na Guiné-Bissau, mulheres e homens são educados ou ensinados de diferentes maneiras. As mulheres desde pequenas são ensinadas a fazer os trabalhos domésticos, cuidar da casa em geral, e são obrigadas a aprender a fazer comida, ao passo que os homens”.

Há uma naturalização de que os trabalhos de cuidados são para as mulheres, isso se verifica muito nas comunidades rurais dos mandjakus. Uma vez que existe uma divisão sexual do trabalho nesta localidade, tendo em conta que há um tipo de trabalho específico para os homens e para as mulheres.

Nas comunidades rurais, as mulheres têm tarefas diferentes com os dos homens, ou seja, mulheres e homens têm responsabilidades desiguais durante o trabalho agrícola. Os homens geralmente são responsáveis pelos cultivos em grande/larga escala, ao passo que as mulheres são responsáveis pelos cultivos de pequena escala, garantindo assim o sustento da família (Bidiandé, 2023, p.2).

Por exemplo: cortar as árvores, reparar estradas, construção de réguas nas bolanhas (várzeas) etc. tudo é para homens. No entanto para as mulheres é designado o trabalho de cuidados. Elas são responsáveis por cuidar da criança ao mesmo tempo cozinhando e arrumar a casa. Isso não acaba por aqui, elas mesmo cuidando de tudo, fazem trabalho de plantação sobretudo com crianças nas costas.

A literatura sobre divisão sexual do trabalho segundo Flávia Biroli (2016) apresenta dois axiomas:

Axioma (1) A divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres.

Axioma (2) - Essas hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres. A divisão sexual do trabalho não encontra, no entanto, um limite nas vantagens de classe e de raça - impacta as mulheres por serem mulheres, ainda que isso não signifique padrões resultantes comuns” (Biroli, 2016, p.721).

Se percebe que a divisão sexual do trabalho no contexto rural favorece os homens, não as mulheres, uma vez que os homens conseguem fazer trabalho dito produtivo com benefício renumerado. As mulheres nesse âmbito, ficam com os trabalhos domésticos e de cuidados visto como trabalho improdutivo não remunerado.

Segundo Biroli (2016, p.721) “a divisão sexual do trabalho doméstico implica menor acesso das mulheres a tempo livre e a renda, o que tem impacto nas suas possibilidades de participação política e nos padrões que essa participação assume”.

Parece que na comunidade tradicional tudo que as mulheres fazem é gratuito visto como obrigação delas, segundo Biroli (2016, p.726) “são elas apenas que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e sua gratuidade se define numa relação, o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo”.

As mulheres Mandjaku das comunidades rurais enfrentam o mesmo problema como disse Biroli, as maiorias das atividades são realizadas por elas, sem que haja remuneração. As mandjuandadi são espaços onde essas pessoas conseguem ter acesso aos seus recursos e a própria autonomia da sua vida. As mulheres casadas tradicionalmente na comunidade Mandjaku, têm mais tendência de sofrer em relação às outras não casadas.

[...] as mulheres casadas são as que sofrem diretamente a “opressão comum” fundada na divisão do trabalho, as restrições sofridas pelas mulheres divorciadas e pelas mulheres solteiras com filhos expõem o caráter sistêmico e institucionalizado da opressão: elas vivenciam os custos ampliados da ruptura com os padrões de dependência vigentes, sendo essa ruptura voluntária ou não (Biroli, 2016, p.727).

Para outra autora que analisa a temática em contextos rurais, Herrera (2019, p.11) “o casamento surge para elas como um marcador temporal na experiência com o trabalho reprodutivo, pois representa o momento em que elas deixam de conviver sob a autoridade do pai e passam a conviver sob a autoridade do marido ou do sogro”.

As mulheres rurais Mandjaku convivem diariamente com autoridades machistas, mesmo elas sendo responsáveis pelo desenvolvimento sustentável da família, não recebem o devido reconhecimento por parte dos seus maridos.

Bidiandé (2023) ressalta-se que,

[...] as mulheres contribuem bastante, mas mesmo assim, as suas contribuições não são consideradas como importantes, pois são trabalhos feitos pelas mulheres, seria muito diferente se fossem trabalhos feitos pelos homens. É importante mostrar que os trabalhos que as mulheres fazem são bastante importantes para o crescimento do país e para a manutenção de grande parte das famílias guineenses (Bidiandé, 2023, p.8).

É notório que as mulheres rurais Mandjaku são a força maior dos trabalhos agrícolas, em especial, a produção de arroz e de hortaliças. Elas rompem a expectativas tradicionais afirmando com as suas ações na mandjuandadi as quais mostram que, uma mulher é capaz de fazer trabalhos que exigem força, tanto quanto os homens.

[...] as mulheres contribuem de outra forma para o desenvolvimento rural, especialmente pela ligação que têm com os alimentos e a cozinha, o cuidado com as crianças e outros membros da unidade familiar e afirma que elas são portadoras de inovações que, embora discretas, são decisivas para o sucesso da exploração agrícola da agricultura familiar e economia rural (Butto, 2023, p.25).

A mulher na comunidade tradicional rural Mandjaku, é uma figura essencial, pois desempenha diversas funções na vida, ela é responsável pelo crescimento econômico da comunidade. Cristina Carrasco (2018) afirma que, [...] as mulheres são sustentadoras de toda a estrutura social e econômica. Tendo em vista que, elas mesmas se apoiam uns a outras, segundo Hericson Sampa (2024, p.6), “o apoio que essas mulheres têm uma com a outra, fizeram com que elas se encaixassem nos diferentes espaços das sociedades, e isso fez com que elas passassem a ter uma outra visão, tanto no campo da produção, assim como na sociedade em geral. As mulheres na Guiné-Bissau movimentam muito economia do País sobretudo no setor informal. Rosiani Martins (2022, p.2), afirma que “o trabalho das mulheres no setor informal tem contribuído para sua autonomia econômico-financeira, sua emancipação e uma maior participação na sociedade guineense.

Mulher e a responsabilidade familiar

Na comunidade Mandjaku as mulheres ocupam uma grande responsabilidade, tanto nos trabalhos domésticos quanto nos trabalhos de cuidados. Herrera (2019),

[...] os trabalhos domésticos e de cuidados abrangem todos os trabalhos necessários à reprodução da vida cotidiana da família e dos indivíduos que a compõem. O trabalho de cuidados encontra-se entrelaçado com o tecido da vida cotidiana das mulheres, quer elas saiam de casa para trabalhar ou não (Boris, 2014, p. 102) apud (Herrera, 2019, p.73).

[...] o cotidiano de mulheres rurais, pois, além de serem responsáveis pelos cuidados com as pessoas, elas também despendem cuidados com animais e plantas. Como responsáveis pelos cuidados do meio ambiente, além dos cuidados interpes-

soais, elas se defrontam com uma jornada ainda mais intensa de trabalho cotidiano” (p.74).

Se percebe que, na construção social, a mulher carrega dupla responsabilidade, chefe da família ao mesmo tempo mãe da família.

Ainda que se considere que a maioria das casas seja chefiada por homens, as mulheres têm tido um papel fundamental na contribuição e gestão económica e social dos seus agregados familiares, tanto a nível da segurança económica quanto na educação informal e formal dos seus filhos, principalmente nos países onde os trabalhos assalariados são escassos e o aumento do desemprego masculino sobrecarrega as mulheres com a tarefa de manutenção dos agregados familiares (Itumbo, 2021, p.22).

Desde muito tempo os homens da etnia Mandjaku emigram com objetivo de melhorar a condição da vida. Muitos trabalham duro e juntam dinheiro para realizar esse propósito de emigrar. É importante ressaltar que, as famílias que têm plantações, os trabalhos de cuidados recaem sobre as mulheres. É visto também que nas comunidades rurais de Mandjaku as mulheres são principais preservadoras dos ensinamentos dos ancestrais. Tendo em conta o fator migratório e dos estudos, pois, os homens têm saído muito para zonas urbanas ou para diáspora. As mulheres que ficam para cuidar das plantações não só também por questão do casamento, que destaco como a principal razão que impede Mulher Mandjaku de sair na zona rural.

[...] as manifestações das tradições dos Manjacos em um contexto de uma forte emigração, na maioria por parte dos homens mais jovens, e de que forma isso impactou na organização das tabancas. Ressalto quanto a isso o fato de que este êxodo populacional afeta as atividades de subsistência (menos pessoas trabalhando nas bolanhas), criação de animais, atividades domésticas e comerciais prejudicadas. Ao afetar a terra, também afeta as pessoas na comunidade, como consequência causam o descontentamento dos espíritos ancestrais e divindades, de forma que ameaça permanentemente o bem-estar das famílias na comunidade. Ressaltaria ainda o fator de que a maior parte dos trabalhos deixados pelos homens que emigram recai sobre as mulheres nas tabancas, sobrecarregando-as tanto física como emocionalmente” (Jesus, 2018, p.39).

Trabalho nas terras sempre teve uma forte participação das mulheres, elas são fundamentais para o funcionamento de cada sociedade para a sustentabilidade da vida e da natureza.

Considerações Finais

O presente artigo analisou independências e autonomias as mulheres mandjakus e desafios enfrentados nos espaços rurais, também resquícios de uma cultura patriarcal, machista

e sexista, foram, e continuam sendo, prejudiciais para o avanço e conquista dos seus direitos de cidadania (Costa; Quintana, 2024).

O Empoderamento Feminino é um tema fascinante e multifacetado, pois é um conceito que envolve a promoção da igualdade de gênero, a garantia de direitos humanos e a criação de oportunidades para que as mulheres possam participar plenamente em todos os aspectos da vida social, econômica e política. Isso inclui a educação, o desenvolvimento profissional, a saúde e o bem-estar, e a participação em processos de tomada de decisão.

Na sociedade africana essa discussão do gênero ganhou nos últimos anos uma grande notoriedade assim como em toda parte do mundo, até mesmo os países que mais se apresentam como conservadores, nitidamente perceberam esse vento de grande mudança nas questões do gênero. Para os países que sofreram com o processo colonial não foi diferente, especificamente a Guiné-Bissau.

Muito se tem visto recentemente na Guiné-Bissau sobre as iniciativas das mulheres que visam dismantelar por meio das lutas as estruturas sociais dominantes consideradas machistas e sexistas no seio da sociedade. Essa estrutura de dominação masculina teve um percurso de longa duração, mas não se pode negar que a estrutura colonizadora teve um grande papel em determinar a continuidade desta prática, visto que a estrutura familiar ocidental é patriarcal, o que reforçou ainda mais esta lógica em quase todos os âmbitos sociais.

Por outro lado, o feminismo foi problematizado pelo viés ocidental adotado. Dentro desta perspectiva, o gênero é o princípio organizador dessa estrutura familiar. Portanto, as mulheres tornam-se em esferas privadas da subordinação, mas esse padrão não é universal, segundo Oyérónké (2004). Ao contrário desta teoria, Oyérónké (2004) mostra como na África Ocidental (Nigéria e Guiné-Bissau são países da África Ocidental) a configuração da família está definida, para além da categoria mulher ser sinônimo da procriação. Ainda na análise desta autora, a matrifocalidade era dos principais sistemas familiares africanos, a mãe é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas. Ainda é visível este tipo de padrão familiar na Guiné-Bissau, principalmente quando se trata das questões étnicas. Na etnia (Mandjaku) e em muitas outras etnias a mãe é reconhecida como o centro. Esta estrutura familiar nuclear/Ocidental alienígena conseguiu ser importada para a África por causa do processo colonial, que mudou por completo a esfera social e política da Guiné-Bissau. Oyérónké (2004), afirma que, um dos efeitos do eurocentrismo, é na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu que está consagrado na cultura da modernidade. O ethos enquanto estratégia persuasiva estabelecida pelas teorias que disseminaram a credibilidade e confiança na família nuclear ocidental patriarcal, com o objetivo de ganhar a confiança e aceitação dos outros

povos, tiveram sucessos nas suas colônias, mesmo após as independências, muitos países continuaram a seguir esse modelo de família.

Alguns aspetos ajudaram a moldar e conservar esse padrão familiar como, a religião, as práticas culturais e a educação. Além dos aspectos elencados, existem outras práticas que compõem essa esfera da dominação patriarcal como o machismo e o sexismo. Mas, é visível que nem todas as mulheres são submissas, ou passam por estas práticas de subordinação, portanto não se pode generalizar/universalizar a submissão. No entanto, é preciso uma análise cuidadosa para demonstrar quais passam por estes problemas. Que mulheres mais sofrem a submissão e a violência? Nos espaços públicos das tomadas de decisões, será que todas as vozes das mulheres são ouvidas da mesma forma?

É importante ressaltar que segundo Sardenberg (2006, p.4) [...] “o conceito de empoderamento na perspectiva feminista resulta de debates e críticas importantes levantadas sobretudo por feministas do chamado Terceiro Mundo”.

Dessa forma, se compreende empoderamento como lutas das mulheres contra sistema patriarcal. As mandjuandades nos contextos rurais vem contribuindo com colaboração essencial para que as mulheres rurais possam ter controle das suas próprias vidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio de Janeiro, 2000.

ALVES, Flamarion Dutra. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a ruralidade. Revista Rural & Urbano. Recife. v. 06, n. 01, p. 27-46, 2021. ISSN: 2525-6092

BARBOSA, Raoni Borges. A redefinição da ruralidade e das culturas camponesas no processo de globalização. Revista IDeAS, v. 9, n. 1, 2015.

BENGOA, Cristina Carrasco. A Economia Feminista: Um Panorama sobre o Conceito de Reprodução. Temáticas, Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018.

BIAGUE, Goia Alfredo. DA INVISIBILIDADE À REPRESENTATIVIDADE: breve discussão sobre a mulher na esfera pública de Guiné-Bissau. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. 20-23 de agosto 2019, Cidade Universitária da UFMA, São Luis Maranhão/Brasil

- BIDIANDÉ, Alamada. Participação das Mulheres nas Atividades Agrícolas na Guiné-Bissau. TCC apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNILAB/BA, 2023.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, pp. 719 a 681.
- BUTTO, Andrea. Os Estudos Rurais de gênero no Brasil: trabalho, reprodução e os modelos de agricultura. In: *Ciência, identidades e relações de gênero / organização*, Andrea Butto, Josias de Paula Júnior, Maria do Rosário Leitão e Rosa Maria de Aquino. - Campina Grande: EDUEPB, 2023. Pg. 11 a 32.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Texto publicado integralmente nos *Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural*, Natal, agosto, 1997.
- CARREIRA, Antônio. O livriato no grupo étnico manjaco: contribuição para o estado da sua extensão na zona intertropical. *Boletim cultural da Guiné-Portugueses*, 8 (29), pp-107 a 11
- CARVALHO, Ricardo Ossagô de; MBUNDÉ, Daiana Fernando. Mandjuandade como espaço de luta pela Emancipação Feminina no contexto social na Guiné-Bissau. DOI 10.31418/2177-2770.2021 | ISSN 2177-2770. *Revista da ABPN* • v. 13, n. 36 • Mar - Mai 2021 • p. 141-162
- CAVACAS, Fernanda. As Manjuandades na Tradição Oral da Guiné-Bissau. Universidade Nova de Lisboa. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 227-242, 2º sem. 1999.
- COSTA, Marli Marlene Moraes da; QUINTANA, Stéffani das Chagas. As Mulheres Rurais e a Luta Pela Igualdade de Gênero no Brasil: Uma Análise à Luz do Ecofeminismo e da Sustentabilidade. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, Curitiba, v. 8, n. 20, p. 41-50, 2024.
- COSTA, Vladimir da. Katchituran em Caió, Guiné-Bissau: O povo Mandjaku e a Formação do Imaginário Étnico-Social. TCC, UNILAB, ACARAPE, CE. 2022
- FDB- Faculdade de Direito de Bissau. *Direito Costumeiro Vigente Na República Da Guiné-Bissau*. Com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), 2007- 2011.
- FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos Feminismos: Uma Experiência Comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>
- HERRERA, Karolyna Marin. A Jornada Interminável: A Experiência no Trabalho Reprodutivo no Cotidiano das Mulheres Rurais. Tese, Florianópolis 2019.
- INTUMBO, Mariett Faustina Ferreira. Monoparentalidade Feminina na Guiné-Bissau Rural:

desafios das mulheres na gestão das suas famílias. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos. Lisboa 2021.

JESUS, Bernardo Gomes De. Manjacos da Guiné-Bissau: Sobre Discursos, Cultura, Saberes e Tradições no Período Colonial e Pós-Colonial. TCC apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, 2018.

MARTINS, Rosiani Sanca. Participação das Mulheres Guineenses no Mercado Informal e suas Contribuições para o Crescimento da Economia do País. Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, 2022.

MENDES, Paulina. Entre os “Saberes locais” e o “Saber universal”: A modernização das comunidades manjaco e a mandjição do Estado na Guiné-Bissau. (teste de doutoramento em pos-colonialismo e cidade global, Faculdade de economia da universidade de Coimbra), setembro 2014, pp-54 a 125.

MENDES, Virgínio Vicente. Rituais e iniciação do povo Manjaco da Guiné-Bissau: Adivinho/ Napene e Régulo/Namantch. UNILAB, TCC BHU, São Francisco do Conde Bahia, 2017, pp-16 a 42.

NARCISO, Vanda Margarida de Jesus dos Santos. Mulheres e Terra: Faz a Matrilinearidade Diferença? Uma Leitura da Situação no Distrito ne Bobonaro em Timor-Leste. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na Sociedade e na Cultura. FCSH - Universidade Nova Lisboa, setembro, 2013.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

SAMPA, Hericson Gabriel. Mulheres, Mães de Família, na Agricultura em Canchungo na Guiné-Bissau: Desafios e Perspectivas entre os anos 2007-2018. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, 2024.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres - Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. AS MANDJUANDADI - CANTIGAS DE MULHER NA GUINÉ-BISSAU: da tradição oral à literatura. Tese, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Jaqueline Santos; SOUZA JUNIOR, Martinho Luthero de. Empoderamento Feminino: Um Estudo De Campo Com Mulheres Em Diversos Espaços Da Sociedade Local. 2019.

EMPREENDIMENTOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO NORDESTE BRASILEIRO E OS IMPACTOS NA VIDA DAS MULHERES RURAIS

MYLENA GALDINO³⁵

TARCÍSIO AUGUSTO³⁶

RESUMO

O presente artigo analisa os danos que a chegada das energias renováveis na região Nordeste do país tem causado na vida das mulheres rurais, a partir da teoria feminista sobre trabalho reprodutivo. De abordagem qualitativa, os dados da pesquisa foram coletados por meio da técnica da roda de conversa e foram analisados sob a ótica dos conceitos e teorias citados. Através da análise, conclui-se que tais empreendimentos se inserem em práticas neocoloniais que destroem modos de vida de grupos historicamente destituídos de poder político.

PALAVRAS-CHAVE: Energias renováveis; Mulheres rurais; Trabalho reprodutivo.

ABSTRACT

This article analyzes the harm caused by the arrival of renewable energy initiatives in Northeastern Brazil on the lives of rural women, through the lens of feminist theory on reproductive labor. Based on a qualitative approach, the research data were collected using the conversation circle technique and analyzed in light of the cited concepts and theories. The analysis concludes that such projects are embedded in neocolonial practices that destroy the ways of life of groups historically deprived of political power.

KEYWORDS: Renewable energy; Rural women; reproductive labor.

³⁵ Mestranda em Ciências Sociais pela UFRPE.

³⁶ DECISO - UFRPE.

INTRODUÇÃO

A dinâmica da exploração e da desigualdade no capitalismo pode ser compreendida a partir de conceitos como a “acumulação primitiva” e a “acumulação por espoliação”, ambos fundamentais para entender os processos históricos e contemporâneos de expropriação de terras, recursos e força de trabalho. Esses mecanismos do capital, nos países do Sul global, têm impactos profundos na vida dos e das que aqui vivem, principalmente grupos historicamente destituídos de poder, como é o caso dos povos e comunidades tradicionais e da população camponesa, com destaque para as mulheres rurais, que frequentemente enfrentam processos de despossessão não apenas materiais, mas também sociais e simbólicos. Os processos desencadeados por estes fenômenos incluem: a expulsão de suas terras e o aumento da precarização de suas condições de trabalho, resultando também na intensificação do trabalho de cuidados, criando uma sobrecarga que perpetua a exploração de gênero e aprofunda as desigualdades estruturais.

Sendo assim, este artigo explora como os empreendimentos de energias renováveis têm causado danos que podem ser considerados irreversíveis na vida e dinâmica dos territórios rurais localizados no litoral e semiárido brasileiro, afetando o meio ambiente, adoecendo populações inteiras e criando maior sobrecarga de trabalho na realidade das mulheres camponesas, através de práticas neocoloniais.

Como metodologia, os dados coletados se deram a partir da abordagem qualitativa, com observação, roda diálogo, elaboração de diário de campo e posterior relatório feito pela autora/pesquisadora junto ao professor pesquisador Dr. Fernando Maia, ambos integrantes do grupo de pesquisa Dom Quixote, no acompanhamento da Missão Climática da Relatoria Especial sobre Justiça Climática, realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), entre os dias 29 de agosto e 02 de setembro de 2024, para investigar denúncias de violações de direitos humanos em comunidades do Agreste de Pernambuco e do Sertão da Paraíba, que possuem ou terão empreendimentos de energias renováveis (especificamente eólica e solar) implantados em seus territórios.

A análise de dados deu-se a partir da teoria feminista, tendo como foco os conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo e o trabalho de cuidados para entender as dimensões dos problemas encontrados e seus impactos na sobrecarga dos trabalhos desempenhado pelas mulheres rurais. Tais conceitos serão aplicados em trechos das falas coletadas durante o grupo focal, para tentar analisar a situação a partir do arcabouço teórico supracitado.

1. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E A CRISE AMBIENTAL

Na história do sistema capitalista, determinados grupos são priorizados socialmente em detrimento de outros, vide as desigualdades existentes entre colono/colonizado, senhor/escravo, patrão/empregado, pessoas brancas/pessoas não brancas; adultos/crianças, etc. Sendo assim, neste sistema social, econômico e político, desde o seu início, no que Karl Marx chamou, no volume I de *O Capital*, de “acumulação primitiva”, e em suas diversas fases, como no mercantilismo, no capitalismo industrial e atualmente no capitalismo financeiro, minorias sociais são dominadas ou subjugadas por grupos dominantes, seja nas relações mencionadas acima, seja na relação territorial, entre império e colônia, que hoje em dia é caracterizada como Norte Global e Sul Global; seja na relação homem/mulher.

No que diz respeito a essa última relação, Silvia Federici afirma que, ao tratar da acumulação primitiva, Marx não fez “nenhuma menção às profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres” (Federici, 2017, p. 118). Pensando o contexto de acumulação primitiva nos países colonizados, como é o caso do Brasil, o colonialismo destruiu e modificou relações existentes, instituindo desigualdades de poder comuns nas sociedades europeias.

No plano concreto, a tomada de território sob o uso da violência e outros mecanismos de dominação resultou no “maior processo de privatização e cercamento de terras no continente americano” (2018, p. 130), época em que populações nativas foram mortas ou forçadas a sair dos lugares onde viviam para que os europeus colonizadores pudessem extrair e se apropriar dos territórios para efetivar o projeto colonial de extração de recursos e uso do solo para acumular riqueza e construir um modelo de vida específico da metrópole

Com isso, é possível perceber que, ao longo dos séculos, as desigualdades entre os grupos mencionados acima continuam a existir e, a partir de práticas neocoloniais, os países do Sul sempre são utilizados para arcar com os custos e os danos das reorganizações e crises do capitalismo do Norte, tanto econômica como socialmente, em um movimento que David Harvey denomina de “acumulação por espoliação”, já que não se pode chamar de primitiva uma prática que já está em curso há séculos (Harvey, 2004, p. 109). Para o referido autor,

Uma observação mais atenta da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla categoria de processos. Estas incluem a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade comum, coletiva, estatal, etc. em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a

transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas, a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito (Harvey, 2004, p. 109).

As práticas pontuadas por Harvey (2004) seguem sendo executadas em determinados territórios ao redor no mundo, e na esteira da crise ecológica, que é

uma clara indicação de que os padrões de produção e consumo do Norte global, que se desenvolveram com o capitalismo e hoje se tornaram universais, só podem ser preservados em sua condição moderna à custa de ainda mais violência, destruição ecológica e sofrimento humano – e, a essa altura, em uma parte cada vez menor do mundo (Brand; Wissen, 2021, p. 50).

Desse modo, novas formas de espoliação são implementadas, agora, sob a bandeira do “desenvolvimento sustentável”, aquele que, em tese, “atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Brundtland, 1991). A partir da Rio-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocasião em que se definiu o conceito de “desenvolvimento sustentável”, vários eventos internacionais foram realizados e outros documentos foram construídos para avançar na discussão sobre como conciliar meio ambiente e desenvolvimento.

Das várias discussões, chegou-se a conclusão que o problema deve ser resolvido através da “modernização ecológica”, como pontuam os pesquisadores Ulrich Brand e Markus Wissen (2021), ao afirmarem que “a maioria das contribuições para uma mudança social ou grande transformação mira na reestruturação do sistema energético, com alteração dos padrões de consumo e encorajamento de um papel ativo do Estado – e, particularmente, das empresas” (Brand; Wissen, 2021, p. 73).

Com essa postura, o sistema capitalista e suas práticas predatórias e excludentes não são colocados no cerne da discussão, o que resulta em deixar a cargo das empresas e dos Estados capitalistas a gestão não só da crise ecológica, mas das várias crises que ocorrem concomitantemente. Como pontuado pelos autores citados acima, o sistema energético tornou-se o foco, dado que a queima de combustíveis fósseis como o petróleo e carvão tornaram-se as principais fontes de geração de energia no mundo, como mostra Traldi (2022, p. 33).

Contudo, Brand e Wissen (2021) destacam que desde a crise econômica e financeira de 2007-2008 “reconheceu-se que o fenômeno é múltiplo”. Na época, a crise ambiental também era uma preocupação, mas para além dessas, os referidos teóricos defendem a

existência da crise da representação política e dos partidos; a crise da reprodução social e uma crise das relações de gênero (2021), por isso o sentido de “crise múltipla”.

No que diz respeito à crise ambiental, destaca-se que ela é “um estado de degradação geral, sistêmica e extremamente crítica da habitabilidade humana na Terra” (Aráoz, 2024, p. 374), servindo como um conceito guarda-chuva que abarca diversos tipos de degradação, como poluição, perda de biodiversidade, desmatamento, crise climática, entre outros.

Nesse contexto, as mudanças climáticas, que “são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima” (ONU, 2025)³⁷, que podem ocorrer de forma natural, com a própria dinâmica do planeta ou podem ser causadas ou aceleradas devido à intervenção humana, que têm se agravado consideravelmente no sistema capitalista, resultando num cenário de “crise climática”, que é entendida como uma “profunda alteração da composição química da atmosfera em consequência da contínua e crescente queima de combustíveis fósseis desencadeada desde a chamada ‘Revolução Industrial’” (Aráoz, 2024, p. 374).

São sob essas bases, e sem questionar o papel do capitalismo nessa crise, que surge a necessidade de uma transição energética, para que seja possível diminuir a queima de combustíveis fósseis e consequentemente tentar conter o aumento da temperatura do planeta.

Como as soluções encontradas pelos organismos internacionais são fundamentadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável, que mantém a lógica capitalista de assegurar a acumulação de lucro acima de qualquer coisa e as desigualdades do sistema mundo, entre os países do Norte e do Sul global, a transição energética, nos moldes que vem sendo colocada em prática mostra que os territórios e regiões exploradas desde a colonização seguem servindo aos interesses dos países do Norte global, como é o caso da atual expansão de empreendimentos de energias renováveis no Nordeste brasileiro, principalmente no interior dos estados, nas regiões do Agreste e do Sertão, devido às características naturais favoráveis, como a qualidade dos ventos e a incidência de raios solares. Contudo, essas regiões têm a agricultura como principal atividade econômica, fato que tem sido conflitante na convivência entre a agricultura familiar e os grandes empreendimentos de energias renováveis.

Isso deve-se ao fato de que apesar de serem divulgados e propagados como projetos essenciais para a diminuição de CO₂ na atmosfera, tentando “conter” o aumento da temperatura do planeta, esses empreendimentos trazem consigo o objetivo principal de extrair grandes montantes de lucro a partir do processo de mercantilização dos bens comuns,

37 Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

desconsiderando as especificidades e modos de vida locais, e alterando significativamente as dinâmicas sociais dos municípios em que estão localizados tais projetos.

Desse modo, o que se tem analisado é que, sob a justificativa da transição energética, os projetos de produção das energias ditas limpas se inserem em um processo de apropriação de terras, fazendo uso de práticas neocoloniais, em territórios pertencentes a grupos historicamente subjugados, como o caso das Comunidades e Povos Tradicionais e agricultores e agricultoras rurais.

Olhando para o problema sob uma perspectiva teórica feminista, é possível perceber que as mulheres rurais sofrem mais com esses impactos dos que os homens, pois ainda que o conjunto das populações rurais seja grupos marginalizados, o patriarcado se faz fortemente presente no mundo rural, acarretando no que Cecília Sardenberg (2015) define como “sistemas de dominação que se baseiam em doutrinas sobre a superioridade de determinados grupos ou categorias sociais em relação a outros” (2015, p. 61), como é o caso do racismo e do sexismo, duas das múltiplas faces das desigualdades.

Para Danièle Kergoat (2010, p. 99), “no que concerne às relações sociais de sexo, tais disputas são formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres”. Desse modo, para investigar os impactos das energias renováveis na vida das mulheres rurais, é preciso adentrar na teoria da divisão sexual do trabalho.

2. PATRIARCADO, CAPITALISMO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MUNDO RURAL

No capitalismo, os sistemas de dominação estão sempre imbricados. No caso do sexismo, ao longo da história, ele caminhou junto ao capitalismo, moldando a divisão sexual do trabalho, as relações sociais de gênero, expropriando e subordinando as mulheres em múltiplas esferas. Nesse sentido, Cecília Sardenberg (2015, p. 71) argumenta que ainda que as relações de gênero precedam o capitalismo, este faz uso e adaptações da divisão entre homens e mulheres, “explorando o trabalho da mulher de uma dupla maneira”: através da exploração direta, na esfera produtiva, ao lhe pagar salários menores e de forma indireta, por meio dos trabalhos realizados ‘de graça’ no âmbito doméstico. No

Habitualmente, as teorias feministas importadas da Europa tratam das condições das mulheres em contextos urbanos e em países ditos desenvolvidos. No entanto, teóricas feministas do Sul apontam as insuficiências dessas teorias para se pensar a realidade das mulheres rurais, que estão inseridas em uma organização social diferente da urbana, com outras relações com o trabalho, sendo difícil separar o que é trabalho produtivo,

reprodutivo e familiar. Como afirma a pesquisadora Andrea Butto (2023, p.12), no Brasil, em meados da década de 1970, as discussões sobre as noções de trabalho no mundo rural surgiram apontando para o próprio conceito de trabalho, a noção de trabalho familiar e da divisão sexual do trabalho, que tem como uma das teóricas expoentes a Maria Ignez Paulilo.

Em sua tese, Paulilo faz a diferenciação entre as noções de trabalho no mundo rural.

O trabalho da mulher será dividido em três tipos: a) trabalho doméstico; b) trabalho produtivo no lar etc) trabalho produtivo fora do lar. Esta separação é difícil de ser feita porque as atividades da mulher no meio rural são perfeitamente integradas e elas consideram como casa não só o prédio onde moram, mas toda a propriedade. Trabalhar no campo ou no lar, para elas, é trabalhar “em casa” (Paulilo, 1976, p.51).

Sendo assim, divididas entre o trabalho produtivo, essencial para a agricultura familiar e o sustento econômico; o trabalho reprodutivo, indispensável para a reprodução social; e o trabalho de cuidados, que sustenta a vida cotidiana, essas mulheres carregam sobre si uma carga desproporcional de responsabilidades. Para Karolyna Herrera (2019, p. 60), “quando voltamos o olhar para o meio rural, é possível perceber que, na agricultura familiar, o trabalho reprodutivo continua sendo realizado no mesmo local que o trabalho produtivo, qual seja, o estabelecimento rural”.

Para investigar essa realidade, é preciso trazer o conceito de Divisão Sexual do Trabalho, proposto por Danièle Kergoat como

A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (Kergoat, 2009, p. 67).

Na Europa, esse processo pode ser situado na transição do feudalismo para o capitalismo, conforme argumenta Silvia Federici (2017, p. 126), porque esse período inaugura a história da reprodução, que surge a partir das mudanças que foram impostas pelo capitalismo nascente. Foi no início desse sistema econômico, político e social que as mulheres começaram a ser “confinadas ao trabalho reprodutivo” (2017, p. 145). Seguindo essa linha argumentativa, Andrea Butto (2023), ao analisar a produção dos estudos rurais de gênero no Brasil mostra que nos anos 90, pesquisadoras afirmavam que o trabalho doméstico só veio a existir com o surgimento do trabalho assalariado, que serviu para definir papéis sexuais, segregando as mulheres ao espaço doméstico e deixando-as responsáveis pelo trabalho de reprodução.

No Brasil, a história da colonização e da escravidão aprofundou essa divisão. Mulheres negras e indígenas foram exploradas tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo, sendo excluídas de direitos e da posse de terras, e suas formas de organização comunitária foram destruídas. Mesmo no contexto contemporâneo, as mulheres rurais, sobretudo as pertencentes a comunidades quilombolas e indígenas, enfrentam múltiplas formas de discriminação, sendo marginalizadas em políticas públicas, excluídas de processos de decisão, tendo seus trabalhos invisibilizados e sendo excluídas na escolha de processos de herança, conforme mostra Paulilo no texto “Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise”, em que mostra que a pobreza na zona rural é maior entre as mulheres do que entre os homens, o que demonstra a feminilidade da pobreza (2004, p. 244), além das desigualdades em processos de partilha de herança, nunca ficando como herdeira de uma propriedade que passaram a vida trabalhando.

Com o passar do tempo, e com o avanço das pesquisas acerca da Divisão Sexual do Trabalho, foi constatado que o conceito era insuficiente para abarcar a complexidade existente nas várias atividades realizadas pelas mulheres no âmbito doméstico (Herrera, 2019, p. 61), incorporando, desse modo, questões relativas aos trabalhos de cuidados realizados pelas mulheres. Essa autora também explica a teoria e os argumentos de Joan Tronto sobre o tema, ao defender que “frequentemente, as responsabilidades [sobre o trabalho de cuidado] não são claramente estabelecidas e podem sobrecarregar um indivíduo, geralmente uma mulher [...]” (idem, p. 63). Após essa explicação, Herrera utiliza a definição de trabalho de cuidados estabelecida por Tronto, que abarca “tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso mundo”, o que envolve não só os corpos, mas também o meio ambiente e todas as coisas que demandam intervenção para existir” (Herrera, 2019, p. 63).

3. EMPREENDIMENTOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS, ACESSO À ÁGUA POTÁVEL E AS AMEAÇAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

No que diz respeito à produção de energias renováveis nos diversos territórios brasileiros, especificamente a eólica e a solar, que faz parte dos instrumentos da denominada “economia verde”³⁸, é possível encontrar uma intensa movimentação do mercado da energia eólica no país, principalmente na região Nordeste, resultando no que pesquisadores têm denominado de “Corrida pelos ventos” (Silva, et al., 2022, p. 43), referindo-se ao massivo investimento no setor de produção da energia eólica, que tem alterado diversas dinâmicas ambientais, sociais e territoriais, principalmente no Nordeste brasileiro.

³⁸ De acordo com os teóricos da obra “Modo de Vida Imperial, a economia verde busca manter o crescimento econômico a partir de um esverdeamento das atividades econômicas, acreditando que as inovações reais para conter as mudanças climáticas emanam do mercado (Brand; Wissen, 2021, p. 233).

Vale destacar que é possível ampliar o termo “corrida pelos ventos” para uma corrida de apropriação ou espoliação dos comuns. Nesse sentido Federici defende que

Na era do neoliberalismo e da globalização, essa estratégia vem sendo normalizada e desenvolvida ao extremo, fazendo da acumulação primitiva e da privatização do commonwealth [riqueza comum] um processo permanente, que agora se estende a todas as áreas e a todos os aspectos de nossa existência. Não só terras, florestas e zonas de pesca têm sido apropriadas para usos comerciais, no que parece ser uma nova corrida por terras sem precedentes na história; vivemos em um mundo em que tudo – da água que bebemos às células e ao genoma do nosso corpo – tem uma etiqueta de preço ou se tornou uma patente, e não se poupam esforços para garantir que empresas tenham o direito de cercar os últimos espaços abertos no planeta, forçando-nos a pagar para ter acesso a eles (Federici, 2022, p. 154-155).

Essa “corrida” tem acarretado diversos problemas de ordens sociais e ambientais, que têm aparecido em diversos territórios onde esses empreendimentos são localizados. Tais consequências são sentidas principalmente por grupos historicamente desfavorecidos, como pequenos agricultores, povos indígenas e comunidades e povos tradicionais, dado que

O modelo liberal de atuação estatal apresenta como obstáculo a não consideração dos fatores ambientais e a não proteção aos segmentos mais vulneráveis da sociedade, uma vez que se baseia apenas em ganhos numéricos da produtividade (Vasconcelos et al, 2022, p. 97).

Sendo assim, percebe-se que os recursos naturais, antes tidos como bens comuns, passam a ser mercadorias, inserindo-se na economia verde, que defende que as soluções para a crise estão nas inovações propostas pelos mercados. Aqui, o Estado precisa apenas estabelecer as regras para evitar ‘falhas de mercado’ (Brand; Wissen, 2021, p. 233) de modo a permitir que as empresas continuem lucrando, mas de modo sustentável. Contudo, nesse ordenamento, que não questiona o modo de exploração capitalista, os ecossistemas e os direitos das pessoas, principalmente povos e comunidades tradicionais, “são sistematicamente ignorados”, com a permissão do Estado.

No contexto dos empreendimentos de energias renováveis instalados no Nordeste brasileiro, percebe-se que a “ausência de atuação estatal para a proteção da parte mais vulnerável tem ocasionado diversos conflitos que decorrem dos abusos e dos desequilíbrios existentes nos contratos de arrendamento da terra” (Vasconcelos et al. 2022, p. 98); na realocação de famílias, desmatamento, utilização intensiva de água e concreto, dentre outros (Sampaio; Maia, 2022).

No que diz respeito à utilização de água, cabe destacar que o clima do semiárido é caracterizado por um período maior de estiagem, em que as chuvas ocorrem em poucos

meses dos anos. De acordo com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede, composta de várias entidades, que “propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido” (ASA, 2025)³⁹,

[O] déficit hídrico [da região é] desafiador para quem vive da agricultura e da criação de animais na região. [Atualmente], esse desafio tem sido enfrentado pelas famílias agricultoras através do armazenamento de água da chuva em tecnologias sociais diversas. A água acumulada serve tanto para consumo humano, quanto para uso na agricultura e criação animal (ASA, 2025).

Com isso, é importante frisar que o atual acesso à água potável no Semiárido brasileiro é resultado de muita luta das organizações da sociedade civil, que se reúnem em torno da ASA, que dentre os projetos de convivência com a região, destaca-se o “Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que tem como objetivo “melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade” (ASA, 2025).

Desse modo, com uma tecnologia simples, em que cisternas feitas com placas de cimento são construídas ao lado das casas, é possível captar água da chuva e fazer com que as famílias tenham água potável. Conforme apresentado no site da Articulação Semiárido Brasileiro

O P1MC possibilita inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, como o aumento da frequência escolar, a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas (ASA, 2025).

A transformação provocada pela construção das cisternas foi tanta que, em 2003, durante o governo Lula, o P1MC se transformou em política pública, recebendo o nome de Programas Cisternas, que

Tem como objetivo promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos através da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Estabelecido como política pública desde 2003, é regulamentado pela Lei nº 12.873 de 2013, pelo Decreto nº 9.606 de 2018, e por várias portarias e instruções normativas. Destina-se a famílias rurais de baixa renda (renda per capita de até meio salário-mínimo) e a equipamentos públicos rurais afetados pela seca ou falta de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2024)⁴⁰.

Como é possível concluir a partir do exposto, o programa é muito recente se comparado às dificuldades de acesso à água no mundo rural ao longo da história do nosso país. Desse modo,

39 Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

40 Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

pode-se afirmar que contar com água disponível para consumo é uma conquista recente, mas que vem sendo ameaçada e impactada pelos empreendimentos de energia renováveis, especificamente eólica e solar, nesses territórios, dada a destruição socioambiental que os grandes empreendimentos vêm causando em nome de uma transição energética que está sendo posta e implementa nos termos do capitalismo, visando, portanto, a necessidade de lucrar acima de qualquer coisa, utilizando-se do discurso ambiental para seguir com o seu caráter de exploração de recursos nos países do Sul global.

4. MULHERES RURAIS, AS AFETADAS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Do dia 29 de agosto até o dia 2 de setembro de 2024, foi realizada, nos estados de Pernambuco e da Paraíba, a Missão Climática da Relatoria Especial sobre Justiça Climática, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), para investigar denúncias de violações de direitos humanos em comunidades do Agreste de Pernambuco e do Sertão da Paraíba, que possuem ou terão empreendimentos de energias renováveis (especificamente eólica e solar) instalados em seus territórios.

A escolha dos locais para a visita se deu a partir de denúncias feitas por organizações e entidades, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Cáritas Regional NE2, no que tange às violações de direitos humanos às quais a população de territórios tradicionais estão sofrendo no processo de transição energética brasileira, que busca expandir a produção de energias ditas como “limpas”. Desse modo, foram visitadas as seguintes comunidades: Aldeia Mina Grande, Território Indígena Kapinawá, em Buíque (PE); Sítio Sobradinho, em Caetés (PE); Quilombo da Pitombeira, em Várzea (PB); Quilombo Serra do Talhado, no município de Santa Luzia e Comunidade Quilombola Serra do Abreu, em Nova Palmeira, Paraíba.

Os dados aqui expostos foram coletados pela pesquisadora a partir do acompanhamento do grupo de ensino, pesquisa e extensão em energias renováveis, Dom Quixote à missão climática, na figura do professor Dr. Fernando Maia (UFPB), coordenador do grupo em questão e da pesquisadora autora do artigo, que é integrante do Dom Quixote.

Como metodologia, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, na figura da Presidenta Marina Dermmam (CNDH), do vice-presidente André Carneiro Leão (DPU) e da professora relatora, Veronica Korber Gonçalves (UNB), fez uso de rodas de diálogo, escuta ativa com a população e visita guiada nos territórios afetados pelos empreendimentos, de modo a ter um panorama maior dos impactos e violações tanto das pessoas quanto da natureza,

das casas e dos modos de vida das pessoas das regiões.

Dentre os vários problemas apontados pelas comunidades, como a destruição da natureza, o adoecimento físico e mental devido ao barulho e as sombras das hélices, é possível observar os impactos dos empreendimentos de energia renováveis na vida das mulheres rurais a partir de uma ótica feminista, porque, analisando os dados obtidos durante a visita aos territórios, as queixas das mulheres nas rodas de diálogo revelaram que a chegada de agentes externos tem deteriorado não só o meio ambiente e as relações entre as pessoas das comunidades, mas também a vida das mulheres pelo fato de que, como uma das participantes relatou, ao mencionar a vontade de deixar o território, “as mulheres sentem mais vontade de ir embora do que os homens, porque é a gente que fica em casa, o dia todo com o barulho”, afirma uma moradora de Caetés.

Esse “ficar em casa” é justificado pela divisão sexual do trabalho, em que os homens saem para trabalhar enquanto as mulheres ficam em casa, responsáveis pelos trabalhos de reprodução, os trabalhos produtivos para o autoconsumo, em seus quintais, que começaram a ficar improdutivos devido à perda de propriedades do solo, já que nas obras de implantação, as empresas utilizam explosivos no solo para planejar o terreno, no caso das fazendas solares, e para construir a base dos aerogeradores, no contexto das eólicas.

Os trabalhos de cuidado, têm se intensificado com a chegada de tais projetos, uma vez que o desmatamento e a devastação de cursos de água, vegetação nativa, morte e estresse de animais impactam diretamente a vida das famílias. Dentre os trabalhos de cuidado, destacam-se as preocupações surgidas uma vez que essas comunidades têm relações outras com o lugar que habitam, ampliando os cuidados com o meio, a biodiversidade existente e o futuro dos territórios.

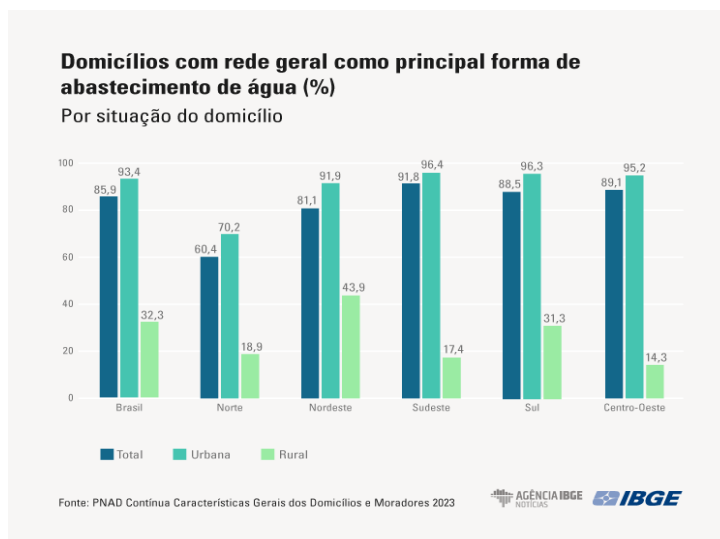
Essa dimensão do cuidado com o meio ambiente e a biodiversidade existente é muito evidente nos relatos ouvidos nas comunidades quilombolas da Paraíba. No Quilombo da Pitombeira, logo no início das visitas, o líder da comunidade relatou que “o meio ambiente está sendo o mais afetado, arrasado”. Nas falas das mulheres, ouvimos que existem “explosões tremendas, com detonação muito forte, rachando casas, levantando poeira que vai parar nas nossas cisternas”.

A partir desses relatos, fica possível analisar as dimensões que os impactos causados pelos empreendimentos causam nos territórios. No caso das mulheres rurais, os problemas das cisternas quebradas, rachadas e contaminadas de poeira e fibras de vídeo das hélices afeta uma política pública recente, que foi conseguida a partir de muita luta dos movimentos sociais rurais, pois a realidade das mulheres rurais com relação ao acesso à água no Brasil mostra que

A falta de abastecimento de água e de sua canalização interna no domicílio é talvez o elemento da infra-estrutura que mais conseqüências traga para o trabalho das mulheres na zona rural, dado que em geral compete a elas a busca de água para o abastecimento da casa (no caso de não se ter fontes de água próximas à casa) e que a falta de canalização interna dificulta em muito todas as atividades domésticas, como cozinhar, lavar a louça, lavar roupas, o cuidado com as crianças (banho e asseio) (Heredia; Cintrão, 2006, p. 4).

As autoras ainda destacam que “No nordeste este fato é provavelmente agravado pelas condições do semiárido, que levam nos períodos de seca mulheres e crianças a terem que se deslocar quilômetros em busca de água” (2006, p. 4). De acordo com dados da PNAD Contínua, no ano de 2023, “93,4% dos domicílios nas áreas urbanas tinham como fonte de abastecimento de água a rede geral”, enquanto na área rural, o número era de 32,3%”.

Figura 1 - Domicílios com abastecimento de água por meio da rede geral.



Fonte: Agência IBGE/Reprodução.

A partir dos dados apresentados, nota-se que o percentual de domicílios rurais da região Nordeste com abastecimento de água pela rede geral é o maior em todo o país, fato que se deve à presença de políticas públicas específicas no que diz respeito ao acesso à água na região, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

Para essas mulheres, a preocupação se dá pelo fato de que depois das explosões, as cisternas ficam inutilizadas e as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados precisam andar quilômetros atrás de água para o uso doméstico e autoconsumo, fato que tem gerado endividamento das famílias que vivenciam esses contextos. Essa realidade também se faz presente no Agreste pernambucano, que como mostra o Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil⁴¹, que tem o objetivo de mapear conflitos ambientais

41 Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/breves-consideracoes-conceituais-e-metodologicas-sobre->

nos estados brasileiros, focando na “visão das populações atingidas, suas demandas, estratégias de resistência e propostas de encaminhamento” (FioCruz, 2023). Além de “tornar públicas vozes que lutam por justiça ambiental de populações frequentemente discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia” (ibidem).

Ao tratarem dos conflitos nos municípios de Caetés, em relação à água, o Mapa dos conflitos destaca que

Apesar de terem conseguido a construção de cisternas nos idos de 2013 e 2014, substituindo a busca por água a pé por quilômetros com baldes de água na cabeça, com a chegada das eólicas, segundo os moradores, há emissão de pó da fibra de vidro que se desprende das hélices das torres dos aerogeradores (Fiocruz, 2023)⁴²

Na Paraíba, a antiga realidade de precisar andar quilômetros em busca de água tem voltado a existir como consequência da chegada das empresas de energias renováveis. Nos relatos ouvidos das mulheres, elas dizem que “a água ficava com uma nata, uma poluição”, isso fez com que quintais produtivos ficassem improdutivos, porque “quem teve cisterna quebrada vive sem”. A pessoa “deixa de ter cisterna e tem que pagar dois reais para pegar galão de água”, sendo que “a água é salobra, salgada” e nós temos que “procurar onde tem água”, saindo com carroças em busca de um local que venda água. E as nascentes ou lagos que existam ao redor do território foram poluídos pela poeira, e o rio “hoje, é lama pura”. Durante a visita, pedidos vindos das mulheres foram “anotem aí que a Comunidade Quilombola da Pitombeira necessita de água”, “A prioridade é água, porque água é vida”.

Ao questionarem e reivindicarem às empresas sobre os danos causados nas cisternas, nas casas rachadas e na água contaminada, as empresas argumentam que as queixas de cisternas quebradas, contaminação e qualidade da água, entre outros não têm ligação com os empreendimentos e dizem que vão solicitar uma medição. Contudo, as pessoas relatam que “a empresa coleta a água suja e diz que está própria pra consumo”, mesmo sem apresentar laudo. Quando questionam as explosões, as empresas também contratam medição, mas “no dia da medição, eles colocam menos explosivos no solo”.

Apesar dessas dificuldades afetarem homens e mulheres, a preocupação com a saúde é um tópico destacado por elas, ao citarem os aumentos das doenças respiratórias, os sustos que os filhos pequenos levam devido às explosões, a falta de concentração de todos.

Um outro destaque são as falas sobre o meio ambiente, que relatam que “aves estão migrando; espécies de grilos comuns da região não existem mais, cobras (jararaca e

o-mapa-de-conflitos-e-injustica-ambiental-em-saude-no-brasil/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

42 Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/parques-eolicos-do-agreste-pernambucano-forcam-comunidades-a-abandonarem-suas-casas-por-problemas-de-saude-e-impedem-seu-modo-de-vida-e-sua-subsistencia/>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

cascavel) são cada vez mais frequentes nos quintais e nas casas, devido ao desmatamento da caatinga, vegetação esta que tem um importante papel de sumidouro de CO₂ na atmosfera. Sobre essas mesmas preocupações, a Comunidade Quilombola do Talhado relatou que as cobras aparecem dentro de casa devido ao desmatamento da caatinga e que elas “comem os cabritos”, fazendo com que as mulheres tenham medo de andar no cercado onde criam animais para autoconsumo.

Utilizando o conceito de “injustiça ambiental”, proposto por Acseirad et al. (2009, p. 9), é possível concluir que o “fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais” tem sido uma constante nos territórios em que os empreendimentos de energias renováveis são localizados. A imposição dos custos e a descredibilização das queixas das populações afetadas por parte das empresas mostra as desigualdades sociais que se mesclam em tantas outras, tendo em vista que homens, mulheres, meio ambiente e planeta sofrem com as consequências da sede de lucro que move o sistema capitalista.

Nesse cenário, a postura das mulheres evidencia o que tem sido proposto nas políticas do comum e do bem viver, em que os comuns são configurados por processos coletivos de tomada de decisão, e são “definidos pela existência de uma propriedade compartilhada, na forma de riqueza natural ou social - terras, águas, florestas, sistemas de conhecimento, competências de cuidado [...] (Federici, 2023, p. 164).

Ter esses empreendimentos em comunidades tradicionais e camponesas significa uma desagregação de uma organização social que antes era tida como comunitária ou de solidariedade. Mas, apesar dos estragos, ainda é o possível ver luta contra tais projetos, em que as mulheres rurais dão as mãos e vão às ruas dizendo que “Energia renovável sim, mas não assim”, defendendo que

A luta dos agricultores e agricultoras do Polo da Borborema é por um projeto de energia renovável descentralizado. “Queremos que cada família agricultora tenha uma placa solar que produza a sua energia, consuma o que ela precisa e possa vender o excedente, sem ter que desorganizar os nossos territórios, nossos modos de vida nossas formas viver e celebrar onde a gente mora” (Cese, 2023)⁴³.

Com isso, não faz sentido pensar alternativas para amenizar os impactos das mudanças climáticas sem questionar o sistema capitalista, porque, como exposto, os mesmos grupos de séculos atrás seguem marginalizados, afetados e adoecidos, em atualizações de técnicas como a acumulação primitiva e o colonialismo, utilizadas pelos representantes dos governos e das grandes corporações para destruir modos de vida comunitários e transformar tudo em mercadoria. Contudo, apesar do cenário preocupante, faz-se importante destacar que

43 Disponível em: <<https://www.cese.org.br/energia-renovavel-sim-mas-nao-assim-o-conflito-eolico-na-paraiba/>>. Acesso em: 18 de. 2024.

essas destruições sistemáticas não ocorrem sem resistência e que há alternativas para além do sistema capitalista, porque sempre houve resistência dos povos indígenas e dos camponeses e camponesas contra os cercamentos e apropriações coloniais e capitalistas. Portanto, são aqueles grupos que até hoje fazem uso dos comuns e entendem sua existência como “uma propriedade compartilhada, na forma de riqueza natural ou social - terras, águas, florestas, sistemas de conhecimento, competências de cuidados” e, aqui, podemos acrescentar o vento e o sol, que devem ser usados por todas as pessoas dos territórios e que “não está à venda” (Federici, 2022, p. 164), como governos e empresas fazem parecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os empreendimentos de energias renováveis na região nordestina, embora frequentemente apresentados como alternativas sustentáveis e promissoras para o desenvolvimento econômico, têm reproduzido dinâmicas de exploração que perpetuam desigualdades históricas e aprofundam a vulnerabilidade das populações rurais. Sob a ótica da acumulação primitiva e da acumulação por despossessão, esses projetos frequentemente se apropriam de terras, recursos e saberes locais, deslocando comunidades e reconfigurando a organização social e econômica desses territórios.

Os impactos são especialmente profundos para as mulheres rurais, que enfrentam a sobrecarga do trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidados em um contexto de crescente precarização das condições de vida. A retirada de terras e a degradação ambiental não apenas desestruturam as bases materiais de sustento dessas mulheres, mas também ampliam o fardo das tarefas invisibilizadas que sustentam o cotidiano das famílias e comunidades.

Esses processos evidenciam que a transição energética, se conduzida sem a devida atenção às desigualdades estruturais e aos direitos dos territórios afetados, repete padrões históricos de exploração e expropriação. Para que o avanço das energias renováveis possa ser verdadeiramente sustentável e inclusivo é necessário repensar o modelo de implementação que vem sendo adotado, priorizando a produção de energia renovável a partir de um formato descentralizado, que integre perspectivas de justiça social, de gênero e territorialidade, ouvindo as pessoas que historicamente vivem e convivem nos território sem destruí-lo, pois apenas fazendo uso de uma abordagem que reconheça e enfrente os efeitos desiguais da transição energética será possível mitigar os danos irreversíveis já causados. Só assim se tornará visível um futuro que valorize a vida em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BUTTO, Andrea Os Estudos Rurais de gênero no Brasil: trabalho, reprodução e os modelos de agricultura In: BUTTO, Andrea et al (Org). Ciência, identidades e relações de gênero. Campina Grande: EDUEPB, 2023. p. 11-32.

COMUM, Nosso Futuro. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Em 2023, um em cada três domicílios rurais era abastecido por rede geral de água. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42292-em-2023-um-em-cada-tres-domicilios-rurais-era-abastecido-por-rede-geral-de-agua>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise. Dicionário crítico do feminismo. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. Editora UNESP, 2009.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. Revista Nera, n. 8, p. 1-28, 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

HERRERA, Karolyna Marin. A Jornada interminável: A experiencia no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Tese Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

HOFSTAETTER, Moema. Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22145>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MAPA DE CONFLITOS, Parques eólicos do agreste pernambucano forçam comunidades a abandonarem suas casas por problemas de saúde e impedem seu modo de vida e sua subsistência. FioCruz, 2023. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/parques-eolicos-do-agreste-pernambucano-forcam-comunidades-a>>

abandonarem-suas-casas-por-problemas-de-saude-e-impedem-seu-modo-de-vida-e-sua-subsistencia/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MAPA DE CONFLITOS, Breves considerações conceituais e metodológicas sobre o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. FioCruz, 2025. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/breves-consideracoes-conceituais-e-metodologicas-sobre-o-mapa-de-conflitos-e-injustica-ambiental-em-saude-no-brasil/>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, jan./abril, 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O trabalho da mulher no meio rural. 1976. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PROGRAMA Cisternas. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SAMPAIO, Rárisson Jardiel Santos.; MAIA, Fernando Joaquim Ferreira. A crítica da Transição Energética no Semiárido a partir de Relatos Comunitários sobre a Percepção dos Impactos dos Parques Eólicos no Seridó Ocidental Paraibano. In: MAIA, F. J. F. et al (Org.). Energia Eólica: Contratos, renda da terra e regularização fundiária. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. p. 9 - 40.

SANTANA, Amanda Oliveira de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Produção de energia eólica em Pernambuco e a injustiça ambiental sobre comunidades rurais. Revista Katálýsis, v. 24, n. 1, p. 245-254, 2021.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. 2015.

SILVA, T. A. A.; MAIA, Fernando Joaquim Ferreira (Org.); BATISTA, M. P. (Org.); RODRIGUEZ, Damián. C. (Org.) Energia eólica: contratos, renda da terra e regularização fundiária. I. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. v. I. 269p.

VASCONCELOS, Ronaldo et al. Do Desequilíbrio da Rescisão Unilateral da Renovação Automática dos Contratos de Arrendamento Eólico no Estado de Pernambuco sob a Ótica da Apropriação Privada do Vento e da Necessidade da Atuação Estatal. In: MAIA, F et al,

(Org.). Energia eólica: contratos, renda da terra e regularização fundiária. I. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. v. I.

TORRES, Janine, et al. Políticas públicas, gênero e tecnologias sociais: um olhar sobre as mulheres e apresentação das cisternas fertilizada. *International Journal Semiarid*, v. 3, n. 3, 2020.

“ENTRE TODO LO MALO, ALGO BUENO HABÍA”: EL FÓGON COMO FORMA DE RESITENCIA EN LOS INICIOS DEL AGRONEGOCIO DE UVA DE EXPORTACIÓN

CLAUDIA CERDA BECKER⁴⁴

ALEJANDRA ROJAS DEL CANTO⁴⁵

ISIDORA BARRÍA BELTRÁN⁴⁶

RESUMEN

El siguiente artículo profundiza en las prácticas de solidaridad que permitieron sostener a las mujeres temporeras que ingresaron a trabajar al agronegocio de uva de exportación, durante la década de los ochenta, en plena Dictadura en el Valle de Elqui, norte de Chile; en un momento de expansión salvaje del capitalismo en el agro. La metodología utilizada fue de carácter cualitativa, buscando integrar dos momentos de investigación (2017- 2019) y (2023 en adelante). El análisis de las relaciones y afectos creados entre las mujeres temporeras -de inicios del agronegocio- nos permitió concebir el espacio íntimo - afectivo compartido como un espacio político que vinculó las prácticas de resistencia con los actos de cuidado colectivo y personal, favoreciendo así la visibilización de las interconexiones existentes entre las estrategias de solidaridad y la organización colectiva formal impulsada por mujeres del territorio durante las décadas posteriores. Es así como se plantea que el nuevo orden de acumulación capitalista y apropiación se configuró también en un espacio de disputa en el cual las mujeres lograron construir sus propias formas de resistencias y emancipación basadas en el cuidado mutuo.

PALABRAS CLAVES: expansión capitalismo; resistencia; cuidados mutuos

ABSTRACT

The following article delves into the solidarity practices that sustained seasonal women workers who entered the export grape agribusiness during the 1980s, amidst the dictatorship in the Elqui Valley, northern Chile; a time of rampant capitalist expansion in agriculture. The methodology used was qualitative, seeking to integrate two research periods (2017-2019) and (2023 onward). The analysis of the relationships and emotions created among seasonal women workers—from the early days of agribusiness—allowed us to conceive of the shared intimate-affective space as a political space that linked practices of resistance with acts of collective and personal care, thus fostering the visibility of the interconnections between solidarity strategies and the formal collective organization promoted by women in the region in subsequent decades. This is how it is argued that the new order of capitalist accumulation and appropriation was also configured in a space of dispute in which women managed to construct their own forms of resistance and emancipation based on mutual care.

KEYWORDS: capitalist expansion; resistance; mutual care

⁴⁴ Instituto de Estudios Psicológicos, Universidad Austral de Chile

⁴⁵ Antropóloga, Investigadora Independiente

⁴⁶ Licenciada en Psicología, Universidad Austral de Chile

Introducción: Coordenadas de escritura

El siguiente artículo busca integrar dos momentos de investigación, reconectando las hebras/hilos de una primera instancia (2017 - 2019) realizada en el contexto de mi tesis doctoral que se centró principalmente en las condiciones de trabajo y de vida de las mujeres en el agronegocio de uva de exportación y, una segunda investigación (2023 en adelante) que estamos llevando a cabo en el marco del Fondecyt Regular N° 1231710⁴⁷, el que se focaliza, entre diversas temáticas, en los procesos de trabajo de las cadenas logísticas y su reestructuración neoliberal en los territorios.

En este escenario, en el presente artículo, inspirado en la narración en capas de Carol Rambo (1995⁴⁸), buscamos integrar distintas voces y temporalidades para dar luz a aquello -muchas veces invisibilizado- que, dice relación, con las prácticas de solidaridad que permitieron sostener a las mujeres temporeras que ingresaron a trabajar al agronegocio de uva de exportación en plena Dictadura en el Valle de Elqui, norte de Chile. Esto en un momento de expansión salvaje del capitalismo en el agro, marcado por la violencia estatal, que implicó, la apropiación de la tierra/ agua, así como la expulsión de miles de campesinos/as y trabajadores/as rurales que se quedaron sin los medios necesarios para subsistir.

En este sentido, proponemos que centrarse en el análisis de las relaciones y afectos creados entre las mujeres temporeras -de inicios de la década de los ochenta- permite concebir el espacio íntimo - afectivo compartido como un espacio político que vinculó las prácticas de resistencia con los actos de cuidado colectivo y personal, haciendo - de este modo- visible las interconexiones existentes entre las estrategias de solidaridad y la organización colectiva formal impulsada por mujeres del territorio durante las décadas posteriores. Es así como se plantea que el nuevo orden de acumulación capitalista y apropiación se configuró también en un espacio de disputa en el cual las mujeres lograron construir sus propias formas de resistencias y emancipación basadas en el cuidado mutuo.

El presente artículo, lo organizamos en dos partes que se entrelazan y buscan complementarse mutuamente para una mejor comprensión. En primer lugar, realizamos una contextualización de la expansión del agronegocio de uva de exportación en el territorio, identificando el impacto que éste tuvo: en el cambio de patrón de empleo, así como en las condiciones laborales imperantes. Para posteriormente, profundizar en las prácticas y gestos cotidianos de solidaridad y complicidad entre las mujeres de aquella época para luego adentrarnos en la descripción de la práctica del fogón en tanto tiempo/

47 “Las transformaciones de las cadenas logística y del proceso de trabajo en la reestructuración neoliberal de los puertos y los territorios del centro-sur de Chile: (1970-2022)”, cuyo investigador responsable es Hernán Cuevas.

48 La narración en capas es “una técnica de relato etnográfica posmoderna que materializa, de un solo golpe, una teoría de la conciencia y un método para la presentación de informes (RAMBO, 1995). En donde, existe una yuxtaposición entre una capa de narración y una capa analítica de manera secuencial” (Lovera Montilla 2021:2).

espacio que encarna este entramado de afectos y complicidad que sienta las bases, esa es nuestra propuesta, para una posterior organización colectiva de las mujeres temporeras en el territorio.

1. Contextualización: Instalación del agronegocio de uva de exportación en el Valle de Elqui (década de los ochenta)

El proceso de expansión capitalista en el agro implicó, por una parte, la colonización de la tierra/ agua, así como la expulsión de miles de campesinos/as y trabajadores/as rurales que se quedaron sin los medios necesarios para subsistir (Kay 1981, Jarvis 2004). Específicamente en el Valle de Elqui la compra de tierras se dio principalmente en los años 80 y estuvo concentrada en manos de grandes empresas que se instalaron en la región con la finalidad de producir sólo uva de exportación (Venegas 1992).

En este sentido, la apropiación de la tierra/ agua favoreció la configuración de un nuevo espacio de acumulación capitalista caracterizado por el agronegocio de exportación. Tal como lo muestra la siguiente tabla, la instalación del agronegocio en el territorio implicó un cambio en el uso del suelo, así como en la especialización de los cultivos y el número de hectáreas destinadas a la producción de fruta.

Tabla 1: Hectáreas destinadas al cultivo de frutas (1961 -1986)

	Valle de Elqui	
	1961	1986
N° de hectáreas destinadas a frutas	1.286	2513
Cultivo predominante	Uva 47,7%	Uva 83,6%
Tasa de crecimiento de la superficie frutal	-1,1%	17%

Fuente: Venegas 1992

De este modo, la expansión frutícola en el Valle de Elqui fue “súbita, acelerada y concentrada en el tiempo” (Venegas 1992:34) lo que se tradujo en un aumento considerable de las hectáreas destinadas a la producción de uva de mesa de exportación producto del cambio en la estructura del uso del suelo y la expansión de la frontera agrícola. Este cambio implicó, por una parte, la transformación en el patrón tradicional de cultivos anuales (centrado en la producción de hortalizas para el mercado local y nacional) a la producción de parronales de uvas destinadas al mercado externo, así como a la ampliación de los límites agrícolas por medio de la incorporación de áreas que eran consideradas improductivas por encontrarse sobre la cota de riego de los canales (Rovira 1993, Murray

2002).

El marcado predominio del cultivo de uva de mesa de exportación, da cuenta de la alta especialización del territorio estudiado, en el que se produjo un evidente reemplazo de los cultivos anuales por monocultivos de carácter estacional orientados al mercado externo (Murray 1999). Este proceso de reestructuración también es relatado por los/as entrevistados/as quienes dan cuenta de la diferencia entre un “antes y después” de la llegada del agronegocio de exportación al Valle. En este sentido se refiere que antiguamente existía una gran diversidad de cultivos que fueron reemplazados por parrones de uva de mesa. Alimentos que no sólo se destinaban al comercio, sino que también a la alimentación familiar. Es así como se señala que antes “había puras legumbres no más po, habían ají, zapallos, porotos, papas, habas, tomates...” (Trabajador Permanente, 2017) y “ahora como que no existe la verdura porque hay pura parra. Todo lo que era frutos lo pusieron pura uva (...) y era tan lindo antes, porque en un huerto había duraznos, peras, ciruelas, de todas las frutas y ahora no hay nada” (Alicia en Bujes y Espinoza 2015:110-111).

Cambio en el patrón de empleo: Feminización de la fuerza de trabajo

Estas transformaciones en el agro también trajeron consigo un cambio en el patrón de empleo, que implicó una fuerte feminización de la fuerza de trabajo (Valdés 1987, Venegas 1992, Kay 1995, Barrientos et al 2000, Chonchol 2006). Al respecto cabe mencionar, que las mujeres ingresaron en peores condiciones laborales que los hombres, evidenciándose una distribución diferenciada de vulnerabilidades en desmedro de éstas. Es así como se evidencia que las mujeres se encontraban (y aún se encuentran) más expuestas que los hombres a la estacionalidad de los empleos (Valdés 1998). Esto en la medida que casi la totalidad de las mujeres que ingresaron a trabajar, durante la década de los 80, lo hicieron en calidad de trabajadoras temporales (96,1%), conformando -además- la mayoría (62,4%) de quienes trabajaban en esta categoría ocupacional. Junto con esto, las mujeres presentaban (y aún presentan) una mayor tasa de cesantía, lo que las obligaba a pasar periodos de tiempo más prolongados -que los hombres- sin una ocupación remunerada (7,4 meses). Esta situación colocó a las mujeres en una posición de mayor vulnerabilidad en tanto las expuso - de forma más prolongada- a la inestabilidad del vínculo laboral, así como a la informalidad. De igual modo, la exclusión cíclica de la economía formal no sólo implicó una disminución de sus ingresos, sino que también la falta de “cobertura de muchos servicios sociales básicos tales como salud, previsión social y seguridad laboral (Cid 2001:13)”.

Asimismo, las mujeres se encontraban, en mayor proporción que los hombres expuestas a

jornadas de trabajo más extensas, así como a una mayor variabilidad del pago en tanto las tareas de limpieza y embalaje (las cuales eran realizadas casi en su totalidad por mujeres) eran pagadas a trato o destajo. Si bien esta modalidad de pago -sujeta al rendimiento individual- podía implicar un aumento en los ingresos percibidos (durante los meses trabajados), esto se lograba sólo a través de la intensificación del trabajo y la extensión de la jornada laboral, afectando directamente la salud y calidad de vida de las mujeres (Venegas 1992, Valdés 1995, Valdés 2014). Es así como para ganar más dinero “había que matarse trabajando”, “hacerse pedazos los hombros” o “amanecerse trabajando hasta las 5 de la mañana” (Trabajadora de Temporada, 2017).

Al respecto, cabe mencionar que la incorporación al trabajo remunerado no implicó la liberalización de las tareas domésticas en tanto el ingreso de la mujer al mundo productivo no vino acompañado de una distribución de las tareas al interior del hogar. Esto las colocó en una posición de mayor desventaja en comparación a los hombres. Esto en la medida que mientras trabajaban asalariadamente debían cumplir una doble jornada que se traducía, en una “sobrejornada de tres horas diarias, que es el promedio de tiempo que las temporeras dueñas de casa dedican al quehacer del hogar” (Venegas 1992:229). Junto con lo anterior, se evidencia que las mujeres tampoco fueron liberadas de las tareas de cuidado ya que, si una mujer ingresaba a trabajar remuneradamente, por lo general, era otra mujer la que debía asumir el cuidado de sus hijos/as.

Condiciones laborales del nuevo modo de producción

La instalación del agronegocio en el territorio se caracterizó por condiciones extremadamente duras, como fueron: el traslado inhumano de las/os trabajadoras/es, la ausencia de infraestructura básica como baños y comedores, así como tratos denigrantes hacia las mujeres. En este contexto, son comunes los relatos que refieren que, durante este periodo, las empresas no tenían una infraestructura adecuada, siendo habitual que los/as trabajadores/as tuvieran que comer en el suelo y no contaran con instalaciones sanitarias ni con agua potable para beber durante la jornada de trabajo. En este sentido, se señala que “en ese tiempo no había nada de comodidades como pa’ la mujer temporera, teníamos que ir a los baños detrás del eucalipto (...) no había baño, no había para comer, comíamos en el suelo” (Trabajadora de Temporada, 2017). Igualmente, se refiere que “uno antes tenía que ir a buscar agua al río, porque no llevaban agua o uno tenía que llevar de la casa” (Adelina en Bujes y Espinosa 2015:103-104).

Asimismo, se relata que las empresas no contaban con transporte adecuado, por lo que los/as trabajadores/as eran trasladados/as -en palabras de los propios temporeros/as- “como

animales” en tractores o camiones, siendo común escuchar historias de accidentes, así como de situaciones en las cuales arriesgaban su vida por la falta de seguridad. Del mismo modo, se carecía de una normativa para el uso de pesticidas, los cuales eran aplicados sin los implementos necesarios y sin tomar las precauciones adecuadas. Es así como la aplicación de agrotóxicos se realizaba sin importar que los/as trabajadores/as estuvieran “comiéndose el pancito” o trabajando en los cuarteles aledaños, siendo habitual que los/as trabajadores/as sufrieran intoxicaciones producto del contacto con plaguicidas. Al respecto Alicia refiere:

Una vez sentía que me ardía la cara, que los labios me picaban y le avisamos que nos daba como bochorno en la cara y estaban aplicando veneno y el viento llevaba unas chispitas del agua con veneno y llegaba en la cara. Estábamos en la parra nueva, la parra chica, estaba amarrando y al frente estaban las parras viejas grandes, entonces aplicaban muy rápido con los tractores y saltaba, nos daba ganas de vomitar, todo el grupo que habíamos de seis (en Bujes y Espinosa 2015:115).

Durante este periodo también se dan una serie de incumplimientos por parte de las empresas que dicen relación con la extensión de la jornada de trabajo, la formalización de la relación laboral y el pago de la seguridad social. En este contexto, se refiere que la jornada de trabajo podía extenderse por más de doce horas diarias en tanto las mujeres trabajaban hasta las 3-4 de la madrugada embalando fruta, para luego volver a sus casas a descansar, para después comenzar a trabajar nuevamente a las 9 de la mañana. En este sentido, la experiencia de trabajo estaba marcada por el sacrificio y la degradación de los cuerpos producto del prolongado esfuerzo físico. Al respecto, Nelly relata: “porque trabajé, esforzada con mis compañeras, aquí con las cajas, nos hacíamos pedazos el hombro y se ganaba plata a trato, pero lo que nos pagaban al día era muy poco...” (Trabajadora de Temporada, 2017). Asimismo, refiere que “todas, yo creo que todas estamos enfermas. Sí, por el trabajo muy esforzado que tenemos nosotros como mujeres. La fuerza del trabajo” (Nelly en Bujes y Espinosa 2015:63).

Junto con lo anterior, se señala que muchas empresas no realizaban contratos de trabajo, lo que afectaba directamente el pago de cotizaciones a la seguridad social o, en otras ocasiones, si bien se contrataba formalmente, igualmente no se realizaba el pago correspondiente. En este contexto, muchas temporeras refieren que sólo después de muchos años se enteraron que no contaban con sus imposiciones al día. Tal es el caso de Gladys, una entre muchas trabajadoras, quien relata que después de 12 años se dio cuenta que su empleador no le “había pagado ningún año de los que había trabajado” (en Bujes y Espinosa 2015:81).

Al respecto también se señala que muchas veces, por desconocimiento y necesidad económica, se acordaba con el empleador el no pago de imposiciones, lo que aumentaba

el salario líquido recibido por los/as trabajadores/as durante la temporada. Al respecto Aurora relata que “no sabíamos qué iba a pasar después po’, no teníamos idea cómo a veces la ignorancia, que a veces uno no tiene todo el estudio pa decir: “ah no, estoy mal” (...) y después vienen las consecuencias” (Trabajadora de Temporada, 2017).

Junto con lo anterior, durante este periodo se implementaron una serie de estrategias por parte de las empresas que buscaron una gestión flexible de la mano de obra, lo que llevó al reemplazo casi total de la fuerza de trabajo permanente por mano de obra temporal. En este sentido, la legislación introducida durante la Dictadura cívico militar permitió que los empleadores tuvieran un amplio margen de acción para establecer los términos bajo los cuales los/as trabajadores/as podían ser contratados y despedidos sin derecho a indemnización (López 2002). Asimismo, la legislación vigente permitió que los empleadores pudieran determinar el salario, la duración, así como la distribución de las horas de trabajo.

Las prácticas de selección y contratación implementadas por las empresas favorecieron la conformación de una “planta de trabajadores/as temporales” (Venegas 1992) que cada temporada volvía a trabajar al mismo lugar. Esto facilitaba la generación de un vínculo precario e informal con las empresas que traspasaba el periodo de la temporada. Para las mujeres lugareñas (en mayor medida que para los hombres, debido a las limitaciones para encontrar empleos alternativos), esto se traducía en la esperanza de mantener el empleo y ser recontratadas a la temporada siguiente (Venegas 1992). En este escenario, las propias trabajadoras relatan que era difícil que se atrevieran a reclamar por miedo a perder el empleo o que no las volvieran a llamar a la temporada siguiente, siendo común que se quedaran calladas frente a los “malos tratos de los supervisores” o las humillaciones a las que se veían sometidas. En este sentido, bastaba “un solo grito, se acobardaban y volvían todas a trabajar” (Trabajadora de Temporada, 2018).

Las mismas temporeras refieren que la falta de conocimiento, así como la necesidad económica favorecieron a que estuvieran más dispuestas a aceptar cualquier condición de trabajo con la finalidad de contribuir al ingreso familiar. Al respecto, se torna necesario recordar que la incorporación de la mujer al agronegocio se produjo en un contexto de una profunda expansión capitalista que en el agro implicó, por una parte, un acceso limitado de los campesinos a la tierra -lo que aumentó la dependencia al ingreso salarial- así como una reestructuración del mercado laboral, que se tradujo en: una fuerte disminución de los empleos permanentes masculinos y un significativo aumento de los empleos estacionales. Esta situación se vio agravada con el retiro de la asistencia social proporcionada por el Estado, así como con la crisis de 1982 en tanto se produjo un aumento del desempleo, así como una disminución de los salarios, evidenciándose una fuerte pauperización de los

campesinos y asalariados rurales (Valdés 1987, Gómez 1988, Lago 1992, Barrientos et al 2000).

En este contexto de “pobreza rural y deterioro generalizado de las condiciones de vida” (Lara 2011:89) no es de extrañarse que las mujeres quisieran cuidar el precario vínculo que mantenían con las empresas de exportación. Tal como lo evidencian los siguientes relatos de temporeras de aquellos años: en “tiempos humildes” lo más importante era conservar el trabajo.

Ya sea en terreno o en packing, pasamos todas por lo mismo, que uno llega a la hora de trabajar y sale tarde. A lo mejor, nosotras somos más —no sé ahora—, antes era como más humilde la mujer de acá del valle (...) en el tiempo más humilde sí costaba reclamar (Adelina en Bujes y Espinosa 2015:106).

Antiguamente uno se dedicaba más al trabajo y no tenía información de esto, a donde se podía hablar o exigir lo que uno necesitaba en ese tiempo. No teníamos mucha comunicación de esas informaciones. A la actual de hoy, que hay reclamos. Yo sé que era más por conservar su trabajo y ahora no, hasta la locomoción ahora es diferente, puede reclamar uno sus derechos, antes no tenía derechos (Margari-ta en Bujes y Espinosa 2015:90).

En este sentido, el control y disciplinamiento de la fuerza laboral, especialmente de las mujeres, no sólo se ejercía a través del control autoritario directo, sino que también a través del miedo a perder el empleo, lo que se veía favorecido por el contexto sociopolítico e institucional de la época. Asimismo, la facultad de los empleadores para imponer su voluntad unilateralmente, también se veía resguardada por la legislación vigente, la que limitaba la capacidad de los/as trabajadores/as para incidir en las decisiones en tanto dificultaba la conformación de sindicatos a la vez que prohibía la negociación colectiva para los/as temporeros/as. De igual modo, la pobreza rural y la represión política de la época atentaban directamente contra cualquier posibilidad de organización formal en el sector agroexportador.

2. Prácticas de resistencia: del cuidado mutuo a la organización colectiva: Aproximaciones metodológicas

A pesar de la crudeza de la situación a la cual se vieron sometidas las mujeres a inicios de la década de los 80, y de la imposibilidad de conformar sindicatos producto de la

represión política⁴⁹, era posible escuchar en los relatos de las temporeras entrevistadas (que trabajaron en aquella época) alusiones referidas a que: “entre todo lo malo, algo bueno había”. Frase que contrastaba fuertemente con lo descrito en el apartado anterior, a saber, un nuevo modo de producción (el agronegocio de exportación) que había traído consigo: condiciones inhumanas de trabajo, tratos denigrantes; en fin, un sistema de opresión que degradaba soterradamente los cuerpos y vidas de las mujeres del valle. De este modo, junto a todo el dolor vivenciado y las historias de denigración aludidas, aparecían una serie de recuerdos/ memorias/ prácticas que nos hablaban de una forma de relación diferente entre las mujeres trabajadoras. Relato que emergía casi como un mundo paralelo a la violencia que experimentaban cotidianamente. Un mundo de solidaridad/ un tiempo- espacio- relación que permitió que las mujeres pudieran sostenerse en este modo de producción/dominación que rápidamente se fue asentando durante la Dictadura cívico militar en el territorio.

Estas frases resonaron fuertemente en mí, siendo un impulso para que en un segundo momento (2023 -2024), en el marco de la investigación del Fondecyt, pudiéramos seguir profundizando en un esfuerzo por desentrañar las hebras de aquellas vivencias referidas. Esto en un intento de poner en valor nuevas comprensiones y formas de entender las resistencias que no nieguen lo descrito anteriormente (condiciones laborales impuestas por el agronegocio), sino que; por el contrario, que permitan visibilizar y darle centralidad a las prácticas o gestos cotidianos que pujaron silenciosamente por subvertir la dominación impuesta. En este contexto, nos propusimos indagar en aquellas prácticas y gestos invisibilizados y acallados que permitieron que las mujeres lograsen sobrevivir a las extenuantes temporadas de cosecha, sosteniéndose colectivamente ante las injusticias, los malos tratos, así como a las demandas excesivas de producción. Esto en el entendido (y posicionamiento) de que, todo orden de dominación implica necesariamente la generación de estrategias de resistencias colectivas (Arruzza y Bhattacharya 2020, Cruz Hernández 2023, Gago 2019, Gutiérrez y Navarro 2019, Pérez y Gil 2020) y que los afectos y cuidados son parte de un mismo continuo interconectado con las resistencias e indignación (Ulloa 2021). En este contexto entendemos, las prácticas y gestos cotidianos de solidaridad y complicidad como la potencia o “despliegue de un contrapoder (incluso de un doble-poder) (...) de un poder de otro tipo: invención común contra la expropiación, disfrute colectivo contra la privatización y ampliación de lo que deseamos como posible aquí y ahora” (Gago 2019:9).

49 Los/as propios/as temporeros/as refieren que durante la década de los ochenta era difícil que se conformaran sindicatos en tanto cualquier intento era “inmediatamente socavado y los trabajadores/as despedidos” (Representante Sindicato, 2018). En este sentido, los/as trabajadores/as “eran catalogados de subversivos”, lo que dificultaba que después pudieran encontrar trabajo. Asimismo, la política de terror imperante llevó a que la “gente tuviera miedo de hacer sindicatos” y de plantear libremente sus demandas.

Considerando lo anterior, adherimos a una práctica afectiva de investigación lo que nos impulsa a reconocer el rol de los afectos, no sólo en el sentido de la incorporación de las emociones, sino que también dando lugar a la reflexión acerca de cómo estamos siendo afectadas y, a la vez, afectamos durante el proceso investigativo (Calixto 2022). De igual forma, creemos en la necesidad de establecer, a través del encuentro y el diálogo, un intercambio horizontal y recíproco que permita la generación de conocimiento situado (Haraway 1988, Corona y Kaltmeier 2012), favoreciendo así posicionamientos políticos-epistémicos que den espacio a que otras voces, muchas veces no autorizadas, sean las que hablen (Rangel 2023). De este modo, pulsamos por la producción de conocimiento conjunto que apunte a la transformación social que permita profundizar en nuevas formas de comprensión, así como vislumbrar otros futuros posibles (Cruz Fernández 2021).

En el intento por poner en práctica lo anterior, realizamos 10 entrevistas en profundidad a mujeres temporeras que hubieran trabajado en los inicios del agronegocio de uva de exportación en el territorio (temporeras antiguas como se les llama), con el objetivo de (re)conversar y profundizar en algunos hallazgos de la investigación anterior⁵⁰, a saber, la visibilización de prácticas y gestos cotidianos de solidaridad y complicidad, así como el rol que éstas jugaron para su sobrevivencia. Posteriormente, sistematizamos la información y realizamos un primer análisis temático tentativo (Braun y Clarke 2006), el que presentamos y reflexionamos en conjunto con las mujeres entrevistadas. Esto nos facilitó la generación de un espacio de intercambio y profundización en el cual se fueron entretejiendo las diferentes vivencias en torno a las relaciones y afectos entramados por las mujeres en aquella época, permitiéndonos así ir identificando/ vislumbrando las interconexiones existentes entre las estrategias de resistencia y los actos de cuidado colectivo y personal.

A continuación, presentamos las prácticas y gestos cotidianos de solidaridad y complicidad para luego adentrarnos en la descripción de la práctica del fogón en tanto tiempo/ espacio que encarna este entramado de afectos y complicidad que sienta las bases, esa es nuestra propuesta, para una posterior organización colectiva de las mujeres temporeras en el territorio. Inspiradas en la narración en capas de Carol Rambo (1995), en el siguiente apartado buscamos integrar las distintas voces y temporalidades del proceso investigativo en su conjunto, no sólo en un intento de yuxtaponer la teoría y la empiria, sino que con el objetivo de poner en movimiento y hacer conversar los diferentes relatos y reflexiones con propuestas conceptuales que han surgido desde los feminismos contemporáneos y otros

⁵⁰La investigación realizada en el marco de la tesis doctoral: "Precarización y Precariedad en el Sur Global: el sector agroexportador en el Valle de San Francisco (Brasil) y en el Valle de Elqui/ Limarí (Chile) se caracterizó por una combinación de métodos de investigación (Mix Method), lo que permitió tener un abordaje cualitativo y cuantitativo del fenómeno en estudio. En este contexto se utilizaron fuentes secundarias (revisión de estadísticas y estudios realizados en los territorios de estudio) y fuentes primarias (observación participante y 80 entrevistas semiestructuradas, realizadas a: representantes de instituciones públicas, empleadores y trabajadores/as agrícolas). El trabajo de campo fue realizado entre 2017 - 2019 en el Valle de Elqui/ Limarí (Chile).

autores (Patiño 2023).

Prácticas y gestos cotidianos de solidaridad y complicidad

La mayoría de las mujeres entrevistadas que ingresaron a trabajar asalariadamente al agronegocio -durante la década de los ochenta- pertenecían a “familias extensas con un pasado agrícola y criancero” (Bujes y Espinosa 2015:49), siendo común que tuvieran que trabajar desde muy pequeñas para ayudar a la subsistencia familiar, realizando tareas como cosecha de hortalizas o cuidado del rebaño. Al relatar sus historias, las mujeres temporeras también refieren el contexto de pobreza en el cual vivían, en donde sólo contaban con el mínimo de bienes materiales, siendo poco habitual que alguien tuviera “su refrigerador, su tele” (Trabajadora de Temporada, 2017). Es así como las experiencias relatadas dan cuenta de un entorno de extrema carencia y necesidad económica, en el que, por ejemplo: no tenían camas suficientes, debiendo dormir de a dos, o las familias no contaban con el dinero necesario como para comprarle zapatos a todos los hijos/as. Al respecto Juana refiere: “les compraban zapatos a dos y después al otro mes le compraban a dos y así. Cuando le compraban a los otros, los que le habían comprado ya los tenían rotos...” (en Bujes y Espinosa 2015:95-96).

En este escenario, el agronegocio de exportación se presenta como la única posibilidad para que las mujeres del territorio, ingresaran a trabajar -muchas veces por primera vez- de forma asalariada, en tanto “era lo único que había, no se podía hacer otra cosa, no había otras oportunidades (Encuentro Temporeras 2024). El ingreso al mundo laboral durante los meses de cosecha, les permitió poder contribuir “al sustento del hogar” (Juana en Bujes y Espinosa 2015:95-96), ya que tal como señalan “todos teníamos que ir a trabajar porque necesitábamos dinero, para darles educación a los hijos, para salir de la pobreza. (Trabajábamos) por necesidad, en esos tiempos, éramos pobres, había que trabajar para llevar algo para la casa” (Encuentro Temporeras 2024). En este contexto, todas comparten una experiencia laboral marcada por el sacrificio y el sometimiento a condiciones, muchas veces, denigrantes de trabajo. Es así como se refiere que en ese tiempo “era violento ser mujer” y que el trabajo en las parras “significó: vulnerabilidad, injusticia, porque abusaban de tu persona” (Encuentro de temporeras 2024).

Tal como se mencionó anteriormente, junto a estas experiencias de dolor y humillación, surgían historias y relatos que nos hablaban de una forma de relación diferente entre las temporeras, caracterizada por el apoyo, la solidaridad, el cuidado mutuo y la complicidad. Entre susurros, comienzan a brotar hilos: recuerdos de resistencia, suspiros entre tanto llanto: manos que se entrelazan, hojas que cubren a las enfermas, fogones que calientan

el alma; una resistencia silenciosa, cotidiana, cariñosa entre mujeres que se acompañan cuando han querido arrebatárles todo y sólo la dignidad les permite mantenerse en pie, sostenidas en su desnudez.

En este contexto, el relato de Ana María es impactante, refiriendo que nunca se cayó del tractor en el que eran trasladadas cotidianamente, ya que entre todas se sostenían: anudando sus manos para afirmarse mutuamente. En sus propias palabras: “nos echaban arriba de un tractor y así nosotros con los pies colgando y nosotros mirábamos así para abajo, barrancos. Nunca me caí ahí porque nosotros con las otras compañeras era como que hacíamos un nudo todas, nos afirmábamos así, era como si nos caímos una, nos caímos todas” (en Bujes y Espinosa 2015:139). Este recuerdo nos lleva a resonar ampliamente con la propuesta de acuerpamiento de Lorena Cabnal (2015⁵¹) quien plantea que los cuerpos se autoconvocan para actuar colectivamente y resistir, para preservar la vida. El relato de Ana María, se transforma en una imagen literal y metafórica que nos permite visualizar cómo los cuerpos traspasan los límites individuales y se convierten en uno solo, entretejiendo las manos (enredándose unas a otras) para no caer, aferrándose a la vida sostenidas por la red construida por sus propias corporalidades anudadas. Una historia, que nos muestra, por una parte, la crudeza de las condiciones laborales imperantes, y que, por otro lado, nos permite vislumbrar la fuerza y potencia de la acción colectiva para asegurar la protección de las existencias; de los cuerpos que sí importan (Butler 2009, Gago 2019).

Una cualidad importante de las prácticas y gestos de solidaridad, es el cariño y apoyo mutuo que se encarna en un cuidado: continuo, permanente, cotidiano que dice relación con una preocupación genuina entre compañeras. Una actitud de estar atentas a las necesidades de las otras para poder apoyarse en caso de enfermedad o para compartirse cremas, agua y alimentos en caso de ser necesario, tal como refieren las temporeras: “sí, entre todas siempre, y entre las mujeres más que nada se apoyaban, sí. No sé: “pues, oye, sale, mira, tengo esta agüita, tengo esta crema, tengo esto, siempre”. Algunas llevaban cosas para comer, para compartir, le daban medicamentos cuando alguna estaba enferma o le decían: “quédate ahí sentada”” (Encuentro de Temporeras 2024). En este sentido, la solidaridad se materializaba en un acuerparse cariñoso en el cual el abrazo se convertía en palabra, lo que implicaba hacer comunidad con otras, involucrando procesos de cuidado y acompañamiento (Rea 2020), poniendo el cuerpo para quienes en ese momento lo requerían, confiando en la reciprocidad de las relaciones establecidas.

De igual modo, las prácticas de solidaridad actuaban como una forma de “resguardo” o protección frente al control directo por parte de la empresa. En este sentido, se relatan historias en las que las mujeres tomaban té sin que las vieran y escondían las tazas en

51 <https://suds.cat/experiencias/857-2/>

los delantales cuando pasaban los “jefes”; hacían turnos para dormir siesta debajo de los parronales o se tapaban unas a otras cuando querían ir al baño. En este contexto, la relación de complicidad entre las compañeras de trabajo emergía como una estrategia de sobrevivencia y de resistencia cotidiana (Scott 1985) que permitía que las temporeras pudieran sobrellevar el trabajo en la agroexportación. Travesuras, como las llamaba Ana María⁵² en las que se cuidaban unas a otras para poder burlar el sistema de control y disciplinamiento; acciones conjuntas que nos hablan del gozo de poder subvertir la dominación impuesta, lo que les permitía disfrutar de momentos de autonomía colectiva (sostenidos en la complicidad entre compañeras) así como erigir un contrapoder (Gago 2019) para colocar ciertos límites a la explotación.

Junto con lo anterior, observamos que el cuidado mutuo también desborda los límites del lugar de trabajo, evidenciándose también preocupación por el cuidado de los/as hijos/as y por las situaciones de violencia doméstica que sufrían algunas compañeras. En este sentido, las temporeras refieren que: “había casos donde una mamá cuidaba a todos los/as niños/as de quienes estaban trabajando (Encuentro Temporeras 2024) o cuando “a veces llegaban compañeras llorando y nosotras, en ese momento nosotras nos tirábamos para arriba (...) pero en ese momento nosotros la pasábamos bien, nos reíamos, en ese momento nosotros los mandábamos a la cresta un rato a los hombres, para pasar las penas” (en Bujes y Espinosa 2015:143). Es así como como a pesar de la falta de soporte familiar y del dolor sufrido, se buscaban estrategias conjuntas para subir el ánimo, para “recuperar la alegría sin perder la indignación” (Lorena Cabnal en Patiño 2023).

Todas estas prácticas y gestos de solidaridad y complicidad nos hablan de la capacidad de las temporeras de poner el cuerpo para cuidarse unas a otras, de resonar con las penas y alegrías del día a día, de su capacidad de reciprocidad y de implicación afectiva (Méndez 2023). Bálsamo de cariños y ternura entre tanta crudeza que les permitieron sobrellevar las extenuantes temporadas de cosecha, sosteniéndose colectivamente ante las injusticias, los malos tratos, así como a las demandas excesivas de producción y la violencia doméstica. Prácticas y gestos cotidianos, manifestados en risas, abrazos, cuerpos presentes, cuerpos que se cubrían unos a otros.

El Fogón como forma de Resistencia

Ante la ausencia de comedores, las mujeres se sentaban todas juntas -en el suelo bajo los parronales- a comer y compartían sus almuerzos con las que no llevaban; prendían un fuego para calentar la comida o tomarse un té, conformándose así un espacio donde no sólo se alimentaban, sino que también en el cual podían encontrarse, reponer fuerzas,

52 En Bujes y Espinosa 2015

conversar y distenderse diariamente durante la temporada de cosecha. En este contexto, se entremezclan recuerdos cargados de afectos que dicen relación con la carencia y la falta de instalaciones básicas, debiendo comer “tiradas en el suelo, en la tierra” (Mariana, Temporera antigua, 2024). De igual modo, se rememora la pobreza de aquella época en la que escaseaba la posibilidad de comprar alimentos para cocinar y llevar. Tal como refiere Nelly: “nosotros si nos terciamos con muchas cosas antiguamente. Nosotros llevábamos el almuerzo y cada una llevaba su vianda y a veces uno miraba sus ollitas de todas, porque como todas pobres; algunas llevaban carne otras no llevaban, otras llevaban fideítos blancos, sin salsa y así. Nos compartíamos todas, las ensaladas, todo (en Bujes y Espinoza 2015:61). Junto con lo anterior, se valora el compañerismo de esos tiempos, en los cuales “era muy bonito el compartir, porque nos íbamos todas juntas, volvíamos allá, compartíamos el té” (Susana, Temporera antigua, 2024), así como las bromas que se hacían que les permitían reírse y pasar un buen rato juntas, tal como señalan Ana y Consuelo respectivamente: “era lindo sentarse en el suelo, calentarse comida con todas, echar la talla” (Temporera antigua, 2017) o “a veces las niñas pelusonas me cambiaban la olla, y me equivocaba siempre de las comidas, bueno, pescaba y se reían” (Temporera antigua, 2024).

Considerando lo anterior, proponemos que la práctica del fogón se transforma en un tiempo/ espacio para compartir desde la vulnerabilidad, lo que va configurando un entramado colectivo que permite diariamente sostenerse y acuerparse. En este sentido, se afiatan los vínculos que van permitiendo la producción de lo común (Gutiérrez 2020) entendido como un “proceso que organiza la interdependencia (...) poniendo en el centro la defensa y la afirmación de la vida. En medio de aquello que las separaciones y los procesos de despojo múltiple han buscado negar, erosionar, fragmentar o alterar, la producción de lo común es un ejercicio de reconexión, recomposición y reapropiación” (Gutiérrez 2020:16). En este caso, un ejercicio cotidiano, permanente de reafirmación y compromiso entre las mujeres temporeras: de estar de cuerpo presente y disponibles para la acción, el cuidado y la protección mutua. En sus propias palabras: “había compañerismo entre las mujeres, éramos un grupo de compañeras, nos juntábamos en esa conversa” (Encuentro Temporeras 2024).

En el tiempo/ espacio del fogón, también se compartían experiencias, aprendizajes que se transmitían de una generación a otra y a las nuevas temporeras que iban ingresando, configurándose una cadena de solidaridad que actuaba como una especie de protocolo no escrito que trascendía la temporalidad, interconectando distintas generaciones en la protección de las vidas: “había apoyo de las adultas a las más jóvenes, después había que hacer lo mismo” (Encuentro de Temporeras 2024), a saber, acoger, enseñar, proteger a las

que estaban empezando. Este apoyo también se daba en el trabajo en terreno en donde se traspasaban in situ los saberes aprendidos producto de los años de experiencia. Al respecto Rita refiere: “a mí me enseñó una amiga que se llamaba Paty, ella me enseñó a limpiar la uva, porque yo no sabía. Y ella dijo, mira es así y así. Y yo igual iba con nervio, porque no sabía, mi primera vez y ahí estaba la abuelita y “si tú lo haces con amor, todo le va a salir bien” (Temporera antigua, 2017). En este sentido, se iba forjando una ética de la relación, la que trascendía “la propia experiencia y posición al congregarse con cuerpos diversos y generar nuevos espacios de cuidado” (Méndez 2023:s/n). Es así como también, se apoyaba a las más “lentas”, que por falta de experiencia no alcanzaban a cumplir las metas diarias impuestas. Tal como Julia recuerda: “claro, a veces llegaban personas que eran muy lentas para trabajar, que trabajan por primera vez, entonces uno salía antes, por ejemplo, de la hilera, la hilera se le llama toda la corrida de parras (...) y a la otra niña no sé, le faltaban diez parras, y la que quería iba y le ayudaba para salir de sus diez parras” (Temporera antigua, 2024).

En este contexto, se va forjando un sentimiento de pertenencia e identidad, dado por la vivencia de experiencias comunes, que les permitían sentirse iguales ante las “pellejerías y los maltratos”; reconocerse en el dolor de las compañeras y en la esperanza de reencontrarse a la temporada siguiente. Es así como, se refiere que el “el grupo se iba afiatando, porque se encontraban todos los años” (Encuentro Temporeras 2024) y “nos fuimos como haciendo grupos, como que éramos las mismas que íbamos a los diferentes lugares” (Temporera antigua 2024), “uno iba en familia, compartía, no estaba sola” (Encuentro Temporeras 2024). En este entramado de afectos, los vínculos se iban fortaleciendo en un cuerpo colectivo que resistía a las diferentes opresiones a las que eran sometidas. En este sentido, proponemos comprender este hilado de interdependencia - encarnado en la metáfora del fogón- como un “contracercamiento” (de Angelis 2012) en tanto oposición al medio de producción y a las lógicas neoliberales imperantes o una ecofrontera (Blásquez 2021) en cuanto tiempo/espacio de gestación de formas organizativas y prácticas políticas cotidianas, en miras a formas de relacionarse en base a la dignidad.

Si bien durante las primeras décadas de instalación del agronegocio en el territorio no hay registro de organización formal en el sector agroexportador, creemos que las prácticas relatadas anteriormente, encarnadas en el tiempo/espacio del fogón, en tanto práctica ritual diaria de encuentro, cuidado y distensión, permitió ir sentando las bases para la conformación del primer sindicato de mujeres del territorio, a saber, el Sindicato N° 1 de Mujeres Asalariadas Agrícolas de Vicuña, integrado en su mayoría por temporeras antiguas. En este sentido, planteamos que la experiencia compartida de indignación frente al constante atropello de los derechos laborales, la solidaridad y complicidad

entre las mujeres, así como el cuidado y el apoyo mutuo -que permitieron ir forjando este entramado de afectos entre las temporeras del territorio- favorecieron la posterior articulación de la acción colectiva a nivel local. En este contexto, evidenciamos las interconexiones existentes (muchas veces invisibilizadas) entre una resistencia cotidiana, silenciosa e íntima con una resistencia “hacia afuera” que comienza a ocupar los espacios públicos y articularse con las instituciones y actores locales con la finalidad de asegurar la dignidad de las condiciones de trabajo de las mujeres temporeras en el territorio.

Conclusiones

El presente artículo nos permitió ir develando las interconexiones existentes entre el entramado de cuidados, complicidades y afectos con las prácticas de resistencia cotidiana, así como con la capacidad de organización formal durante las décadas posteriores en el territorio. En este sentido, la frase “entre todo lo malo: algo bueno había”, nos habla de las posibilidades de emancipación y de subvertir las opresiones cuando se coloca en el centro la vida de quienes se sostienen colectivamente desde su vulnerabilidad. Nos habla de la posibilidad, tal como plantea Gago de desplegar “un contrapoder (incluso de un doble-poder) (...) de un poder de otro tipo: invención común contra la expropiación, disfrute colectivo contra la privatización y ampliación de lo que deseamos como posible aquí y ahora” (2019:9), permitiéndonos nutrirnos -también en la actualidad- para soñar alternativas de futuros posibles.

Bibliografía

- Blásquez, L. (2021), Ecofrontera. Análisis ecofeminista de los espacios intersticiales como cuerpos-territorios. *Ecología Política* (61), 22-29
- Braun, V. y Clarke, V. (2006), Using thematic analysis in psychology, *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 77-101.
- Bujes, J. y Espinosa, M. (2015). Memoria e identidad de mujeres temporeras en el Valle del Elqui. Santiago de Chile: Editorial: Impr. Grattillo.
- Cabnal, L. (2019). El relato de las violencias desde mi territorio cuerpo-tierra. En Leyla, X. e Icaza, R (Comps) *En tiempos de muerte: cuerpos, rebeldías, resistencias* (113-126) Buenos Aires: CLACSO.
- Calixto, A. (2022) Pulso autoetnográfico: La urgencia de un enfoque afectivo para la antropología social. *Etnografías afectivas y autoetnografía*. En *Investigación y Diálogo*

para la Autogestión Social (Comps) Tejiendo Nuestras Historias desde el Sur Textos del Primer Encuentro Virtual 2022 (57-69), Serie de Publicaciones Autogestivas.

Cerda Becker, C. (2024) Prekarisierung und Prekarität im Globalen Süden: Der Traubenexportsektor im Elqui/ Limarí Tal (Chile) und San Francisco Tal (Brasilien). Dissertation zur Erlangung des akademischen Grades doctor philosophiae (Dr. phil.). Friedrich Schiller Universität Jena, Alemania.

Cid, B. (2001) Trabajadoras temporeras de la agroindustria: núcleo de contradicción en el nuevo mundo rural: desafío a las políticas públicas, Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, Programa de Estudios Desarrollo y Sociedad.

Corona, S. & Kaltmeier, O. (2012). En diálogo. Metodologías horizontales en ciencias sociales. En S. Corona y O. Kaltmeier (Comps), En diálogo. Metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales (11-24), Gedisa

Fernández-Camacho, M (2021). Una metodología militante: “parar para pensar”, *LiminaR*, 19(1), 15-29.

De Angelis, M. (2012), Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los “cercamientos” capitalistas. *Theomai*, (26, julio -diciembre)

Gago, V. (2019). La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo. *Tinta Limón*.

Gutiérrez, R. (2020) Producir lo común. Entramados comunitarios y formas de lo político, *Re-visiones* (10)

Kay, Cristóbal (1981), The hacienda system, proletarianization and Agrarian Reform: The roads of the subordinate peasant to capitalism. En Beatriz Albuquerque; Mauricio Dias David (Comps): El sector agrario en América Latina. Estructura y Cambio Social (23-38) Instituto de Estudios Latinoamericanos de Estocolmo.

Lara Flores, S. y Grammont, H. (2011) Reestructuraciones productivas y encadenamientos migratorios en las hortalizas sinaloenses En Sara Lara Flores (Comps), Los encadenamientos migratorios en espacios de agricultura intensiva (33-78) México: IIS-UNAM; El Colegio Mexiquense; Porrúa.

Lovera Montilla, L. (2023), Gabriel y yo: análisis autoetnográfico sobre la masculinidad, paternidad y violencia pediátrica, *Physis: Revista de Saúde Coletiva* (33), 1-21

Méndez, M. (2023), Acuerpar: The Decolonial Feminist Call for Embodied Solidarity Signs, *Journal of Women in Culture and Society* (49.1), 37-61.

Murray, W. (2002) From dependency to reform and back again: the Chilean peasantry in

the twentieth century. *Journal of Peasant Studies* (29), 190-227.

Patiño, D. (2023), A philosophical conversation with Lorena Cabnal from Guatemala, *Revista Estudos Feministas*, 31(3).

Rambo, C. (1995), Multiple reflections of child sex abuse: An argument for a layered account, *Journal of Contemporary Ethnography*, (23), 395-426.

Rangel, T. (2023) La autoetnografía en los estudios corporales. Reflexión metodológica desde los proyectos corporales, *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad - RELACES*, (41), 10-20.

Rea, D. (2020), *Ya no somos las mismas y aquí sigue la Guerra*, México: Grijalbo

Scott, James C. (1985) *Las armas de los débiles. Formas cotidianas de resistencia campesina*. Yale University Press.

Ulloa, A. (2021), Repolitizar la vida, defender los cuerpos-territorios y colectivizar las acciones desde los feminismos indígenas, *Ecología Política* (61), 38-48.

Valdés, X.; Riquelme, V.; Medel, J.; Rebolledo, L.; Oxman, V.; Quevedo, V. y Mack, M. (1987) *Sinopsis de una realidad ocultada: (las trabajadoras del campo)*, Santiago: CEM.

Valdés, X.; Rebolledo, L.; Pavez, J y Hernández, G. (2014) *Trabajos y familias en el neoliberalismo. Hombres y mujeres en las faenas de la uva, el salmón y el cobre*. Santiago: LOM Ediciones.

Venegas, S. (1992) *Una gota al día... Un chorro al año... El impacto social de la expansión frutícola*. Santiago. LOM Ediciones.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CUIDADO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E AS MULHERES RURAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO P1MC

MARIELLE EDEN PALMEIRA DO NASCIMENTO

ANDREA BUTTO

RESUMO

A região semiárida brasileira enfrenta escassez hídrica, onde as mulheres rurais, gestoras essenciais da água, têm seu trabalho invisibilizado. O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) reduz desigualdades ao fornecer infraestrutura hídrica, aliviando a carga feminina e promovendo equidade de gênero. O estudo traz uma reflexão da contribuição do P1MC na convivência sustentável com o semiárido e na redução das disparidades entre homens e mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres rurais; políticas públicas; P1MC

ABSTRACT

The Brazilian semi-arid region faces water scarcity, where rural women, who are essential water managers, have their work made invisible. The One Million Cisterns Program (P1MC) reduces inequalities by providing water infrastructure, alleviating women's burdens and promoting gender equity. The study reflects on the contribution of P1MC to sustainable coexistence with the semi-arid region and reducing disparities between men and women.

KEYWORDS: rural women; public policies; P1MC

Introdução

O Trabalho do cuidado das mulheres rurais

O trabalho de cuidado advém de uma discussão mais crítica do trabalho reprodutivo e doméstico das mulheres, marcado pela discussão da divisão sexual do trabalho como dialogou com a Mourão (2023), ao falar que as mulheres estavam sobrecarregadas com as tarefas domésticas e de cuidados e isso constituía um fator limitante à autonomia crítica das mulheres, na medida em que impedia que elas dedicassem mais tempo à atuação na produção e na comercialização. E isso não se caracteriza como algo natural da mulher, como bem explica Herrera (2019), ao dizer que a atividade de cuidados está interligada à temática do gênero, uma vez que essa função é culturalmente vista como algo intrínseco à condição e ao papel das mulheres. No entanto, é importante não nos deixarmos levar pela ideia de que os cuidados se resumem apenas a suas características benéficas, que são fundamentais para a preservação da vida e para o bem-estar.

O trabalho de cuidado apresentada por Tronto (2007), como uma ação fundamental para a preservação da vida, engloba não apenas questões de sobrevivência, mas também elementos emocionais, como a atenção e o apoio, com intenção de prolongar e restaurar nosso mundo para vivermos nele da maneira mais adequada. Esse “mundo restaurado” abarca nossos corpos, nossa própria essência e o ambiente ao nosso redor, além de todos os elementos nos quais buscamos intervir de maneira complexa e sustentável.

As mulheres estão na linha de frente do cuidado, equilibrando atividades que asseguram a continuidade da vida diária com obrigações produtivas que são vitais para o progresso sustentável de suas comunidades, principalmente as da área rural e que possuem uma especificidade como argumentam Castro e Lavinhas (1992) no campo é mais evidente a união da atividade econômica e trabalho doméstico, em função de que o local de trabalho e a residência frequentemente se mesclam. Como as atividades produtivas realizadas pelas mulheres no campo geralmente não recebem remuneração ou têm pagamento muito baixo, muitas vezes essas contribuições não são levadas em conta nas estatísticas oficiais, resultando em uma subvalorização da participação feminina na produção social rural.

Autoras como Siliprandi e Cintrão (2015), indicam também que a produção das mulheres compõe a renda familiar, seja através da economia de recursos monetários que deixam de ser realizados pela produção para o autoconsumo seja pelo resultado auferido na comercialização mas esse tipo de inserção econômica (subordinada) gera uma imagem do trabalho feminino como uma atividade secundária e marginal, mesmo que, sem esse trabalho, não seja viável assegurar a reprodução física e social da agricultura familiar. O trabalho de cuidado feito pelas mulheres do campo não é apenas um reflexo de seu

papel social habitual, mas também uma demonstração de sua força e importância na manutenção da vida.

Isso implica em pensarmos sobre a necessidade de transformar esse trabalho feminino num lugar de reconhecimento e valorização. Mas essa transformação só ocorrerá pela força da ação coletiva e da conquista de políticas públicas que assegurem direitos, autonomia às mulheres no meio rural, bem como pelo fortalecimento de práticas agroecológicas que valorizam o papel central das mulheres na produção de alimentos. O trabalho de cuidado realizado pelas mulheres rurais favorece práticas sociais e culturais que fortalecem as redes de solidariedade nas comunidades como se observa na troca de vivências, com a participação em grupos e a preservação de tradições culturais, todas são maneiras de cuidado que favorecem o bem-estar coletivo e a coesão social.

As políticas públicas do cuidado são necessárias para ampliar e compartilhar as responsabilidades pública com esse trabalho partir de iniciativas governamentais que garantem direitos fundamentais, diminuem as desigualdades de gênero e fomentam a sustentabilidade social. Ao oferecer infraestrutura hídrica para garantia do consumo humano o P1MC, atua como uma política de cuidado que diminui a carga sobre as mulheres favorecendo condições mais justas de trabalho de cuidados.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre o tema, destacando a iniciativa do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que se configura como uma importante política de cuidado e de convivência com o semiárido, já que ao assegurar acesso à água limpa e segura e promoveu uma menor sobrecarga de trabalho doméstico contribuindo para organização do tempo e da energia dessas mulheres. O que costumava levar um terço do dia para ser feito agora leva apenas alguns minutos. Esse ganho de tempo aparentemente simples desencadeou uma série de mudanças profundas. A reflexão proposta será realizada a partir de revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa e está estruturado a partir de 3 pontos cruciais: 1) A região semiárida brasileira 2) A política pública de convivência com semiárido; 3) O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

1. A região semiárida brasileira

A região semiárida brasileira, representam 12% do território do país, abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e uma parte de Minas Gerais, englobando 85% da área da região Nordeste, com 1,03 milhão de quilômetros quadrados de extensão e abriga aproximadamente 27 milhões de habitantes que vivem nos biomas da Caatinga e do Cerrado. A região em tela historicamente apresenta uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais, pois a precipitação anual na área

é de cerca de 200 a 800 mm, que resulta na escassez de água da chuva e a seca torna-se um fator natural cíclico, impondo grandes dificuldades às comunidades que ali residem.

Em oposição ao “conceito da seca” esse estudo se apoia na categoria “convivência com o semiárido”, que de acordo com Duque (2008) seriam experiências originadas do conhecimento popular, desenvolvidas no intercâmbio com o conhecimento científico, convertendo-as em referências que resultam num modelo distinto de conceber a política pública. Sendo assim os saberes adaptativos são transformados num modelo alternativo para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, um modelo que se pretende mais contextualizado, participativo, resiliente e efetivamente capaz de promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social nas particularidades regionais do semiárido. Esta perspectiva reconhece a Caatinga não como um ambiente hostil a ser dominado, mas como um bioma rico em biodiversidade e potencialidades, que exige estratégias de manejo e uso sustentável.

No intrincado contexto da escassez hídrica estrutural, as mulheres que vivem em áreas rurais como as mais vulneráveis aos múltiplos e interconectados impactos das estiagens prolongadas e da irregularidade das chuvas, pelo lugar que exercem como gestoras da água, da soberania alimentar tanto no âmbito familiar como comunitário, uma função de extrema importância para a reprodução social e a sustentabilidade da vida no semiárido. De acordo com Cintrão e Siliprandi (2015), durante os períodos de estiagem das chuvas era comum que mulheres e crianças percorressem grandes distâncias em busca de água, o que resultava num maior consumo do tempo e energia das mulheres, limitando sua participação e dedicação a outras esferas sociais como a educação, geração de renda e participação política.

Outro fator atenuante é que em contextos rurais não existe esta separação do público/privado, do trabalho de produção e de reprodução o que resulta numa maior invisibilização do seu trabalho produtivo, a partir da divisão sexual do trabalho, tradicionalmente a elas é associada o trabalho de cuidados desde a administração do lar, promoção do bem-estar familiar, a até mesmo a produção agrícola familiar especialmente aquela destinada para o autoconsumo as mulheres. O que desvela que elas desempenham uma dupla, por vezes tripla, jornada de trabalho, e em cenários de insegurança hídrica, como o do semiárido, essa carga de trabalho não remunerado e socialmente pouco reconhecido é drasticamente exacerbada, com sérias consequências para sua saúde física e mental, bem-estar e autonomia.

2. A política pública de convivência com semiárido

A política pública de convivência é um ponto de referência na busca por soluções que valorizem as características ambientais, sociais e econômicas da região semiárida do Brasil. O conceito de convivência com o semiárido difere das tradicionais abordagens que defendiam o combate à seca, que se mostrou inadequados ou insustentáveis historicamente. Em vez de tentar alterar o ambiente natural ou vê-lo como um problema a ser superado, a convivência com o semiárido sugere o uso de tecnologias, práticas e estratégias adaptadas à realidade local.

Uma das ideias principais da abordagem de “convivência com o semiárido” é garantir que as pessoas tenham acesso à água de forma independente, o que é fundamental para favorecer a agricultura familiar, melhorar os sistemas de captação e armazenamento de água, como cisternas e barragens subterrâneas, e incentivar o cultivo de plantas que resistem à seca são necessárias ações que garantem não apenas a segurança hídrica e alimentar das comunidades, mas também promovem a sustentabilidade ambiental e a autonomia das agricultoras(es). Como Expressa Malvezzi:

“O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele, não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riqueza surpreendentes” (Malvezzi, 2007, p. 26).

Esses são aspectos essenciais para que as pessoas possam permanecer na região. A captação da água da chuva é uma prática antiga e tem sido usada como uma alternativa de adaptação em várias partes do mundo onde ainda não há condições adequadas para garantir o Direito Humano à água. No semiárido, essa técnica tem sido promovida pelo Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), que é bem aceito pela população rural do semiárido brasileiro e tem sido adotado por diversas organizações da sociedade civil em suas iniciativas de desenvolvimento da região (Gandure, Walker, Botha, 2013).

Acerca das políticas públicas de convivência com o semiárido temos o já apresentado, O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que é coordenado pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que busca fornecer infraestrutura hídrica a partir das cisternas que garantem abastecimento para o autoconsumo de forma descentralizada e de fácil acesso por estar ao lado dos domicílios. Com isso o programa fomenta transformações significativas no bem-viver das famílias rurais, além de que e gera uma redução da carga penosa do trabalho físico imposta às mulheres na busca por água, além de capacitar os beneficiários com um curso de gestão de recursos hídricos. Outra iniciativa relevante é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que estimula a produção local, valoriza os

pequenos agricultores e capacita os mercados. Essas políticas possuem uma visão social e cultural importante, reconhecendo e valorizando os conhecimentos tradicionais das comunidades que vivem na região buscam enfrentar os desafios climáticos.

3. Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) começou em 1999, a partir da luta do povo do seminário que se organizou e resultou na ASA, com propósito de ampliar as construções das cisternas, um trabalho que já estava sendo feito pela sociedade civil. Nos anos seguintes, de 2000 a 2002, projetos de teste tiveram dinheiro do Governo Federal, especialmente do MMA através da Agência Nacional das Águas (ANA). Em 2003, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), o P1MC foi incluído na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e começou a receber verba do Programa Fome Zero, sendo, depois, adicionado, no ano de 2004, às iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (ASA, 2011; Brasil, 2006).

A cisterna é um tanque de água com formato oval, cujas dimensões estão fincadas no solo, construída ao pé das residências, próximo à cozinha, facilitando o acesso à água para cozinhar e para beber. Segundo Alves (2003), a captação hídrica é feita por meio de calhas instaladas ao redor da casa, já que a água da chuva escorre pelos telhados, cai nas calhas e é direcionada para dentro da cisterna. Esta é mantida sempre fechada e a água permanece armazenada ali durante todo o período chuvoso, para ser utilizada somente quando a seca chegar.

De acordo com Medeiros, Silveira e Neves (2010) a ASA Brasil promove a coleta e o armazenamento eficaz da água da chuva utilizando o modelo da cisterna de placa de cimento como a melhor solução para proporcionar acesso e suprir as demandas de consumo das famílias rurais carentes na área. Essa opção está alinhada com as iniciativas de convivência com o Semiárido e é focada em pequenas ações em vez de grandes obras, além de se empenhar por políticas públicas inclusivas que se pretendem associar a um projeto de desenvolvimento sustentável para a área. Eles propagam esse modelo porque reduz o custo para construção e democratiza o acesso à água, diferentemente de obras em larga escala que não chegam a todas as famílias rurais.

As famílias que participam do P1MC são escolhidas de acordo com os critérios definidos anteriormente pelo MDS, onde o público-alvo são as famílias de baixa renda que se encontram em insegurança alimentar e nutricional, cujas casas não contam com acesso

à rede de abastecimento de água regular ou a outras fontes adequadas. Têm prioridade aquelas famílias onde as mulheres são as responsáveis pela família e que possuem um maior número de crianças e adolescentes em idade escolar, assim como idosos e/ou pessoas com deficiência física (Brasil, 2006; MDS, 2010). Um fato a ser explicitado é que a definição dos critérios de mães chefes de famílias do programa pautou-se a partir de um contexto enfrentado durante as secas onde muitas mulheres foram abandonadas no campo enquanto seus maridos migraram em busca de trabalho e muitos não retornaram. E sendo assim, elas assumiram a responsabilidade pela sobrevivência da família e são conhecidas como as “viúvas da seca” uma expressão carregada de dor e resiliência (Branco, 2000).

Um marco importante para transformação dessa política de convivência veio intermediada do VI Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (ENCONASA), um espaço vital de debate e deliberação da sociedade civil, ocorrido no estado do Ceará em 2006. Durante este significativo evento, as agricultoras beneficiadas e técnicas que atuavam no P1MC deliberaram coletivamente uma “Carta política de gênero da ASA”, que tinha como objetivo encadear uma reflexão das complexas opressões que as mulheres rurais viviam. Que dizia:

“Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão em relação aos homens nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder, mando e autoridade sobre as mulheres”. (ASA, 2006).

No qual levou os executores do P1MC reconhecerem que a perspectiva de gênero tinha que ser incorporada nas suas ações, mesmo que limitado no que se refere ao tema da divisão sexual do trabalho, o programa impactou diretamente as mulheres na diminuição da carga diária do trabalho de cuidado delas. Mas é importante ressaltar que a participação das mulheres não é uma exigência específica no planejamento do programa. Porém, diante do critério de desempate que favorece a seleção de famílias chefiadas por mulheres, juntamente com a obrigatoriedade da presença do responsável nas reuniões comunitárias nos cursos de capacitação que em sua grande maioria é feminina por serem elas as responsáveis pela manutenção do lar, resultou num aumento do protagonismo feminino nas questões políticas e sociais da comunidade.

Nesse panorama, O P1MC ganha uma releitura e se apresentam como uma política pública de cuidado, que se torna uma estratégia de mitigar essas desigualdades estruturais de gênero e permite uma inclusão social com a promoção da agroecologia, o incentivo às práticas coletivas e a valorização do papel das mulheres nas atividades produtivas e na gestão dos recursos. Apesar de como a perspicaz análise de Butto (2011) lança luz sobre

uma realidade crucial: as institucionalidades e as políticas públicas especificamente direcionadas à promoção da igualdade de gênero e ao reconhecimento do trabalho de cuidado no meio rural brasileiro são fenômenos relativamente recentes em sua formulação e implementação. Isso reflete que, tais políticas encontram-se, em grande medida, em uma fase de consolidação, experimentação e aprendizado institucional, carecendo de maior transversalidade nas diversas esferas governamentais e de um orçamento mais robusto e contínuo para garantir sua sustentabilidade e efetividade a longo prazo.

Conclusão

Por fim, o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres rurais, especialmente no semiárido brasileiro, é fundamental para a reprodução social e econômica das famílias agricultoras, ainda que frequentemente invisibilizado e subvalorizado. Como demonstrado, essa atividade não se limita ao âmbito doméstico, mas se entrelaça com a produção agrícola, a gestão dos recursos hídricos e a manutenção da vida comunitária, reforçando a centralidade das mulheres na sustentabilidade rural. No entanto, a divisão sexual do trabalho e a naturalização do cuidado como atribuição feminina perpetuam desigualdades, sobrecarregando-as e limitando sua autonomia.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) emerge como uma política pública transformadora, que está alinhada à perspectiva de convivência com o semiárido onde o programa implanta uma tecnologia social, como a de cisternas para guardar água da chuva, respeitando os limites da natureza e incentivando práticas que cuidam do meio ambiente. Além de que ela mitiga os impactos da escassez hídrica sobre as mulheres e remodela o gasto do tempo para essa atividade essencial para subsistência da família e isso reconhecer formalmente o valor social e econômico do trabalho de cuidado. Elas também buscam criar condições concretas, tanto materiais quanto simbólicas, para que as mulheres rurais, em toda a sua diversidade, possam exercer plenamente sua cidadania, autonomia e direitos humanos.

Isso envolve, entre outras ações, garantir que essas mulheres participem de forma efetiva na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas que afetam suas vidas. Contudo, é importante ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade que possam dividir parte das responsabilidades de cuidado com o estado e de responsabilidade coletiva como, lavanderias comunitárias, creches rurais, escolas em período integral, centros de convivência para idosos e serviços de saúde voltados para as mulheres. Também é fundamental promover o empoderamento econômico dessas mulheres, apoiando suas iniciativas produtivas, facilitando seu acesso aos mercados e

valorizando seus conhecimentos e práticas tradicionais. A valorização do conhecimento tradicional feminino, o fomento à agroecologia e o fortalecimento de redes solidárias são caminhos para uma transformação mais profunda, que articule sustentabilidade ambiental, autonomia das mulheres e justiça social no meio rural.

Olhando para o futuro, os desafios incluem a adaptação dessas políticas às mudanças climáticas, que tendem a exacerbar a escassez hídrica, e a garantia de que as novas gerações de mulheres rurais tenham perspectivas de vida digna e de permanência qualificada no campo, com acesso a oportunidades e com seus direitos plenamente respeitados. Isso implica transcender a mera formulação de suas demandas setoriais e assistenciais, avançando para a construção de propostas concretas de desenvolvimento rural que integrem a dimensão do cuidado como um eixo estruturante, e não como um apêndice, e que disputem os modelos de desenvolvimento hegemônicos, muitas vezes predatórios e excludentes

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Pereira. Convivência com o Semiárido Brasileiro. In: Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Textos e Artigos de Alunos(as) Participantes / Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS / REDE gente SAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil, 2013.

ASA. P1MC: um programa construído a muitas mãos. Em: ASA. Construindo futuro e cidadania no Semiárido. Recife: 2011.

Articulação no Semiárido Brasileiro. (ASA). Carta Política VI ENCONASA. Crato, Ceará, 24 de novembro de 2006.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de avaliação do programa: Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água. Brasília: TCU, 2006.

CASTRO. Mary G.; LAVINAS. Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In:

COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DUQUE, Ghislaine. Conviver com a seca: contribuição da Articulação no Semi Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 17, p. 133 - 140, jan./jun. 2008. Recife: Editora UFPR, 2008.

GANDURE, S.; WALKER, S.; BOTHA, J. J. Farmers' perceptions of adaptation to climate change and water stress in a South African rural community. *Environmental Development*, v. 5, p. 39-53, 2013.

HERRERA, Karolyna Marin. A Jornada interminável: A experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Tese Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

MALVEZZI, Roberto. Semiárido - uma visão holística. - Brasília: CONFEA, 2007. 140p. - (Pensar Brasil).

MEDEIROS, J. C. A.; SILVEIRA, S. M. B.; NEVES, R. S. Água e cidadania no Semiárido brasileiro: a experiência do P1MC da ASA Brasil. ANAIS... VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2010.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Mulheres do campo, das águas, da floresta e da esplanada: interações, avanços e desafios na produção de políticas públicas. 2023. 264 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa Cisternas Acesso à Água para Segurança Alimentar. dez, 2010.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2015. DOI: 10.20396/san.v18i2.8634675. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILIPRANDI, Emma. CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e as políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para seu reconhecimento como cidadãs. o in: políticas públicas de desenvolvimento rural. organizadores catia grisa e sergio schneider. porto alegre: editora da ufrgs, 2015.

TRONTO, Joan C.. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago, 2007.

MULHERES RURAIS E SABERES TRADICIONAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: PERCEPÇÕES SOBRE A DIVISÃO JUSTA DO TRABALHO DOMÉSTICO NO CONTEXTO DO PROJETO JANDAÍRAS

LUIZA CAROLINA DA SILVA

MARIA DO SOCORRO DE LIMA

LAETICIA MEDEIROS JALIL

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão inicial sobre o tema da divisão justa do trabalho doméstico na perspectiva das mulheres envolvidas no projeto Jandaíras. A proposta metodológica se dá a partir de uma oficina realizada com as mulheres durante a programação do II Seminário do Projeto Jandaíras, onde se trabalhou, através de metodologias da educação popular e feminista, o olhar e a compreensão delas sobre a temática. Os resultados, apesar de preliminares, possibilitam refletir sobre diversos aspectos, sobretudo as relações domésticas para mulheres de povos e comunidades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão sexual do trabalho; Mulheres; Povos e comunidades tradicionais; Divisão justa do trabalho doméstico.

ABSTRACT

This paper presents an initial discussion on the fair division of domestic labor from the perspective of the women involved in the Jandaíras Project. The methodological approach stems from a workshop held with the women during the Jandaíras Project's 2nd Seminar, where the women's perspectives and understanding of the topic were explored using popular and feminist education methodologies. The results, while preliminary, allow for reflection on various aspects, particularly domestic relations for women from traditional peoples and communities.

KEYWORDS: Sexual division of labor; Women; Traditional peoples and communities; Fair division of domestic labor.

Introdução

As mulheres rurais desempenham um papel fundamental na nossa sociedade, a exemplo das atividades que realizam para a segurança alimentar, conservação da agro sociobiodiversidade através de plantas medicinais, reflorestamento de árvores nativas, criação de pequenos animais, cultivo das sementes crioulas (animais e vegetais), beneficiamento nas agroindústrias como fonte de renda, atividades produtivas em associações e cooperativas atividades que são essenciais para a reprodução delas e de suas famílias, bem como o fortalecimento do tecido social nos territórios (CARNEIRO, M. J., 2006; NOBRE; HORA, 2017).

Apesar de estarem à frente de diversas iniciativas econômicas e produtivas, as mulheres rurais tendem a se envolver em grupos menores e, muitas vezes, de forma intermitente. Sua participação costuma ser mais limitada à medida que as organizações ganham maior porte e grau de institucionalização, como ocorre em muitas cooperativas e associações. Esse cenário evidencia os desafios enfrentados por elas para acessar espaços mais formais de poder e decisão dentro das estruturas organizativas rurais.

O trabalho das mulheres rurais está profundamente marcado pela Divisão Sexual do Trabalho, uma forma de organização social que distribui as atividades com base nas relações de sexo. Segundo Kergoat (2003), essa divisão atribui às mulheres, predominantemente, o espaço privado – associado à esfera reprodutiva e ao cuidado – enquanto reserva aos homens o domínio do espaço público e das atividades produtivas. Essa lógica histórica reforça desigualdades, invisibilizando o papel das mulheres na produção agrícola e limitando sua inserção em espaços de decisão e reconhecimento econômico.

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho, como um mecanismo estruturado pela relação social histórica, se aprofunda na sociedade capitalista, onde se fortalece a ideia que a mulher é a única responsável pelo trabalho doméstico e do cuidado com a casa e com a família (SOUSA E GUEDES, 2016).

Um sentido mais amplo, apresentado por Silvia Federici (2019) explica que o trabalho doméstico representa uma estrutura que naturaliza um papel de gênero forjado pela relação patriarcado-capitalismo. Ao, nas palavras de Daniele Kergoat (2010), como “relações sociais consubstanciadas e coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente”.

A ausência de uma divisão justa das tarefas domésticas é um dos principais desafios que as mulheres enfrentam nas suas possibilidades de participação social e refere-se à sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados (NOBRE; HORA, 2017). No Brasil, as mulheres rurais trabalham 27,5 horas por semana com trabalho não remunerado, incluindo atividades

domésticas e de cuidados, enquanto os homens dedicam apenas 5,2 horas por semana (FAO, 2016), sendo a divisão do trabalho doméstico uma condição limitante na vida e na produção das mulheres.

Para superar este quadro de sobrecarga é necessário “a reelaboração das relações de gênero em maior ou menor grau, isso porque as mudanças nos sistemas de produção implicam mudanças na divisão sexual do trabalho” (MOORE, 1997).

Frente ao quadro exposto, o movimento de feminista, articulado com o movimento agroecológico, proporcionou o desenvolvimento de metodologias que relacionassem ambas as temáticas, com o objetivo, de reconhecer o papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras rurais para a agroecologia, mas também de visibilizar e avançar a luta feminista, buscando relacionar a lógica de trabalho ao qual as mulheres estavam inseridas e como estas se relacionam com o atribuído papel de cuidado imposto a elas.

Refletindo e incidindo sobre o impacto da injusta divisão sexual do trabalho, as mulheres técnicas em extensão rural, pesquisadoras e agricultoras familiares agroecológicas, articuladas durante o projeto/processo ATER, Feminismo e Agroecologia na Região Nordeste do Brasil⁵³, construíram dois importantes produtos: a Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico e a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.

A Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico tem como objetivo chamar a atenção para os desafios e abusos – dos mais evidentes aos mais invisibilizados – enfrentados pelas mulheres, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização, seja nos centros urbanos ou nas zonas rurais. A campanha se concretiza por meio de diversos materiais comunicativos, como cards, panfletos, bandeiras, camisas, bolsas e faixas, além de conteúdos audiovisuais, como vídeos e zap novelas – uma experiência de comunicação que utiliza a narração de histórias em formato de áudio, adaptado para o WhatsApp, facilitando o compartilhamento e o alcance junto às comunidades (SILVA, et al. 2020).

Por sua vez, refletir a divisão justa do trabalho doméstico no contexto do Semiárido Brasileiro, uma região rica em sua sociobiodiversidade, marcada pela forte presença da agricultura familiar, e importantes experiências de transição agroecológica e convivência, muitas delas protagonizadas pelas mulheres, que em muitos casos contam com o apoio da assistência técnica de organizações não-governamentais, bem como, por uma forte presença de povos e comunidade tradicionais (PCTs), apresenta um importante recorte para análise, trazendo o olhar para o modo de vida e de organização social nas regiões semiáridas e como se expressa a divisão sexual do trabalho, relacionando com as

53 parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e a extinta Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

características socioculturais, políticas e ambientais.

Assim, reconhece-se o papel fundamental das mulheres agricultoras familiares na convivência com o Semiárido, contribuindo para transformar conhecimentos, saberes e práticas ancestrais em autonomia econômica e financeira, e dar sentido aos modos de vida que garantem a permanência nos territórios. Assumem destacada importância nas experiências de transição agroecológica e de convivência com o Semiárido, sobretudo, naquelas impulsionadas pela sociedade civil que resultam da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais (agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, indígenas, pescadoras e de povos e comunidades tradicionais).

Este estudo tem como propósito investigar as percepções das mulheres envolvidas no Projeto Jandaíras: Mulheres e Saberes Tradicionais Transformando a Sociobiodiversidade Nordeste acerca da divisão justa do trabalho doméstico. Busca-se, a partir dessas vozes, construir uma compreensão mais abrangente sobre o tema e analisar as implicações dessa divisão na vida cotidiana das participantes. O Projeto Jandaíras abrange 37 grupos produtivos formados por mulheres em contextos rurais do semiárido brasileiro, todas, pertencentes a povos e comunidades tradicionais. Estão representados aproximadamente nove segmentos, entre eles: pescadores e marisqueiras, quilombolas, indígenas, ciganas, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de terreiro, povos e comunidades de matriz africana, além de comunidades de fundo e fecho de pasto, dentre outros⁵⁴.

A partir da Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico que problematiza e busca transformar a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico, buscamos neste artigo apresentar os resultados da análise realizada sobre a percepção sobre o tema a partir de grupos de mulheres de povos e comunidades tradicionais, localizados no semiárido brasileiro e organizados no âmbito do projeto jandaíras.

Metodologia

Para realizar a análise proposta coletamos informações durante a oficina participativa sobre Cadernetas Agroecológicas⁵⁵, facilitada pela autora do presente trabalho, que aconteceu no dia 04/12/2014, na sala de Seminários do Centro de Ensino e Graduação Obra

54 Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Empregam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração (MMA, 2024). Para mais informações acesse: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>

55 A oficina foi facilitada pela autora principal deste trabalho, a economista e Mestranda no PPGCS UFRPE Luiza Carolina da Silva e pela estudante de Graduação em Engenharia Florestal UFRPE Beathriz Barbosa, ambas pesquisadoras do Núcleo Jurema Feminismos, Agroecologia e Ruralidades.

Escola - CEGOE UFRPE⁵⁶, iniciando às 8h e encerrando às 13h, por ocasião do 2º Seminário do Projeto Jandaíras: mulheres e saberes tradicionais, transformando a sociobiodiversidade nordestina - Reconhecer, Aprender e Avançar, e contou com a participação de 37 grupos produtivos liderados por mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais. Algumas mulheres fazem parte de movimento de mulheres e outros movimentos sociais, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste/PE - MMTR NE, a oficina também contou com a equipe técnica das organizações de ATER parceiras. Foram aproximadamente 50 pessoas presentes.



Figura 1 - Momento de apresentação da metodologia da Oficina sobre Cadernetas Agroecológicas. Fonte: Acervo próprio.

A oficina foi dividida em três partes: a mística de acolhimento, a discussão sobre Divisão Justa do Trabalho Doméstico e a Caderneta Agroecológica como metodologia da Economia Feminista. A segunda parte da oficina foi orientada pela metodologia e pelos instrumentos metodológicos desenvolvidos no âmbito da campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico⁵⁷, onde as facilitadoras buscaram construir um caminho que, primeiramente em que refletem sobre o papel, o lugar e as tarefas desempenhadas por elas para a reprodução da família, para o fortalecimento produtivo da unidade familiar e como a divisão sexual do trabalho impactam suas vidas, conteúdos a partir dos quais buscamos

56 O segundo seminário contou com uma programação ampla, contemplando espaços de reflexão, formação sócio-política e técnica e avaliação dos primeiros passos do projeto, da participação dos grupos, das mulheres e dos jovens multiplicadores bolsistas. O intercâmbio de experiências e a incidência política se fizeram presentes em rodas de diálogos, atividades na Feira Agroecológica da UFRPE e da feira agroecológica da Várzea (Agroecovárzea - Espaço Agroecológico da Várzea), ato político para entrega de equipamentos

57 A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico é uma incidência das mulheres que construíram a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, com 10 anos de existência, é um produto do Projeto ATER Feminismo e Agroecologia, a partir da observação de técnicas e sobre o impacto do trabalho doméstico na vida e na produção das mulheres rurais. Para mais informações acesse: <https://www.instagram.com/divisaojustadotrabalho/>

extrair a percepção do tema.

Inicialmente, as mulheres fizeram uma reflexão individual, que foi sistematizada em tarjetas por elas mesmas, como visto na Figura 2, respondendo à seguinte pergunta norteadora: O que é Divisão Justa do Trabalho Doméstico para você?

Neste momento, as mulheres participantes tiveram aproximadamente 15 minutos para a reflexão individual. Após o recolhimento das tarjetas, foi exposto o vídeo: A vida de Rosa⁵⁸, uma animação desenvolvida pela Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico, que narra o cotidiano de uma mulher rural que vivia em uma casa onde não existia a divisão das atividades domésticas. Para encerrar foi provocada uma reflexão coletiva, socializada, onde puderam compartilhar umas com as outras o seu cotidiano, se dividem ou não as tarefas com seus companheiros, os aprendizados que tiveram durante as formações políticas e projetos que participaram, dentre outros assuntos.

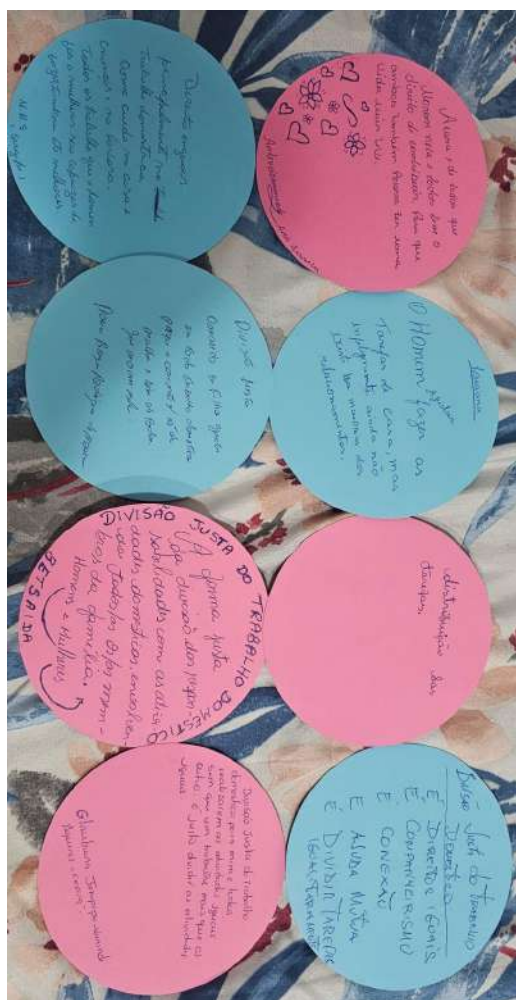


Figura 2 - Registro das tarjetas preenchidas pelas mulheres durante a Oficina sobre Cadernetas Agroecológicas. Fonte: Acervo próprio.

58 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N4-Gzv78Bc0>

Foram realizados registros qualitativos a partir da sistematização de tarjetas, fotografias e gravações de áudio. A análise qualitativa foi realizada de duas maneiras: a primeira baseou-se na sistematização das informações das tarjetas, organizadas numa lista, onde as mulheres que não se identificaram foram nomeadas de “anônimas” e numeradas de 1 a 7, ao todo, 49 mulheres responderam. No segundo momento, a reflexão coletiva foi gravada e transcrita e por último, adotou-se a metodologia Nuvem de Palavras, elaborada pela plataforma word clouds⁵⁹, para facilitar a observação dos resultados. A amostra da oficina contém uma ou no máximo duas mulheres por grupo produtivo representando o conjunto das mulheres de determinada comunidade que estão envolvidas e representando todos os estados de atuação do projeto.

Para efeito da análise pretendida não realizaremos neste momento aprofundamento a partir das especificidades de cada povo ou comunidade envolvida, mas somos cientes que uma compreensão mais aprofundada sobre a temática exigiria um olhar mais atento a estas particularidades.

Na sequência, apresentamos os resultados do estudo em articulação com a literatura feminista, especialmente com os aportes da economia feminista, destacando as reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico. A análise também se apoia em dados secundários, com o intuito de aprofundar a compreensão das percepções, tanto individuais quanto coletivas, das mulheres sobre a Divisão Justa do Trabalho Doméstico.

Resultados

*Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher
Porque a luta não é só dos companheiros
Participando sem medo de ser mulher
Pisando firme sem medir nenhum segredo
Participando sem medo de ser mulher
Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher
Pois sem mulher a luta vai pela metade
Participando sem medo de ser mulher
Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo de ser mulher⁶⁰*

59 Disponível em: WordClouds.com

60 Disponível em: <https://mtcbrasil.org.br/sem-medo-de-ser-mulher/>

As mulheres, participantes da Oficina, ao responderem a pergunta: O que é divisão justa do trabalho doméstico para você? apontam que a questão central está na ausência dos homens nas tarefas domésticas, sejam eles seus maridos, filhos ou irmãos. As frases: “Direitos iguais”; “Dividir as tarefas igualmente”; “Distribuir as tarefas domésticas entre mulheres e homens”; “Divisão das responsabilidades domésticas”; “Divisão de atividades iguais entre mulheres e homens” foram as que mais se repetiram.

As mulheres trouxeram o Companheirismo como um ponto forte na relação entre mulheres e homens, para elas, esta relação de parceria e união é fundamental para que haja a divisão das tarefas domésticas envolvendo toda família, também um fator importante na educação dos filhos.

“Divisão de tarefa igual entre os filhos homens e mulheres, para que as meninas não cresçam aprendendo que trabalho doméstico é responsabilidade apenas das filhas mulheres”. Agricultura Anônima.

A divisão sexual do trabalho, como fator estruturante das relações sociais, reforça a necessidade de uma educação doméstica para os filhos e filhas que supere a falsa dicotomia entre trabalho de homens e de mulheres, contribuindo assim para romper com tal lógica, ao passo que, constrói uma sociedade menos desigual para as meninas e mulheres. Neste sentido, a divisão justa do trabalho doméstico se mostra como um caminho fundamental para transformar a vida de todas as pessoas.

Além do companheirismo as mulheres também destacam a necessidade de compreensão e da união familiar como uma saída para superar a falta de divisão das responsabilidades com a casa

“É sempre um se colocar no lugar do outro, quando alguém se coloca no lugar daquele que acha que faz menos, a pessoa vai entender que a carga do outro também pesa e assim passa a dividir o peso da carga. Assim se faz a justa divisão” Valda”.

A Nuvem de Palavras (Figura 3), apresenta a sistematização das respostas centrais, as frases e palavras de maior tamanho representam as respostas que mais se repetiram.



Figura 3 - Nuvem de Palavras. Fonte: Elaboração própria.

Na vida das mulheres participantes, não existe divisão justa do trabalho doméstico, tal constatação dialoga com o Relatório Tempo de Cuidar do Instituto OXFAM, que aponta que são elas as responsáveis por 75% do trabalho de cuidado no mundo. A Pescadora e Marisqueira do Litoral Pernambucano Sandra Franco, relata: “o meu marido ainda é muito machista, aprendeu vendo meu pai, onde até a comida minha mãe colocava no prato... mas creio que vou superar isso.” E complementa “se eu ajudo com dinheiro, ele tem que me ajudar com o trabalho doméstico.” Indicando a relação existente entre a divisão sexual do trabalho e autonomia financeira. Destaca-se ainda a frase Salário Igual, que pode apontar como a divisão justa do trabalho doméstico também se relaciona com a desvalorização salarial das mulheres, frente aos salários dos homens de mesma ocupação.

De modo geral, há um entendimento entre as mulheres participantes: dividir o trabalho doméstico de forma justa é garantir a participação de toda a família nas tarefas domésticas e de cuidado, compartilhando a responsabilidade, diminuindo a sobrecarga sobre as mulheres, sejam elas mãe, filhas, netas, esposas, companheiras.

Os resultados demonstram as percepções mais comuns encontradas entre as mulheres participantes da oficina e contribuem para pensar um aprofundamento destas temáticas e potencializa a atuação da equipe técnica do projeto no desenvolvimento de metodologias apropriadas para o diálogo entre o trabalho doméstico e suas distinções na vida das mulheres participantes do projeto Jandaíras.

Considerações finais

O presente trabalho apresentou uma sistematização da compreensão das mulheres de povos e comunidades tradicionais sobre a Divisão Justa do Trabalho Doméstico na vida das mulheres representantes de 37 grupos produtivos do semiárido brasileiro. A metodologia da oficina apresenta potencialidades na construção do conhecimento de forma coletiva e participativa, partindo do olhar e da reflexão individual para formação de ideia geral que revela os pontos centrais sobre o papel e a responsabilidade das mulheres participantes nas tarefas domésticas.

Ao relacionar as respostas da oficina prática com o referencial bibliográfico embasado por autoras que discutem os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho é possível perceber que a estrutura patriarcado, capitalismo e racismo, neste caso, soma-se ainda a diversidade étnica, atuam como forma de perpetuar relações de poder e dominação sobre as mulheres, elas por sua vez, apesar de compreenderem e afirmarem que a responsabilidade pelas tarefas domésticas deveria ser compartilhada por todos e todas que residem na mesma casa e fazem parte da mesma família, ainda são as mais sobrecarregadas por tais atividades, o que reflete nos resultados que apontam como frase mais repetida durante a reflexão individual: Direitos iguais.

As questões apresentadas neste trabalho são iniciais e trazem aspectos gerais, as conclusões são parciais, sendo necessário continuar realizando análises sobre a temática no âmbito do Projeto Jandaíras, contudo, ao propor o fortalecimento produtivo dos grupos de mulheres, a questão do trabalho doméstico é imprescindível para compreensão das dinâmicas e das relações sociais das quais elas estão envolvidas, e desta forma, considerar a relevância desta questão no resultado produtivo e nos indicadores de eficiência.

Uma outra questão central é trabalhar o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais de forma mais qualificada, pois, uma análise mais detalhada requer conhecer as especificidades de cada segmento de PCT's envolvidos no projeto, sendo necessário caracterizar o modelo de organização doméstica para verificar como esta atividade é exercida nas comunidades. Para isso, é necessário acrescentar instrumentos de coletas de dados e desenvolver visitas de campo para uma observação participante, dentre outras possibilidades metodológicas.

Diante do exposto, é possível afirmar que esta etapa representa o início de um processo com potencial significativo para o fortalecimento das mulheres e para o avanço do Projeto Jandaíras como um todo. Ao promover momentos de reflexão sobre a temática da divisão justa do trabalho doméstico, a iniciativa possibilita que as participantes reconheçam os impactos dessa carga em suas vidas. Tais reflexões evidenciam como a presença — ou a ausência — de uma divisão equitativa do trabalho doméstico afeta diretamente não

apenas os aspectos produtivos, mas também a reprodução da vida familiar, bem como a organização e a participação sociopolítica das mulheres.

REFERÊNCIAS

- CARRASCO, C. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. Revista dos pós-graduandos em ciências sociais ano 26, nº 52, 2018 - IFCH/UNICAMP
- FAO. Los programas de protección social con enfoque de género tienen mayor impacto en la erradicación del hambre y la pobreza. 2016. Acesso em: <https://www.fao.org/republica-dominicana/noticias/detail-events/en/c/386401/>
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Caderno nº 3 da Coordenadoria Especial da Mulher: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres Desafios para as Políticas Públicas, São Paulo, 2003.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. NOVOS ESTUDOS CEBRAP 86, março 2010 pp. 93-103.
- NOBRE, Miriam; HORA, Karla. Atlas de la Mujer Rural en América Latina y Caribe. Santiago do Chile: FAO. 2017. Acesso em: <https://virtualeduca.org/idp/archivos/documentos/25/FAO.pdf>
- MOORE, H. “Understanding sex and gender”, in Tim Ingold (ed.), Companion Encyclopedia of Anthropology. Londres, Routledge, 1997, p. 813-830.
- FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista / Silvia Federici; tradução de Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante, 2019.
- SOUSA, L. P. GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos Avançados. vol.30 nº 87, São Paulo, maio/agosto, 2016, p. 123 a 139.

FEMINISMOS, MULHERES RURAIS E TRABALHO

ARYELLA DA SILVA LEITE⁶¹

LAETICIA MEDEIROS JALIL⁶²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de sistematizar algumas contribuições da teoria feminista para o enfrentamento às desigualdades de gênero em contextos rurais, principalmente em relação ao trabalho doméstico e de cuidados. Numa abordagem metodológica qualitativa, com revisão bibliográfica de estudos feministas que apontam para a autonomia e o protagonismo das mulheres auto-organizadas e a construção de alternativas antissistêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: ruralidades; gênero; divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

This article aims to systematize some contributions of feminist theory to addressing gender inequalities in rural contexts, particularly concerning domestic and caregiving work. Using a qualitative methodological approach, it includes a literature review of feminist studies that highlight the autonomy and leadership of self-organized women and the construction of anti-systemic alternatives.

KEYWORDS: ruralities; gender; sexual division of labor.

61 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. aryella.leite@ufrpe.br

62 Professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS. Coordenadora do Núcleo Jurema Feminismos, Agroecologia e Ruralidades - UFRPE. laeticiajalil@gmail.com

Introdução

Ao falarmos de feminismos no Brasil, pensamos nas diversas influências, épocas e territórios distintos nos quais as mulheres questionam as regras sociais e lutam por mudanças nesta sociedade patriarcal, capitalista e racista, que se materializa em relações desiguais de poder econômico, cultural, social e político. A principal estratégia adotada é a auto organização coletiva como princípio de ação comum, em espaços autônomos ou mistos, como movimentos sociais, sindicatos e associações, um caminho de conquistas e avanços para a transformação desta realidade.

Desta forma, as contribuições de teóricas feministas são essenciais para a reflexão sobre a condição de vida das mulheres em sua diversidade e pluralidade. Aqui é importante destacar que mulheres são sujeitos diversos, marcados pelas desigualdades de raça, classe, identidades de gênero, sexualidade, que interferem nas dinâmicas da vida privada e pública como a violência doméstica e familiar, sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, participação política, mercado de trabalho, dentre outros, seja nos contextos urbanos ou rurais.

Para as mulheres rurais, e aqui vamos “alargar” essa categoria, reconhecendo que são mulheres dos campos, das águas e das florestas, não estamos nos referindo a um “sujeito universal” Mulher e sim Mulheres desde suas especificidades.

Mulheres rurais então é uma categoria política e identitária, que vai além de uma prática produtiva. São mulheres que desenvolvem diversas atividades e que estão inseridas em culturas distintas. São quilombolas, indígenas, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, posseiras, sitiantes, artesãs, extrativistas, mulheres de comunidades tradicionais, professoras, raizeiras, benzedadeiras, parteiras, etc. e que vivem, sentem e reproduzem esse modo de ser a partir de seus corpos e trajetórias, da sua relação com a natureza, com a biodiversidade, suas práticas de trabalho, culturais e espirituais distintas de outras mulheres. São portadoras de saberes ancestrais e geradoras de novos conhecimentos, fundamentais para o fortalecimento do tecido social nos territórios em que vivem e, sobretudo, para a reprodução deste modo de vida específico, que também é uma forma de organização social e política que constroem outras formas de relações sociais. (Jalil et al, 2021).

As interseccionalidades que marcam as vidas dessas mulheres inter-relacionam raça, classe, gênero, sexualidade e nação. Para Collins (2016), “interseccionalidade” explica a sobreposição simultânea de múltiplas formas de opressão, considerando que as mulheres têm histórias únicas nas intersecções dos sistemas de poder. Embora em diferentes momentos sócio-históricos se amparem em formas e intensidades diferentes de opressão - podendo haver contextos em que o machismo é mais estruturante que o racismo, ou

vice-versa -, “a tese da natureza interligada da opressão permeia há tempo o pensamento feminista negro” (Collins, 2016, p. 107).

Embora reconheçamos que há especificidades em relação às mulheres urbanas, sobretudo no que se refere ao espaço de produção e as relações de trabalho, para as mulheres rurais, dos campos, das águas e das florestas, o espaço de produção e o trabalho se mesclam nos espaços domésticos e de reprodução. Essa condição é uma das características desta forma de trabalho, e que contribui fortemente para a invisibilidade e a desvalorização, pois tende a ser percebido como não trabalho, como parte das tarefas das mulheres. O ambiente de produção no entorno de casa envolve situações específicas da divisão sexual do trabalho no campo, no plantio dos próprios alimentos, cultivo de plantas medicinais, criação de animais e processamento de alimentos, relações de troca monetárias ou não.

Este artigo utiliza uma abordagem metodológica qualitativa, com a revisão bibliográfica de estudos relacionados ao tema, tais como, feminismos negro, marxista e camponês, movimentos sociais rurais, gênero e campesinato, economia feminista, divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e de cuidados, resgatando conceitos como interseccionalidade, consubstancialidade e coextensividade e caleidoscópio de gênero.

No atual estágio do capitalismo, no qual há o aprofundamento da exploração do trabalho doméstico e de cuidados e da natureza, é fundamental compreender e visibilizar a importância da auto-organização de mulheres e suas alternativas feministas, como um dos fatores que possibilita as resistências nos territórios, nos enfrentamentos às desigualdades, ao reconhecimento dos seus trabalhos dentro e fora de casa, a produção e consumo de alimentos, a construção da agroecologia e a preservação de saberes e do meio ambiente.

Contribuições feministas

As teorias e práticas feministas para o enfrentamento às desigualdades de gênero tratam de muitos aspectos, mas durante um tempo pareciam distantes das mulheres rurais, como Maria Ignez Paulilo (2004) descreve: uma concentração de coletivos urbanos, pautados por direitos reprodutivos e pelo fim da violência contra as mulheres, apesar destas questões afetarem todas as mulheres numa sociedade patriarcal (Paulilo, 2004, p. 8).

Seguindo essa lógica, ainda nos anos 70 e 80, a feminista negra Lélia Gonzalez (2020) questionava o apagamento das mulheres negras e indígenas, nas quais estão incluídas quilombolas, ribeirinhas, dentre outras de povos e comunidades tradicionais (PCTs), pelo movimento feminista hegemônico, considerando a formação multirracial e pluricultural dos países latinos. Hoje há maior visibilidade dos movimentos feminista negro e indígena

que promovem marchas, integram articulações e redes, além da ocupação de espaços de poder institucionais do executivo e legislativo, mesmo em número reduzido.

Nessa mesma época, as trabalhadoras rurais organizadas em associações, sindicatos e movimentos, também priorizavam alguns direitos que foram conquistados na Constituição Federal de 1988, numa época classificada por Andrea Zarzar (2017) como a primeira fase organizativa dessas mulheres:

A primeira fase iniciou-se no final da década de 1970 e se estendeu até o início dos anos 1990; este foi um período marcado pela luta pela redemocratização do país, pela aprovação da nova Constituição Federal, pelas lutas para efetivar os direitos conquistados e pelo surgimento da primeira experiência de movimento em rede nesse campo do movimento de mulheres do país. A segunda fase prolongou-se até o início dos anos 2000 e foi marcada pelas reformas neoliberais, pela intensificação da transnacionalização e intensificação de movimentos em rede como forma de resistência e proposição de novo modelo de agricultura. Segue-se, então, uma terceira fase quando se aprofunda o caráter anti-neoliberal, um momento de reorganização do Estado, de lutas anti-sistêmicas e de proposição de um novo modelo de agricultura agora com maior densidade e a partir do feminismo. Esta classificação dialoga com as discussões sobre a segunda onda do feminismo e suas diferentes fases, que se distinguem entre si pelo contexto em que se deram as lutas e pelo seu conteúdo propriamente dito (Zarzar, 2017, p. 78).

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR NE⁶³ foi indispensável para um debate sobre gênero nos anos 90, com reflexões sobre as consequências práticas em suas vidas, dentro e fora de casa, tais como, o trabalho doméstico e de cuidados e as desigualdades de poder dentro de organizações mistas que ainda persistem até hoje:

Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. Também esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas (Paulilo, 2004, p. 239).

Para além das acusações de divisão da luta, os estudos de gênero foram essenciais para entender o patriarcado no sistema capitalista, principalmente com as contribuições de Joan Scott (1990) e sua definição de gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 21).

Já nos anos 2000, de acordo com Paulilo (2021) há a consolidação do Feminismo Camponês

63 Movimento de Trabalhadoras Rurais - MMTR, fundado em 1995 na cidade de Serra Talhada, sertão de Pernambuco.

Popular com influência do feminismo marxista dos anos 70, com o reforço do conceito de classe no movimento. Para Michela Chalaça (2021) outra influência importante foi do feminismo negro com “a compreensão da diversidade étnica e cultural como uma das mais valiosas riquezas dos seus países”, dando centralidade a luta dos povos indígenas no movimento (Chalaça, 2021, p. 307).

Esta autora descreve como a teoria de Feminismo Camponês Popular surgiu diante dos acúmulos e longo diálogo entre as mulheres organizadas da América Latina e do Caribe na CLOC⁶⁴, incluindo as feministas brasileiras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Reconhecendo que o feminismo tem trazido importantes contribuições para a luta pela libertação e dignidade das mulheres, e que existem múltiplas correntes feministas, optamos por uma nova construção política que se expressa no Feminismo Camponês e Popular, que caiba a nossa grande diversidade, que se alimente das lutas de nossas companheiras: camponesas, irmãs indígenas e afrodescendentes, que permita uma alimentação mútua das diversas cosmovisões que representamos. Desta forma, reafirmamos que o socialismo e o feminismo fazem parte do nosso horizonte estratégico de transformação. Portanto, afirmamos um feminismo camponês e popular, insubordinado, socialista, que questiona as concepções patriarcal e burguesa que são funcionais às políticas de exploração. Assim, a concepção feminista que estamos construindo a partir da CLOC/VC está fortemente ligada aos processos políticos organizativos, de formação política e de lutas concretas que mudam a vida social, econômica e política da classe trabalhadora e em particular das mulheres (Chalaça, 2021, p. 317).

Para Chalaça (2021) o Feminismo Camponês e Popular:

É o nome que as camponesas deram a sua luta, entendendo que, sendo mulheres em luta por terra, por respeito à natureza, pela agroecologia, pela soberania alimentar, pela preservação das sementes, contra os transgênicos, pelo fim da violência contra as mulheres, pela participação em iguais condições nos espaços políticos, contra o colonialismo, contra o racismo, pela igualdade social, pelo socialismo, formam uma luta feminista a partir da realidade camponesa em sua diversidade (indígena, negra, quilombola, assentada, acampada, trabalhadora rural, agricultora, quebradeira de coco, pescadoras, assalariadas rurais, extrativistas, etc.) (Chalaça, 2021, p. 407).

Assim como Gonzalez (2020) denunciava como as mulheres não brancas eram afetadas pelo racismo e machismo simultaneamente, mais adiante surgiu o conceito de interseccionalidade

64 Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo.

pela feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (1991), buscando ampliar a compreensão das desigualdades com a metáfora das avenidas que se cruzam, sendo hoje em sua versão atualizada, amplamente discutido pelas feministas negras na pressão por políticas públicas. Assim, há a afirmação de que a categoria gênero isolada é insuficiente.

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionadas nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o 'tráfego' que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa muito perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho do outro fluxo contrário; em outras situações, os danos resultam de colisões simultâneas" (Crenshaw, 2002, p. 177).

Daniele Kergoat (2010) também pensou classe, gênero e origem para compreender a divisão social do trabalho e as relações de produção, e mesmo se referindo às mulheres urbanas, no qual a mulher trabalha “fora”, diferente da realidade das mulheres rurais. Para isso, utiliza o conceito de consubstancialidade e coextensividade, com relações dinâmicas e interdependentes, sem hierarquias das contradições.

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94).

Há também o conceito de “o caleidoscópio de gênero” com seus prismas sociais e mosaicos, proposto pelas autoras Joan Spade e Catherine Valentine (2008), no qual fazem analogia ao instrumento óptico que contém espelhos em seu interior. Para Sardenberg (2015), essa proposta de análise é uma forma eficaz de interpretar “estruturas de privilégio e opressão que se inter cruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres e na construção de suas identidades” (Sardenberg, 2015, p. 4).

Mulheres Rurais e Trabalho

“O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”

Silvia Federici.

A partir dos anos 60, as feministas, principalmente as marxistas, protagonizaram os

debates sobre a exploração do trabalho das mulheres pelo sistema capitalista patriarcal, quando denunciavam que “uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (Kergoat, 2009, p. 94).

Porém, há um aprofundamento dessa forma de exploração nas décadas seguinte e alguns conceitos são retomados por autoras como Cristina Carrasco (2018) nos estudos da economia feminista, tais como: a divisão entre trabalhadores assalariados e não assalariados de Dalla Costa (1977) e o papel do trabalho doméstico na reprodução e manutenção da força de trabalho de Gardiner (1975).

O trabalho realizado nas casas se converte, assim, na ligação entre o âmbito doméstico e a produção capitalista, ligação que deve permanecer oculta para, por um lado, facilitar o espólio do trabalho não-assalariado pelo capital, por outro, tornar possíveis formas muito desiguais de distribuição de renda, da riqueza e do tempo de trabalho de acordo com o sexo/gênero, que têm diferentes consequências na vida de mulheres e homens (Carrasco, 2018, p. 42).

Para Kergoat (2011) “Tudo muda, mas tudo permanece igual”, pois ao mesmo tempo que o sistema permite o ingresso de mulheres no trabalho fora de casa, há a intensificação da divisão sexual do trabalho e da questão de classe simultaneamente:

A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico. A meu ver, no entanto, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às relações sociais de sexo, mas aponta para o fato de que o capitalismo tem necessidade de uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres (Kergoat, 2011, p. 94).

Para Silvia Federici (2022), a naturalização do trabalho doméstico como função exclusiva das mulheres dificulta a luta por mudanças nas relações sociais, por afastá-las da vida pública, gerar culpa e sujeitá-las a violências. Ela afirma que se “o trabalho doméstico é subordinado às necessidades do mercado de trabalho, então as relações familiares, sexuais e de gênero são “relações de produção”, ou ainda, um “trabalho de amor”” (Federici, 2022, p. 250).

Um aspecto ainda invisibilizado está relacionado ao trabalho de cuidados que envolve a gestão das emoções, ou seja, o papel de compreender, avaliar e administrar as próprias

emoções e dos outros que cuida (Hochschild, 1983 apud Herrera, 2019, p. 71). Desta forma “grande parte do trabalho que as mulheres fazem é emocional/afetivo – entretendo, animando, reconfortando e tranquilizando outras pessoas (Hochschild, 1983 apud Federici, 2022, p. 256).

O trabalho doméstico, incluindo o trabalho de cuidado e o trabalho afetivo, é extremamente segregado, realizado de uma maneira que nos separa, individualiza nossos problemas e oculta nossas necessidades e sofrimentos. Também é extremamente árduo: exige a execução de muitas atividades, em geral simultâneas, que não podem ser mecanizadas e que são realizadas principalmente por mulheres, na forma de trabalho não remunerado, muitas vezes somado a uma atividade remunerada em período integral (Federici, 2022, p. 262).

Carrasco (2018) explica como o “esquema produção-reprodução” é questionado com o passar do tempo e o seu viés patriarcal e economicista, ao considerar o primeiro como trabalho remunerado e o segundo como o trabalho não remunerado, invisível e sem fim, destinado exclusivamente às mulheres: o trabalho doméstico e de cuidados. Essa dualidade não consegue mais dar conta das relações sociais desiguais e de exploração da natureza na atualidade.

(...) na economia o denominado enfoque reprodutivo, perspectiva que leva em consideração não somente os processos produtivos, mas também as condições de reprodução de ditos processos: produz-se e se reproduz (para o mercado), produção e reprodução de mercadorias são parte de um mesmo processo. Daí que não pareça adequada a denominação “trabalho reprodutivo”. De fato, por um lado, nos lares também se produz: comida, roupa, serviços, etc., dependendo sua diversidade basicamente da quantidade e qualidade do nível de renda do lar e, por outra, certa produção de mercado e alguns serviços públicos participam da reprodução das pessoas (Carrasco, 2018, p. 44).

Pensando em contextos rurais, Paulilo (2004) também questiona a dualidade produção-reprodução como insuficiente para entender a realidade do trabalho familiar: “Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender” (Paulilo, 2004, p. 244).

A autora afirma que a separação do trabalho de homem e de mulher no campo carrega a hierarquia “pesado e leve”, como observado em pesquisas realizadas em cinco regiões do Brasil, entre os anos de 1987 e 1996.

Percebemos que a distinção entre trabalho ‘pesado’ feito pelos homens e trabalho ‘leve’ feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho

era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse. Vemos o mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É simples: é doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende ovos de vez em quando, uma galinha ou outra, é tão pouco que não vale a pena teorizar sobre isso. Mesmo nos assentamentos de reforma agrária coletivos com os quais tivemos contato, onde tanta desigualdade foi questionada, ainda se diz que “os homens trabalham oito horas e as mulheres quatro, por causa do serviço de casa” (Paulilo, 2004, p. 245).

Tal realidade persiste e inclusive é reforçada por setores conservadores da sociedade, buscando manter o privilégio dos homens. “A divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, assumindo e reproduzindo o papel de –chefe da família” (Jalil, 2009, p. 78).

Porém, as mulheres rurais questionam esse lugar há décadas, quando cresce um movimento de valorização do trabalho das agricultoras, principalmente com a agroecologia:

A produção agroecológica é entendida pelas mulheres em seu aspecto mais amplo. Ela é responsável por uma melhor condição de trabalho, ao eliminar da produção elementos prejudiciais à saúde, como os agrotóxicos. Mas também é um resgate de valores com a própria natureza ao contribuir para a sua preservação e, como consequência, garantir acesso a alimentos livres de veneno para os consumidores (Boni, 2017, p. 23).

A produção ocorre no entorno de casa, do “cuidado com as hortas, os pomares e os pequenos animais - pois, estes estão diretamente relacionados ao cuidado com a saúde e alimentação das famílias” (Herrera, 2019, p. 73).

Por outro lado, há também uma tendência em valorizar o trabalho realizado pelas mulheres do campo, principalmente nas atividades voltadas para a produção de alimentos, através das quais se garante a subsistência da família e a sua reprodução biológica, preservando-se, consequentemente, a biodiversidade e a natureza. Isto tem sido verificado, sobretudo, nos estudos que envolvem a agroecologia. As mulheres seriam consideradas, assim, como parte fundamental no desenvolvimento de atividades relevantes para a reprodução da família (Herrera, 2019, p. 92)

Uma das estratégias de valorização do trabalho das mulheres rurais é a Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Domésticos⁶⁵, que como o próprio nome diz, questiona a injusta divisão de tarefas entre mulheres e homens, influenciando discussões sobre o tema nas organizações e nos grupos de mulheres rurais, através de seus materiais didáticos em

⁶⁵ Iniciativa da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste lançada em 2014.

vídeo e áudio, rodas de conversas, dentre outros.

É importante destacar a metodologia feminista da Caderneta Agroecológica⁶⁶, “um instrumento político pedagógico elaborado para que, de forma simples e de fácil compreensão, seja possível mensurar, visibilizar o trabalho das agricultoras agroecológicas e, ainda, contribuir para a promoção da sua autonomia e empoderamento” (Cardoso et al, 2019, p. 10).

A Caderneta Agroecológica deve ser entendida como um recurso a ser apropriado pelas mulheres para visibilizar, valorizar e organizar o seu trabalho, sendo um instrumento de empoderamento e autonomia para elas na medida em que serve para que reconheçam sua contribuição à economia da família de forma mais ampla, rompendo a lógica patriarcal e capitalista de que são “meras ajudantes” (Cardoso et al, 2019, p. 11).

A metodologia envolve a participação em oficinas e intercâmbios entre as mulheres e as equipes técnicas das organizações as quais são assistidas, num processo colaborativo e de auto reflexão coletiva. Os resultados das anotações trazem dados sobre o autoconsumo, a doação e a troca da produção, ou seja, as relações não monetárias, além da venda dos seus produtos. Há uma variedade de alimentos, fortalecimento das relações de solidariedade com doações e trocas, e o reconhecimento do próprio trabalho e da renda gerada por ele, influenciando positivamente na segurança alimentar e nutricional⁶⁷ de suas famílias e da comunidade.

Considerações Finais

Este artigo fez um resgate de contribuições feministas para o enfrentamento das desigualdades de gênero, principalmente em relação ao trabalho das mulheres rurais, entendendo a pluralidade e a diversidade que as envolvem, além das múltiplas opressões que vivenciam. Assim como, questões sobre a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e de cuidados e a produção agroecológica.

As influências dos Feminismos Marxista, Negro e Camponês Popular para pensar e agir contra as opressões vivenciadas pelas mulheres rurais, principalmente por meio da auto-organização em coletivos autônomos e articuladas em redes para o fortalecimento de lutas comuns na América Latina e Caribe contra o capitalismo racista patriarcal.

⁶⁶ A Caderneta Agroecológica foi criada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas.

⁶⁷ A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (SISAN, 2006).

Para as mulheres rurais, diferente da maioria das urbanas, o ambiente produtivo é a própria casa e envolve situações específicas na divisão sexual do trabalho nas suas casas, quintais e roças. Iniciativas como a Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico promovida por organizações feministas para ampliar a discussão do tema em grupos de mulheres ou coletivos mistos. Também merece destaque a metodologia feminista das Cadernetas Agroecológicas, que monitora a produção para autoconsumo, troca, doação e vendas, além de promover a autonomia durante o processo de acompanhamento.

Este artigo não tratou das implicações da auto-organização e da luta em rede na formulação de políticas públicas voltadas para a produção das mulheres rurais, como o acesso à crédito ou ATER que reconheça a hierarquia de gênero, o racismo ambiental e a insegurança alimentar vivenciadas no campo. Um dos caminhos possíveis, seria com a atuação nos Conselhos e Conferências Nacionais, atualmente retomadas pelo governo federal, sendo um deles o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete. et al. Mulheres Camponesas e Agroecologia. Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica. Curitiba: CRV, 2017.

CARDOSO, Elisabeth. et al. Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica. Recife: FIDA, 2019.

CARRASCO, Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. Tradução: Luiza Mançano Gomes, Maria Júlia A. G. Montero. Revisão: Maria Fernanda A. G. Montero. Temáticas, Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://www.sof.org.br/> Acesso em: 17/04/2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v.10, nº 1, 2002, p.171-189.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. Tradução de Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefante, 2022. 320 p.: il., color

GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

HERRERA, Karolina. A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no

cotidiano das mulheres rurais. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204552> Acesso em 21 de abril de 2025.

JALIL, Laeticia Medeiros. et al. O Impacto da Covid-19 na Vida das Mulheres Rurais do Nordeste do Brasil. Cadernos de Agroecologia. Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia. v. 16, p. 1-13, 2021. Disponível em Vista do O IMPACTO DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES RURAIS DO NORDESTE DO BRASIL Acesso em 21 de abril de 2025.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. NOVOS ESTUDOS, CEBRAP, 86, março 2010 pp. 93-103.

MORAES, Lorena. et al. Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de covid -19 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21574/13157>. Acesso em 23 de abril de 2025.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, jan./abril, 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. v. 29, n. 2, junho a setembro de 2021, p. 253-277. Recebido em 19 de dezembro de 2020. Aceito em 13 de abril de 2021. Disponível em <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-1>

SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p56. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125> Acesso em: 20 abr. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 20 abr. 2025.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista. 2017. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco - CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife. 2017. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25468> Acesso em: 20 abr. 2025.

ENTREVISTA:**MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULO E OS CAMINHOS DO FEMINISMO NO RURAL
BRASILEIRO**

MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULO

KAROLYNA MARIN HERRERA

ANDREA BUTTO

Nossa entrevistada, Maria Ignez Silveira Paulo, iniciou sua trajetória acadêmica no início dos anos 1970 quando cursou a graduação em Ciências Sociais pela UNESP, prosseguiu seus estudos na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, onde obteve seu título de mestra em 1976 e cursou o doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ, durante os anos 1980. Realizou estágio pós-doutorado na London School of Economics and Political Science nos anos 1996 e 1997. Lecionou e formou várias gerações de pesquisadoras a partir da sua atuação na Universidade Federal da Paraíba campus Campina Grande (hoje Universidade Federal de Campina Grande) e na Universidade Federal de Santa Catarina foi coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF) por três décadas. Foi pioneira nos estudos rurais feministas no Brasil.

Como surgiu seu interesse pelas mulheres rurais ainda na década de 1970, quando esse tema era praticamente invisível na academia brasileira?

Durante a graduação em Ciências Sociais, o livro *Mulher na Sociedade de Classes*, de Heleieth Saffioti, me abriu os olhos para a questão de gênero. Já no mestrado, percebi que pouco ou nada se dizia sobre as mulheres rurais, apesar de eu estar num curso de Sociologia Rural). Havia um silenciamento, inclusive nos estudos de comunidade, que tratavam a família rural como unidade harmônica e fechada. Resolvi enfrentar esse vazio e investigar, mesmo sem ter uma linha estruturada para isso no programa. Assim nasceu minha pesquisa em Valparaíso-SP, onde entrevistei 129 famílias entre pequenos, médios e grandes proprietários, parceiros e assalariados.

Seu interesse inicial de pesquisa foi a relação das mulheres com a terra. Quais temas naquele período e no contexto atual considera relevantes?

Naquele momento, minha principal inquietação era entender quem eram essas mulheres

que trabalhavam, muitas vezes grávidas ou com filhos pequenos, sem sequer serem reconhecidas como parte da força produtiva, eram “membros não remunerados da família” para o IBGE. Com o tempo, temas como divisão sexual do trabalho, invisibilidade das atividades ditas “leves” e a precarização feminina tornaram-se centrais. Mas o difícil acesso das mulheres à terra, que se dava (e ainda se dá) quase somente pelo casamento, era um tabu. Hoje, continuo preocupada com o acesso à terra, as formas pelas quais as mulheres asseguram seus direitos, o reconhecimento profissional e os limites das políticas públicas que ainda tratam a mulher como “auxiliar” do produtor rural.

Você é estudiosa do trabalho das mulheres em distintas regiões do Brasil – Sudeste, Nordeste e Sul. Quais aprendizados podem ser extraídos dessa diversidade de campos de pesquisa?

Um dos principais aprendizados é que não existe uma “mulher rural” genérica. Hoje pode parecer um truísmo, uma obviedade, dizer isso, mas não era décadas atrás. Hoje nem falamos em “feminismo” mas em “feminismos”. Em cada contexto, as mulheres assumem papéis específicos, na maioria das vezes invisibilizados. No Sudeste, me deparei com as volantes na colheita do café. No Nordeste, a figura das moradoras, mulheres que garantiam a subsistência de suas famílias em regime de sujeição extrema. O trabalho feminino sendo considerado “leve”, nas duas regiões e nas demais que pesquisei, em contraposição ao dos homens, que era “pesado”. No Sul, na produção leiteira, vimos que os homens estavam mais dispostos a assumir esta atividade depois de introduzida a ordenhadeira mecânica, enquanto a ordenha manual foi sempre atribuição das mulheres. O trabalho é leve porque a mulher o faz e não o reverso. Na fumicultura, vimos novamente como o trabalho das mulheres eram considerados inferiores aos dos homens por mais desgastantes, tediosos e nocivos que fossem. A diversidade dos campos me ensinou que é preciso olhar com atenção para as especificidades regionais que comportam as hierarquias e poderes específicos de cada lugar, caso contrário se corre o risco de não os ver.

Quais questões despertaram seu interesse pela análise das relações de trabalho em contextos específicos como a maricultura e a atividade leiteira?

A maricultura familiar em Florianópolis me interessou por ser uma atividade que, diferentemente da pesca, permite maior presença feminina. Identifiquei aí uma continuidade com a lógica camponesa: cultivo próximo à casa, cuidado com os “animais” (mariscos), uso da força de trabalho familiar, aumento da renda por meio de atividades femininas complementares, que remontam à história das mulheres do litoral que faziam

renda de bilro para terem algum dinheiro, principalmente quando seus maridos pescadores passavam meses embarcados. Na pequena produção leiteira, as mulheres ordenham e vendem o leite para fazer frente às despesas da casa e dos filhos. Quando o homem assume a atividade, o que acontece quando a atividade leiteira se torna a principal do estabelecimento, elas se ressentem muito da perda desta renda.

A partir dos anos 1990, a análise da ação coletiva das mulheres rurais ingressa na sua agenda de pesquisa. Quais aprendizados podem ser extraídos das suas pesquisas sobre o Movimento de Mulheres Camponesas e outros vinculados à Via Campesina?

O acompanhamento do Movimento de Mulheres Agricultoras (hoje MMC) foi fundamental para compreender os sentidos diversos da “igualdade de gênero”. As lutas das mulheres não são só por reconhecimento, mas também pela transformação das formas de produção, pela reforma agrária, pela agroecologia, pela defesa da água e da terra. Por exemplo, a ação direta contra os viveiros de mudas de eucaliptos da Aracruz Celulose, em março de 2006, que tanto irritou a grande imprensa do país, mostrou a articulação entre questões ambientais e de gênero. Também me levou a ver possibilidades de diálogo entre a visão essencialista da natureza feminina, presente no Movimento, e as interpretações mais construtivistas das feministas acadêmicas.

Em diversos momentos da sua trajetória, a senhora destaca o desconforto com categorias analíticas que homogeneizam o rural ou o feminino. Como essa inquietação teórica e política moldou sua abordagem crítica ao longo dos anos?

Desde minha primeira pesquisa em Valparaíso/SP, percebi que não fazia sentido falar de “a mulher rural” como uma categoria homogênea. Havia diferenças gritantes entre as mulheres de pequenas propriedades, que trabalhavam mesmo grávidas ou com filhos pequenos, e as mulheres das famílias de grandes fazendeiros, que estavam fora do trabalho agrícola direto, sendo substituídas por trabalhadoras sazonais. O mesmo se repetiu em outras regiões: o que chamavam de “trabalho leve” era, na verdade, um trabalho duro, mal pago, estafante — mas considerado leve por estar nas mãos das mulheres. Sempre questioneei essas categorias prontas — “leve”, “rural”, “feminino” — que escondem as desigualdades que estruturam o campo e as relações de gênero. É preciso desconfiar dos conceitos genéricos, por causa da dificuldade que esses termos têm de captar poderes diferenciados, hierarquias diluídas à primeira vista.

Falando no artigo “O peso do trabalho leve”, um dos mais reconhecidos de sua trajetória, a senhora propõe uma crítica contundente às formas pelas quais o trabalho das mulheres é desvalorizado. Como essa noção se articula com sua crítica mais ampla à divisão sexual do trabalho nas famílias rurais?

Enquanto a família rural é vista como um “todo integrado”, a divisão sexual do trabalho é considerada “complementar”, ou seja, todos se ajudam para conquistar um propósito comum. Nada mais longe de uma realidade permeada por machismos; hierarquias entre os donos da terra, principalmente o pai, e filhos já maiores de idade; entre filhos homens e filhas mulheres; patrões e empregados, principalmente os diaristas; e preconceitos étnicos. Essa visão contém a mesma capacidade de “aplainar” as diferenças que a ideia de que há complementaridade, também, no casamento em que o homem entra com a terra e a mulher com o enxoval. Antes da lei do divórcio, pelo menos o regime oficial dos matrimônios, no Brasil, era o de comunhão geral de bens, o que fazia da mulher sócia da terra. Com o advento do divórcio e da comunhão parcial de bens como regra, se a terra for herdada pelo marido ou comprada por ele antes do casamento, a esposa não tem direito à propriedade. Seria preciso alterar o contrato nupcial estabelecido pela lei para um contrato de comunhão total de bens. Pesquisando, vimos que as mulheres, na sua grande maioria, não têm consciência disso e os cartórios não alertam. Por isso, mostrar desigualdades onde há uma aparente igualdade ou “soma de esforços iguais” é sempre muito importante.

Sua trajetória revela uma atenção constante à forma como sujeitos nomeiam sua própria realidade - como no caso dos “moradores”, “peões”, “volantes”, “assalariados sem INPS”. Que papel essa escuta tem na sua concepção de pesquisa e na construção de conhecimento situado?

Esse foi um comportamento que aprendi com a Antropologia. Antes de começar o doutorado, era menos atenta a isso. Porém, uma vez sendo iniciada nele, vi que tinha tudo a ver com minha admiração pela sociologia compreensiva de Max Weber e sua ênfase nas “visões de mundo”. Afinal, qual o modelo de mundo, seguramente diferente do meu, as entrevistadas têm? Às vezes, o modelo analisado é mais transparente, mas, em outras, ele é construído para encobrir intersecções dolorosas das vertentes estruturais. Como justificar o pagamento inferior pelo trabalho das mulheres? Dizendo que são leves. Como naturalizar a extrema exploração dos “moradores” (trabalhadores que moram na propriedade patronal) da cana do Nordeste? Naturalizando-a através da linguagem, tanto assim que um modelo de trabalho comum na região é chamado de “regime de sujeição” por todos: patrões, empregados e população em geral.

Ser “sujeito” nos canaviais nordestinos não é uma metáfora heurística como é dizer que se é “assalariado sem INPS (hoje INSS)” no caso dos produtores integrados do sul do Brasil. Ser sujeito é estar todas as horas do dia sob a pressão da vontade do patrão. Se ele chamar, vai. Se tiver que esperar em pé, segurando o chapéu na mão, até ser atendido, espera. Se recebe menos que outros assalariados por ter moradia, concorda. Se o patrão quiser entrar em sua casa, entra porque a casa é dele (patrão). Já os produtores integrados, que recebem os insumos das empresas e entregam a elas toda a produção, ao preço sobre o qual têm pouco poder, não se consideram “empregados”, ou seja, sem um chão de seu. Esta é, para eles, a pior situação que poderiam enfrentar, mesmo que tivessem direito ao INSS. O próprio sistema de integração é uma forma, para ele, de continuar sendo um produtor. Já quando os dirigentes das empresas dizem que o “contrato de integração” é um acordo livre entre dois produtores, querem apagar toda a hierarquia e as condições de vida que levam a que esse contrato não seja assim tão livre.

Quando se diz que as mulheres conseguem um “dinheirinho” vendendo “miudezas” como ovos, galinhas, verduras, leite na porta, algum artesanato, etc., o diminutivo é um jeito de também diminuir o trabalho delas. Além dessa renda extra ser de grande importância para as despesas dentro do lar, como as temidas contas de luz, é usada ainda para pagar a roupa e o material escolar com que os filhos vão à escola, entre outras coisas. Esquece-se também que a renda auferida vem do que é um excedente das atividades que atendem prioritariamente a subsistência da família: a horta, o pomar, as criações miúdas (porco, galinha, pato...) e o leite vindo da ordenha de poucas vacas.

A senhora vivenciou transformações importantes na universidade, como a institucionalização da pós-graduação, o avanço dos estudos de gênero e a disputa por espaços de pesquisa. Que mudanças mais significativas percebe na relação entre universidade pública e movimentos sociais ao longo das últimas décadas?

Antes de começar a trabalhar na hoje Universidade Federal de Campina Grande em 1976, por dois anos lecionei em duas pequenas faculdades particulares, então iniciei minha carreira docente em 1974, em plena ditadura. Tomávamos cuidado, mas sempre buscando que os alunos tivessem uma visão crítica. Até xerocar parte de livros sem mostrar sua capa fazíamos. Mas, como todos sabem, a década de 1980 foi a década dos movimentos sociais. Também os cursos de pós-graduação começaram a se expandir no Brasil, expansão que continua até hoje. Impossível esperar que o surgimento de tantas contestações à ordem vigente não afetasse as áreas de ciências humanas. Houve um diálogo intenso! Se fizermos uma pesquisa sobre os TCCs, dissertações e teses desse período, haverá certamente uma

predominância de temas ligados a todo tipo de movimentos e organizações urbanas e rurais, dentre os quais, os mais fortes, de certa forma “se impuseram” à atenção da imprensa, da população e das academias. No campo, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) liderou essa chamada a novos temas. Surgiu também o MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras), hoje MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), o MAB (Movimento de Atingidos pelas Barragens), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Em outras regiões do país surgiram movimentos como os das quebradeiras de coco babaçu e coletoras de mangaba. Não vou conseguir citar todos, mas quero mostrar que foram muitos e que perduram até hoje.

A influência das mobilizações foi tão forte que levou a uma ênfase nas chamadas “pesquisação”, às vezes também chamadas de “pesquisas-participante”. Nessas investigações, o pesquisador se assumia como parte do grupo analisado, dividindo com ele os mesmos interesses. Foi um período intenso que incluía a ideia de “dar voz aos oprimidos” e que trouxe muitas contribuições tanto teóricas como metodológicas. Muito se aprendeu. Porém, o envolvimento dos estudiosos nos movimentos tendeu a tornar alguns deles mais militantes que pesquisadores, dificultando um distanciamento necessário para visões mais críticas. Começou a surgir, então, nas academias, uma preocupação com um rigor científico maior, sem que isso levasse à antiga visão de ciência neutra, postura já bastante criticada há décadas. Creio que hoje se vive um momento em que a pluralidade de teorias e métodos convivem nas Universidades, embora algumas vezes sintamos falta de um questionamento mais incisivo das desigualdades sociais tão fortes no Brasil e em muitos outros países.

Você é líder do grupo de pesquisa NAF (Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar), responsável pela formação de várias gerações de pesquisadoras. Como avalia essa trajetória?

Depois que parei de trabalhar, o NAF deixou de existir em meu antigo departamento. Em uma das reformas curriculares anos atrás, a disciplina de Sociologia Rural passou de obrigatória para optativa. Aposentei-me no ano de 2007, mas continuei trabalhando como professora voluntária até 2022 junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Porém, não dei mais aulas na graduação. A composição do quadro docente foi se modificando e os novos professores tinham outros interesses, não menos importantes. Assim, a disciplina passou a não ser mais oferecida e isso influenciou na procura de temas rurais entre os candidatos à pós-graduação, situação agravada pela diminuição das possibilidades de orientação.

É natural que eu tenha me sentido entristecida. Muitas filhas e filhos de agricultores

interessavam-se pelo tema e é importante termos profissionais, oriundos da agricultura familiar, que possam assessorar políticas públicas favoráveis a esse segmento tão importante da população. Alguns estudantes procuraram cursar as disciplinas sobre o rural em outras graduações e programas de pós-graduação, porém esta solução não poderia ter vida longa com a diminuição de possíveis orientadores. Felizmente temos docentes voltados para o tema de gênero, feminismo e abordagem socioeconômica da “agricultura familiar” junto à graduação e à pós-graduação no Laboratório de Estudos Rurais no Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Na UDESC (Universidade Estadual de Santa Catarina) também existe interesse, mas sinto que o tema vem perdendo força. Talvez as preocupações agroecológicas possam alimentar novas tendências nesse sentido, já que os movimentos de pequenos agricultores, incluindo o MMC, têm mostrado grande preocupação com questões ambientais. Quanto à formação de pesquisadores, sinto-me satisfeita e honrada ao acompanhar a trajetória profissional de vários ex-alunos e ex-orientados, cuja atuação no campo de ensino, pesquisa e políticas públicas superaram minhas expectativas.

Como a senhora vê os rumos atuais dos estudos feministas no meio rural?

Com muito otimismo! Militantes do MMC, com as possibilidades abertas pelo aumento dos cursos de graduação e pós-graduação e pelos incentivos governamentais em termos de cotas e bolsas, dedicaram-se aos estudos acadêmicos e hoje pertencem aos quadros de diversas academias e essa tendência tem aumentado conforme passam os anos. Vimos surgir um “feminismo camponês” que já se torna presente através de TCCs, dissertações e teses e, também, por publicações fora do âmbito acadêmico. Creio que esse feminismo poderá trazer novos horizontes ao movimento feminista de origem notadamente urbana, do mesmo modo que o feminismo negro abalou o feminismo branco europeu.

É importante salientar uma “democratização” no Brasil quanto ao acesso aos estudos superiores, através de cotas, bolsas e outros incentivos. Como as universidades sempre foram espaço das elites, é evidente que existem críticas a esse fato, mas existem também apoios importantes vindos, principalmente, dos profissionais que se formaram por conta dessas políticas e por aqueles que acompanham seu desempenho enquanto promotores de mais igualdade entre tanta desigualdade existente no Brasil. Lembro-me de como minha geração se surpreendia e se entusiasmava com as origens humildes de dois grandes sociólogos brasileiros: Florestan Fernandes e José de Souza Martins. Acho que as novas gerações terão mais oportunidades de usufruir de conhecimentos criados por esses novos atores sociais.

